

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL
E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

EDUARDO SALES DE LIMA

**As interfaces entre o Bolsa Família e a identidade periférica
à luz do fortalecimento comunitário**

SÃO PAULO

2016

EDUARDO SALES DE LIMA

**As interfaces entre o Bolsa Família e a identidade periférica
à luz do fortalecimento comunitário**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 02 de setembro de 2016. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração: Mudança Social e Participação Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Andrea Viude Castanho.

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Lima, Eduardo Sales de

As interfaces entre o Bolsa Família e a identidade periférica à luz do fortalecimento comunitário / Eduardo Sales de Lima ; orientadora, Andrea Viude Castanho. – São Paulo, 2016

158 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Política social - Brasil. 2. Participação. 3. Identidade social. 4. Periferia. 5. Bolsa-família. I. Castanho. Andrea Viude, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 361.250981

Nome: LIMA, Eduardo Sales de.

Título: As interfaces entre o Bolsa Família e a identidade periférica à luz do fortalecimento comunitário.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Aprovada em 02 de setembro de 2016.

Banca Examinadora:

Profª Drª Andréa Viúde Castanho (Presidente)

Instituição: Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP)

Prof. Drº: Márcio Moretto Ribeiro

Instituição: Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP)

Prof. Drª Soraia Ansara

Instituição: Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP)

Prof. Drª: Bruna Suruagy

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie

Dedico este trabalho aos que combatem em seu universo íntimo e no cotidiano coletivo o projeto capitalista de dominação e silenciamento.

Agradecimentos

De início, agradeço a Hilário e Maria, meus pais, por desde sempre terem me concedido condições para que eu fizesse aquilo que sempre gostei: aprender sobre o mundo, aprender sobre mim.

À Bárbara, por sua disposição amorosa ao auxiliar nas transcrições das entrevistas e, sobretudo, por sua presença, motivando e aliviando minha jornada.

A minha orientadora, Andréa Viude Castanho, pela atenção, paciência e inúmeros diálogos sobre processos de silenciamento, discurso e resistência; assim como pela aprovação na monitoria do curso de extensão universitária *Fortalecimento Comunitário: construção, tensões e ações coletivas na zona leste da cidade de São Paulo*.

À presença sempre irradiante de amigos e colegas da zona leste que inspiram meu modo de enxergar o mundo sob um viés leve e celebrativo, assim como os participantes desta pesquisa (alguns também se tornaram colegas) que, por meio de suas discursividades, permitiram-nos abordar um olhar sobre a mudança social à luz do fortalecimento comunitário.

Por fim, a meus amigos do jornal Brasil de Fato, espaço de afeto, solidariedade e conflitos, onde compreendi o funcionamento de engrenagens da luta social e, por conseguinte, a necessidade de haver coragem e criatividade para enfrentar os novos processos globais (e locais) de dominação e de manutenção das relações de poder.

(...) o convívio ali dentro é um ajudando o outro. É um fortalecendo o outro no que puder.

Frase de Rodrigo, bolsista do Programa Bolsa Família.

Resumo

LIMA, E. S. **As interfaces entre o Bolsa Família e a identidade periférica à luz do fortalecimento comunitário**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O programa federal de transferência de renda Bolsa-Família foi estudado nesta pesquisa com o objetivo de analisar a identidade local no processo de fortalecimento comunitário dos sujeitos que residem na periferia do município de São Paulo, utilizando como referência o bairro de São Miguel Paulista. Observou-se que na busca pelos direitos sociais básicos, esses sujeitos reagem a outras ações do Estado, as quais lhes negam e até mesmo silenciam a plenitude de experiências sociais e políticas no território. Neste viés, em um processo de gestão social, a renda confere condições básicas para a sobrevivência das famílias ao passo que pode sofisticar a tentativa de tutela e controle sobre as mesmas, levando-as ao silenciamento político e/ou a compactuar com a luta política dentro de limites institucionais nos quais as relações de poder encontram-se consolidadas. Para escutarmos a produção de sentidos a partir das interfaces entre o Bolsa Família e a identidade periférica em uma realidade dialética realizamos entrevistas com bolsistas. Por meio de seus discursos identificamos dispositivos cotidianos de resistência e de sociabilidade. No limite, a transferência de renda associada ao processo de pertencimento ao cotidiano da vizinhança podem impulsionar sentidos relacionados à emancipação individual e coletiva, favorecendo a construção de pontes à participação política.

Palavras-Chave: Bolsa-Família, identidade periférica, fortalecimento comunitário, silenciamento, participação.

Abstract

LIMA, E. S. **The interfaces between Bolsa Família and peripheral identity in the light of community strengthening**. 2016. 158 f. Thesis (M.Sc.) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

The federal program Bolsa Família cash transfer was studied in this research in order to analyze the local identity in the community strengthening process of the individuals residing in the outskirts of São Paulo, using as reference the São Miguel Paulista neighborhood. It was observed that in the search for basic social rights, these guys react to other state actions, which they deny and even silence the fullness of social and political experiences in the territory. In this bias, in a social management process, income gives basic conditions for the survival of families while can sophisticate attempting to protection and control over them, leading them to the political silencing and / or condoning the political struggle within institutional boundaries in which power relations are consolidated. To listen to the production of meaning from the interfaces between the Bolsa Família and peripheral identity in a dialectic reality we conducted interviews with “bolsistas”. Through his speeches we identify everyday devices resistance and sociability. Ultimately, the transfer of income associated with the process of belonging to the neighborhood daily can boost meanings related to individual and collective emancipation, favoring the construction of bridges to political participation.

Keywords: Bolsa Família, local identity, community strengthening, process silencing, participation.

Lista de figuras

Figura 1. Mapa da Vulnerabilidade Social em São Miguel Paulista/ Atlas Leste, 2014.....

Abreviaturas e siglas

BF – Programa Bolsa Família

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEI – Centro Educacional Infantil

CEM – Centro de Estudos da Metrópole

CEU – Centro Educacional Unificado

CPTM – Companhia Paulistana de Trens Metropolitanos

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

EMEF – Escola Municipal de Educação Fundamental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NEV-USP - Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica da Assistência Social

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PROMUSPP – Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política

PT – Partido dos Trabalhadores

ROTA – Rondas Ostensivas Tobias Aguiar

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
1. PROCESSOS DE SILENCIAMENTO	19
1.1. Cristalização das relações de poder e fronteiras de legitimação.....	19
1.2. Políticas sociais, consumo e lulismo: declínio do processo participativo.....	29
2. BOLSA FAMÍLIA, FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO E IDENTIDADE	38
2.1. Os sentidos de participação com o Bolsa Família.....	38
2.2. Identidade e reminiscências da tradição organizativa em São Miguel Paulista.....	44
3. A MUDANÇA SOCIAL COMO MÉTODO	52
3.1. Cenários.....	54
3.2. Sujeitos discursivos e papéis sociais.....	57
3.3. Os entrevistados.....	59
4. AUXÍLIO MARGINAL, MUDANÇA ESSENCIAL	67
4.1. Conformismo, status e primeira libertação.....	67
4.2. Os limites da participação no lulismo.....	74
5. O SILENCIAMENTO DO BOLSISTA PERIFÉRICO	79
5.1. Desempregado, nordestino e negro.....	81
5.2. O apagamento político da bolsista periférica	93
5.3. Sob o controle de uma fé.....	101
5.4. A polícia, o PCC e a morte.....	106
6. O COTIDIANO SOLIDÁRIO COMO SEMENTE DE PARTICIPAÇÃO	118
6.1. Espaço, identidade e memória.....	119
6.2. Solidariedade e resistência entre singularidades.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

ANEXO I - CARTA DE APRESENTAÇÃO157

ANEXO II – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO.....158

Apresentação

Estado e fortalecimento comunitário na periferia paulistana. Para onde aponta essa relação diante de um histórico controle social manifesto na segregação territorial e na imposição de formas precárias de inclusão? Para onde aponta essa relação a partir da novidade de um programa de transferência de renda que fala em reinserção no mercado de trabalho e participação social?

Essas questões surgiram a partir da constituição de um olhar sobre o espaço onde cresci, motivando-me a querer interpretar as possíveis conexões entre a força de processos identificatórios locais e um programa federal de renda sob a luz do “fortalecimento comunitário” (MONTERO, 2006).

Sou de um território periférico. No Jardim Pedro José Nunes, localizado no bairro de São Miguel Paulista, comunguei e testemunhei realizações pessoais e coletivas, desenvolvendo um olhar marcado pela importância da identidade comunitária. Este olhar se fez a partir da vivência de um cotidiano rico em amizades, conflitos e solidariedade entre a vizinhança. Esta conjugava densos laços familiares com um espaço onde era preciso respeitar suas regras específicas de procedimento. Para viver em harmonia na “vila” é preciso, antes de mais nada, proceder com respeito entre os seus.

Na vila, ao participar de forma ativa na igreja católica, observei a materialização de uma consciência comunitária fechada em si mesma. Dificilmente seu comando olhava para além de seus muros eclesiais e, quando o fazia, era com intenções evangelizadoras, preocupada em arrebanhar fiéis, e não em auxiliar nas resoluções de problemas sociais locais.

Em meio à escalada da violência na região durante os anos 1990, observei colegas e conhecidos adentrarem para o mercado informal do tráfico de drogas. Os que não foram assassinados apresentam hoje sequelas psíquicas e físicas em consequência de uma guerra não declarada por um Estado que considera somente periféricos, pretos e favelados como criminosos.

Mais jovem, a percepção era a de que o Estado simplesmente havia se ausentado daquele espaço específico. Ao lado dos serviços públicos de péssima qualidade voltados à população pobre, a ação autoritária e por vezes assassina dos agentes de segurança ao tratar os moradores como inimigos, desvelaram-me uma nova concepção pessoal acerca das

relações de poder no país, na cidade e na periferia: a de que a segregação territorial e a precarização da vida do pobre respondia a um projeto político de nação.

Somada a esta vivência em São Miguel Paulista, anos depois tornei-me jornalista e a constituição de meu olhar contou com o testemunho de experiências de emancipação individual e coletiva ao longo de oito anos de exercício profissional como jornalista no jornal Brasil de Fato (2006-2014), ligados a movimentos sociais.

O jornal foi inaugurado no Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), em 2003. Formado por um conselho político de notáveis como Leonardo Boff, José Saramago, Sebastião Salgado, Aleida Guevara e João Pedro Stédile, o periódico propôs a elaborar, semanalmente, reportagens e artigos contra-hegemônicos, obedecendo a uma linha editorial da então denominada “esquerda social”. Em contato permanente com membros de movimentos sociais do campo e da cidade, desde o MST e o MAB, até os movimentos por moradia no centro de São Paulo, como a Ocupação Prestes Maia, inscrevi-me em questões relacionadas à resistência coletiva da população diante de grandes corporações, do latifúndio improdutivo, das grandes barragens e da especulação imobiliária.

Após a experiência com este exercício jornalístico popular, tornou-se premente a minha trajetória compreender como a pesquisa acadêmica poderia contribuir à luta social. Neste sentido, concordo que a teoria nas ciências sociais molda e se deixa moldar, podendo ser tratada como “a consciência cartográfica do caminho que vai sendo percorrido pelas lutas políticas sociais e culturais que ela influencia tanto quanto é influenciada por elas” (SANTOS, 2000, p. 37). Não por coincidência, meu encontro com um programa de pós-graduação interdisciplinar ocorreu no próprio espaço periférico (no bairro de Ermelino Matarazzo); na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo.

O ProMuSPp foi o primeiro programa de pós-graduação da EACH e constituído em vista da promoção do desenvolvimento local. Consolidou-se uma busca neste espaço em ampliar o debate acerca de mudanças sociais concretas por meio de um olhar mais livre, ávido por conexões e escalas distintas.

Ao construir uma ponte do jornalismo à pesquisa, comecei a comparar os sujeitos inseridos em movimentos sociais com uma outra parcela pobre da população “desorganizada” e que vive na periferia, então questioneei: O que aconteceu com a ideia do uso político da condição dos moradores de bairros populares (D'ANDREA, 2013) construída a partir dos

anos 1980? E os mais vulneráveis socialmente como os bolsistas de programas de transferência de renda? Essas pessoas estão se fortalecendo em seu espaço cotidiano?

Diante dessas questões, esta pesquisa joga luz à função estendida de um programa social quanto ao aparecimento de novos sentidos relacionados a processos individuais e coletivos do pobre que vive na periferia do município de São Paulo, especificamente no bairro de São Miguel Paulista. Contíguo a isso, apontamos como dispositivos e práticas cotidianos do espaço periférico (a identidade comunitária e a solidariedade) somados ou não à transferência de renda, podem contribuir para que essa população se oponha, criticamente, ao *status quo* que a mantém segregada espacial e socialmente.

Este estudo tem o esforço de destacar as vozes das pessoas historicamente silenciadas no Brasil. Pessoas e valores sociais dominantes (estes impregnados na ideia de um modo de consumo, no individualismo, na sociabilidade violenta e no fechado discurso de igrejas neopentecostais) tendem a abafar sentidos de resistência e reforçar o conformismo e o fatalismo no pobre, no bolsista, criando obstáculos ao fortalecimento comunitário.

Diante deste cenário, o valor da palavra dos sujeitos historicamente silenciados é imensurável para esta pesquisa. A perspectiva de mudança social que nos inspira ocorrerá somente com eles, por meio da “palavra” dessas pessoas.

Assim, ao passo que a palavra funciona como indicador das mudanças por veicular, de forma privilegiada, a ideologia (BAKHTIN, 2006), “uma superestrutura onde se reflete as transformações sociais da base” (idem, p.18), optamos por utilizar como dispositivo teórico basilar a Análise de Discurso francesa, considerando também que a ideologia produz o efeito da evidência, e da unidade, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como "naturais" (ORLANDI, 1994).

Pela ideologia se naturaliza o que é produzido pela história; há transposição de certas formas materiais em outras. Há simulação (e não ocultação de conteúdos) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas. (ORLANDI, 1994; 57-58)

Neste quadro teórico, o discurso se define como materialidade específica da ideologia (ORLANDI, 2008). “Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária” (ORLANDI, 1994; p.57).

O que se perfaz de real no discurso é “a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido” (ORLANDI, 2009, p.74). Contudo, quanto às representações, temos, por meio de discurso, a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição, na instância do imaginário (idem). Orlandi (2009) afirma que é por essa articulação necessária e sempre presente entre real e o imaginário que o discurso funciona. Dessa forma, o discurso é regido pela força do imaginário da unidade, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com as outras, na sua constituição. Esse é mais um efeito discursivo regido pelo imaginário, o que lhe dá uma direção ideológica, uma ancoragem política (idem).

O Estado, dentre outros instrumentos de controle e poder sobre os sujeitos, é o que melhor exemplifica essa direção ideológica. “É a instituição necessária às elites para que lance seus tentáculos por todo o tecido social e contenha as demais classes usando, em último caso, a violência” (BACCHI MACHADO, 2010, p. 52-53). Assim, a adesão classista à superfície da circulação e a ocultação das subterrâneas relações de produção conduzem à apologia do capital. Estamos diante, portanto, de uma formação ideológica (idem, p.60).

Sendo Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta. (MARX; ENGELS, 2007, p. 74 apud BACCHI MACHADO, 2010, p.60).

Por sinal, o primeiro capítulo desta pesquisa, quando fala de “Processos de silenciamento”, aborda a cristalização das relações de poder a partir da formação do Estado e da sociedade no Brasil. Logo, um olhar sobre a trajetória nacional dialoga diretamente com uma ideologia materializada em um discurso discriminatório, individualista e neoliberal. Isso quer dizer que, ao passo que uma conjunto da população é discriminado por sua condição

econômica, sua cor, território e sua origem migratória, esses mesmos sujeitos periféricos¹ (D'ANDREA, 2013) e pobres “compram” a ideia do consumo como a solução de seus problemas, aceitando sua inclusão precária na sociedade sem o mínimo vigor organizativo para enfrentá-la.

Em seguida, no capítulo “Bolsa família, fortalecimento comunitário e identidade”, versamos sobre as possíveis relações entre o BF e a participação em São Miguel Paulista, considerando que uma política pública aliada a processos identificatórios de uma comunidade pode contribuir para o fortalecimento comunitário (base para a participação política), pois “o compromisso e a consciência supõem alguma forma de desenvolvimento de identidade social” (MONTERO, 2006, p. 72).

No terceiro capítulo (“A mudança social como método”) discorremos sobre a construção do corpus de análise e apresentamos os entrevistados para esta pesquisa, destacando a heterogeneidade do perfil dos bolsistas. Optamos por denominar os entrevistados como bolsistas e não beneficiários por compreendermos o sentido deste programa federal como um direito básico de acesso à renda e não um donativo do Estado. Este, a nosso ver, deve assegurar uma vida minimamente digna ao pobre e oferecer-lhe condições de transformá-la, possibilitando o desenvolvimento da própria sociedade. O conjunto dos titulares do cartão entrevistados para esta pesquisa é formado principalmente por mulheres negras e nordestinos.

Ainda nesta parte, para além da similitude dos cenários espaciais específicos e das generalizações e regularidades de narrativas, ressaltamos algumas propriedades discursivas que tornam cada enunciação um processo único: o lugar de onde falam e o jogo de imagens em relação ao interlocutor (no caso, o pesquisador).

A partir do quarto capítulo estão os fragmentos enunciativos dos entrevistados que consideramos mais significativos ou paradigmáticos para o que procuramos compreender.

1 O conceito desenvolvido pelo sociólogo Tiaraju Pablo D'andrea na tese “A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo”, define o sujeito periférico como um morador da periferia que se afirma pertencido ao espaço no qual vive.

Mais uma vez: direcionamo-nos a uma forma e a um sentido de análise de discurso que dialoga com as conexões entre o BF, a identidade periférica e o fortalecimento comunitário.

Em “Auxílio marginal, mudança essencial”, discorremos como as perspectivas de vida dos bolsistas ganharam novos sentidos por meio de uma nova renda, mesmo que mínima.

Em “O silenciamento da bolsista periférico”, demonstramos como a sociedade brasileira escalona-se sob a égide dos privilégios e qual o impacto disso perante os bolsistas. Em um contexto segregacionista, o estigma de ser bolsista, mulher, desempregado, negro, pobre e periférico enfraquece o sujeito e promove o esvaziamento na participação.

No último capítulo desta pesquisa (“O cotidiano solidário como semente de participação”) ressaltamos como os sentidos da vivência do espaço se colocam em disputa no domínio ideológico e como, a partir primordialidade do olhar do bolsista e morador, potencializa-se um processo de construção de resistência local. Ou seja, escutamos como processos socializantes e identificatórios relacionados à migração nordestina e à solidariedade diante de uma sociedade e um Estado hostis fortalecem um discurso de resistência. Em reproduções discursivas muitas vezes dominadas pelo fatalismo e por ideais consumistas surge, ao menos ao nível cotidiano da vizinhança, a semente crítica contra todo um sistema alienador.

Assim, sob a luz do fortalecimento comunitário, convidamos você a enveredar por caminho constituído a partir da conjugação de dois processos de sentido: uma renda básica advinda de um programa federal e o cotidiano solidário e conflituoso no espaço periférico.

Boa leitura!

1. Processos de silenciamento

O discurso discriminatório contra o pobre e morador da periferia resulta da cristalização das relações de poder historicamente estabelecidas. O imaginário social é fortemente influenciado pela não superação do racismo e do patrimonialismo na sociabilidade nacional.

Somada a essa conjuntura, a atuação de políticas públicas atreladas quase exclusivamente à renda e ao consumo, além da influência política do lulismo sobre os mais pobres contribuiu para o enfraquecimento das ações coletivas nos últimos anos. Dessa forma, ao passo que os pobres são vistos como potenciais delinquentes aos olhos de alguns setores na sociedade, aceitam tal condição sem vigor organizativo para enfrentá-la, buscando se igualar a um modelo de vida baseado no “falso produto” da meritocracia e no individualismo neoliberal.

Portanto, a parcela mais pobre da população incorre ao risco de perder a possibilidade de articular exigências e de descrever a própria situação em termos de um ponto de vista que não seja o das classes dominantes, resultando em inevitável perda de autonomia.

1.1. Cristalização das relações de poder e fronteiras de legitimação

O imaginário social sobre um país, suas instituições e seu povo se revela a partir das relações de poder em um dado cenário sócio-histórico. É com relação ao poder que a ideologia é considerada na perspectiva discursiva (ORLANDI, 2008). A ideologia adentra no arcabouço teórico desta pesquisa como a direção nos processos de significação “que se sustenta no fato de que o imaginário que institui as relações discursivas (em uma palavra, o discursivo) é político” (idem, 43).

As evidências são, portanto, cristalizações, produto naturalizado, e só podem sê-lo pela relação da história com o poder na sociedade (ORLANDI, 2008); dessa forma alcançamos a historicidade. Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade (ORLANDI, 2009); é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele.

No que tange aos pobres e marginalizados em geral, a historicidade dominante

brasileira se traduz na sistemática tentativa de “apagá-los” enquanto protagonistas de suas próprias vidas e coletividades pertencentes ao Estado democrático de direito. Na historicidade brasileira é notória a função do discurso racista (justificador da escravidão e do genocídio da população preta, indígena e pobre) como parte fundamental de uma estratégia para garantir a ascensão e a manutenção das elites de forma conservadora (FERNANDES, 2008).

É pouquíssimo discutido no país, por exemplo, que a igreja católica, parceira da Coroa portuguesa, auxiliou a manutenção de pessoas nas estruturas de poder ao se beneficiar da escravidão no Brasil. Conventos, clérigos das ordens religiosas e padres seculares, todos possuíam escravos (Carvalho, 2002).

Caberia à historicidade dominante problematizar o assassinio de milhões de indígenas? Calcula-se que havia na época da “descoberta” cerca de 4 milhões de índios. Em 1823 restava menos de 1 milhão (idem). Os que escaparam ou se “miscigenaram” ou foram empurrados para o interior do país. A escravização de índios, praticada no início do período colonial, foi proibida pelas leis e teve a oposição veemente dos jesuítas, empenhados em “evangelizá-los”. Até hoje são vítimas de um processo de tentativa de apagamento, segundo exprime Orlandi (2008):

(...) o apagamento é do domínio da ideologia. Não está marcado em lugar nenhum como tal. Funciona através dos silêncios, de práticas que o atestam, mas que não se expõem como tal. Daí sua eficácia. É claro que esse silêncio, uma vez estabelecido, volta sobre o mundo com toda a sua violência: desde o assassinato puro e simples até a exclusão do índio da discussão de problemas que o afetam diretamente. (ORLANDI, 2008, p. 69)

Neste viés, o discurso (olhar) categorizador pelo apagamento de nossas raízes não-europeias, como sujeitos a-históricos, é um discurso (olhar) histórico (ORLANDI, 2008).

Ansiosa em apagar o diálogo do povo brasileiro com sua ancestralidade indígena e negra, as elites nacionais (a partir da colonial) lançam mão de formas às vezes simples e às vezes complexas de controle sobre esses grupos na sociedade brasileira. Em cenários e processos distintos, sobre os índios e negros incidiram a dizimação física, as tentativas de apagamento de suas culturas e de sua identificação com o país e o afastamento de sua representação em instâncias políticas e institucionais.

Absorvidos de forma marginal nas cidades após a término do sistema escravocrata, aos

libertos de 1888 não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. As novas ocupações nos cafezais e na indústria do sudeste, sobretudo no município de São Paulo, foram preenchidas por imigrantes italianos. Diante deste cenário, Fernandes (1978, p. 60) considerava que a relação do negro com a sociedade era de “um agregado justaposto, nada mais do que isso”.

A situação do negro liberto exemplifica que nossa particular construção de nação está inacabada, dentre outros motivos, porque “a composição das classes possuidoras e dominantes no país alterou-se continuamente, mantendo-se, porém, uma mentalidade de elite dirigente organicamente senhorial e colonial” (FERNANDES, 1969, p.54).

Os homens brancos, que no maior crime da história universal, invadiram terras habitadas por seus legítimos donos e mudaram o destino de diversas maiorias do planeta, são colocados nos lugares de destaque dos livros didáticos. Aqueles que escravizaram e chacinaram quase toda a população africana e ameríndia, são descritos em letras garrafais como: descobridores, conquistadores, colonizadores, desbravadores, evangelizadores, imperadores, homens bons e reis. Nunca como: saqueadores, estupradores, escravizadores, invasores, alienadores e genocidas. As suas operações desumanas são maquiadas e passadas oitocentas horas por ano nos recintos estudantis, de forma enganosa e criminoso, para iludir as crianças das periferias (TADDEO, 2012, p.98).

Forjada sobretudo por meio da ameaça e da supressão física contra o negro e o indígena, a historicidade (e a ideologia) dominante no Brasil sacralizadora do europeu e de seu modo de vida está alicerçada também por meio das abusivas relações de poder materializadas no coronelismo, considerando que desde a Colônia, quando o Estado se aproximava das pessoas comuns, ele o fazia dentro do acordo coronelista. O coronel concedia apoio político ao governador em troca da indicação de autoridades, como o delegado de polícia, o juiz, o coletor de impostos. Assim, o abandono do Estado a áreas isoladas do país garantiu arranjos de sustentação política no Congresso Nacional, o que por muitos anos assegurou a chamada “governabilidade” dos diversos presidentes da república (REGO; PINZANI, 2014, p.158).

O direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do poder do coronel. Seus amigos e aliados eram protegidos, seus inimigos eram perseguidos [...] Nessas circunstâncias, não poderia haver cidadãos políticos. Mesmo que lhes fosse permitido votar, eles não teriam as condições necessárias para o exercício independente do direito político (CARVALHO, 2002, p. 56-57).

No Brasil, o centro de toda organização dos domínios rurais foi a família patriarcal, incluindo-se no seu círculo não só os parentes de sangue como também os agregados, os escravos domésticos e os das plantações (SALLUM, 1999). O privado mesclava-se com o público. Assim, essa forma de organização coletiva, “onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades” (HOLANDA, 1995, p.50), destacando que após o declínio da velha lavoura e a ascensão, quase concomitante, dos centros urbanos, precipitada pela vinda da corte portuguesa em 1808, as principais cidades acabam sendo ocupadas por donos de engenhos, lavradores ou seus descendentes (SALLUM, 1999). “A mentalidade de casa-grande teria invadido, assim, as cidades e conquistado todas as profissões, sem excluir, as mais humildes” (Idem, p. 246).

No âmbito das relações de poder, o domínio coronelista influenciou a capacidade da casa-grande em estabelecer práticas patrimonialistas a partir dos círculos elitistas da sociedade brasileira. O patrimonialismo diz respeito a uma forma de domínio político em que agrupamentos enraizados em grupos particularistas da sociedade (a família e seus desdobramentos) produzem um viés na esfera pública, submetem o Estado, e o interesse geral, ao seu particularismo (SALLUM, 1999).

Na visão patrimonialista, os limites entre o público e o privado se mesclam e impactam diretamente a relação do brasileiro com instituições ligadas ao Estado, e com concepção de direitos e deveres relacionada à cidadania. O patrimonialismo não diz respeito somente a uma “cultura política”, mas a “sociabilidade no sentido forte” (OLIVEIRA, C., 2001, p.23) e pode ser considerado como um dos vetores que influenciam o estabelecimento da cultura da tutela e do apadrinhamento, tão enraizada no cenário brasileiro e que ratifica a exclusão e a subalternização dos chamados beneficiários das políticas públicas (BELFIORE DOS SANTOS, 2008). Ganha força um Estado centralizador e assistencialista, no qual as camadas mais pobres da população aceitam enxergá-lo como provedor de favores e não como

uma instituição em disputa. “Em uma simbiose típica, persistem relações de troca de favores políticos por benefícios econômicos e de favores econômicos por benefícios políticos” (RAICHELIS, 2004, p.17).

No limite, o viés patrimonialista, espreado e atuante em toda a sociedade (sobretudo nos espaços estatais), mais do que a naturalizar a “troca de favores políticos”, corrobora para a exclusão dos sujeitos mais vulneráveis, tornando as polaridades opacas por meio de particularismos e favores, significando um vasto processo de destituição de direitos, o que implica eficiente exercício de dominação, pela persuasão ou violência (KOWARICK, 2009).

A consequência é que a atuação de quem está na polaridade de comando da relação social não só se desobriga dos que estão em posição de subalternidade, mas a própria dinâmica que produz a marginalização ganha a nebulosidade do descompromisso, pois ela é também tida e havida como inelutavelmente natural: “tornando o pobre um 'sujeito' (*como classificação imobilizada*), a pobreza é como que 'naturalizada' e as relações sociais tornam-se 'naturalmente' excludentes” (NASCIMENTO apud KOWARICK, 2009, p. 100).

Ao desconsiderar tais polaridades no sistema capitalista, as “expressões assimétricas do uso do poder, aquelas nas quais um polo da relação de poder concentra a maioria ou a totalidade dos recursos desejados, geram situações cujo desequilíbrio pode produzir efeitos patológicos sobre as pessoas” (MONTERO, 2006, p. 31). Mais que isso, “tais efeitos atingem relações familiares e institucionais, afetando em geral todas as expressões da intersubjetividade” (idem).

Dentre outros motivos, porque esses efeitos “impedem perceber as relações nas quais somos sujeitos submissos” (idem, p. 33) e, por sua vez, “nossa conduta pode ser a causa que impõe essa mesma condição a outras pessoas” (idem). “Em ambos os casos se trata de situações vividas como 'naturais', não sujeitas ao exame crítico” (ibidem).

Diante desse percurso contextual, concluímos que ideia dominante de cidadania no país reflete uma trajetória de sequentes cenários de relações de poder na sociedade brasileira (sistema escravocrata, coronelismo e patrimonialismo) que cristalizou a cultura de abuso e de um sentimento de superioridade branca europeia sobre povos originários indígenas e provindos da diáspora africana.

Por forte influência dessas relações de poder, mais que consolidar matizes de cidadania baseadas no privilégio de uns em detrimento de outros, estabeleceram-se espaços

segregados na metrópole para que fossem ocupados justamente pelos trabalhadores pobres brasileiros, em sua maioria, negros, nordestinos. No bairro de São Miguel Paulista, por exemplo, inúmeros loteamentos se transformaram em distritos ou vilas com pouca ou quase nenhuma infraestrutura urbana, e com residências, na maioria das vezes, construídas pelos próprios moradores. A ampla oferta de terrenos baratos e o desenvolvimento do sistema de transporte da cidade que privilegiava longas distâncias também favoreceu o processo específico e o padrão periférico de urbanização na cidade em geral (FONTES, 2002).

Neste sentido, consideramos a periferia como o espaço urbano de construção de raízes dos pobres consolidado a partir de um modelo de cidade baseado na modernização de áreas centrais e na segregação social, tornando casas e edifícios mercadorias de extremo valor no imaginário na sociedade nacional (NOGUEIRA apud FONTES, 2002). Assim, a formação do território periférico na metrópole é produto histórico (e ideológico) de um modo de comando do Estado em que “a mudança social foi comprimida profundamente em um processo de 'modernização dependente', produzido e regulado graças à absorção de dinamismos socioeconômicos e culturais das nações capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 2008, p.41).

Nesta “modernização dependente” insere-se o processo de implementação de direitos sociais focalizados no trabalhador urbano em detrimento do camponês, sobretudo a partir do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1940. A Constituição de 1934 transferiu ao governo a competência para regular as relações de trabalho, estabelecendo a jornada de oito horas e o salário-mínimo (Carvalho, 2002); contudo, o sistema excluía categorias importantes de trabalhadores, como autônomos; e todos os trabalhadores e trabalhadoras domésticos e rurais, maioria na época (idem). Com o quadro dos direitos ligados ao trabalho urbano, e a implementação de restrições à imigração em 1934, intensificou-se a migração interna do Norte e Nordeste para o Sul e das áreas rurais para as urbanas: em 1940, 31% da população vivia nas cidades; 44,7%, em 1960; e 67,6%, em 1980.

Atualmente, 84% da população brasileira vivem em áreas urbanas². O “privilégio” do emprego urbano impulsionou o vertiginoso movimento migratório.

Na densa atmosfera liberal voltada “à proposital inclusão precária e instável, marginal, consagra-se o debate do fim da exclusão a “toque de caixa” e, por isso, “deixamos as formas pobres, insuficientes, e, às vezes, até indecentes da inclusão” (Martins, 1997, p.16 e 21; apud Kowarick, 2009, p.74).

A exclusão se matizou, considerando que nosso “conflito central”, tanto social quanto político e que subordina em importância todos os demais, “é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são, ainda que diferentemente, incluídas” (SOUZA, 2009, p.24).

Feltran (2010) destaca que a relação entre os direitos sociais das periferias e o mundo público foi historicamente marcada pelo conflito. O percurso desse conflito – em meio a diferentes modos de exclusão - bem como de suas formas de contenção a partir dos anos 1970, faz ainda hoje coexistirem na cena pública três dispositivos distintos, que na linha do tempo tiveram ênfases sucessivas (Feltran, 2010). São: a luta política, a gestão social e a violência. A luta política remeteu à aposta nos direitos da cidadania, central nas ações dos “movimentos sociais” dos anos 1980 e início dos 1990 (idem, p. 204); a gestão social, refere-se “ao gerenciamento estatal e não governamental de populações específicas das periferias, muito presente na lógica interna dos 'programas sociais' a partir de meados dos anos 1990” (idem); e a violência, “presente ou latente na repressão policial às periferias e regulada hoje, sobretudo, pelo próprio “mundo do crime”, em expansão nas periferias da cidade” (ibidem).

Dessa forma, no âmbito urbano, é ato político (e ideológico) a deslegitimação dos atores periféricos enquanto atores políticos, considerando que “a pressuposição da desigualdade atravessa os espaços [institucionais] e obriga a ação política a se repensar continuamente” (idem, p. 226-227). Na arena das relações de poder, “os militantes de favela têm de constantemente forjar sua aparição como sujeitos, lidando com fronteiras impostas

2 Dados do IBGE.

pela gestão e, no limite, pela violência” (idem).

A política pressupõe nesses contextos, portanto, para além das disputas institucionais, um conflito anterior: aquele que se trava, no tecido social, pela definição dos critérios pelos quais os grupos sociais podem ser considerados legítimos (RANCIÈRE, 1995). Só quem se legitima, e é legitimado, pode participar daqueles espaços. A construção da legitimidade social, portanto, está na base da constituição de um sujeito ou espaço público, e, portanto, do conflito político (FELTRANI, 2010, p.226-227).

Novamente falamos da cristalização de uma cidadania marcado por privilégios, por diferenças. Neste sentido, concordamos que “a demarcação de fronteiras nas margens da política sustenta a restrição da legitimidade de grupos inteiros da população às margens da cidade” (Feltran, 2010, p.228). A possibilidade de ações coletivas baseadas nesses territórios agirem politicamente, portanto, é interrompida desde o início (idem) desvelando “fronteiras de contenção ativa da legitimidade pública, tanto pela gestão “democrática” dos convênios feitos “para pobres” quanto pela violência” (idem, p.229).

Feltran (2010) sugere um tipo específico de coexistência na periferia, nos planos do regime político e da sociabilidade primária, entre ordenamentos de lógicas internas distintas:

[...] o primeiro é o código universalista dos direitos e da política; o segundo é o código técnico da gestão social da diferença; o terceiro é o código instrumental da violência. Todos parecem ser constitutivos da reprodução de uma dinâmica social marcada pela associação entre democracia institucional e extrema hierarquização. Nas últimas décadas, o modo de fazer estes códigos coexistirem foi limitar a vida política a uma parcela da população, que no entanto age, como é próprio da ação de dominação, como se representasse o todo social. Para deixar democraticamente uma outra parcela da população (...) fora da cena pública, ativam-se simultaneamente os mecanismos de gerenciamento das populações e, no limite, de incriminação. Um “bandido”, afinal, é o menos legítimo dos cidadãos (ibidem).

Em um processo de dominação política, pobres (e negros) são criminalizados por sua origem, condição econômica, cor e território. Entre os inúmeros exemplos que ilustram essa situação lembramos que a partir de meados do século XX, quando o povoamento nordestino no bairro de São Miguel Paulista já se fazia notar por toda a cidade, uma visão compartilhada por uma ampla gama de setores sociais na capital paulista considerava os trabalhadores nordestinos como grosseiros e rudes e teriam uma propensão natural ao recurso da violência, como uma espécie de herança do ambiente supostamente hostil e agressivo do Nordeste, em

particular do sertão (FONTES, 2002). A partir de 1950, essa imagem começou a ser bastante explorada pela imprensa sensacionalista e se tornou quase um senso comum entre moradores da cidade (idem). Bares populares, alcoolismo e discussões por causa de relacionamentos amorosos geralmente eram os componentes mais frequentes de brigas, agressões e até assassinatos envolvendo nordestinos em São Paulo.

Sob a indignação seletiva do discurso elitista, as moradias pobres em bairros afastados tornam-se redutos de desorganização familiar, moralidade duvidosa, vagabundagem, condições supostamente ideais para a criminalidade (KOWARICK, 2009). Assim, a condição de subcidadão como morador das cidades “constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade” (KOWARICK, 2000a, p.55 apud KOWARICK, 2009).

A construção da imagem de violento e criminoso, tanto do nordestino pobre morador da periferia, como do negro em geral, permanece tão forte no imaginário social que inspira situações como o episódio em que se popularizou a expressão: “gente diferenciada”. O fato ocorreu em maio de 2011, quando moradores do bairro de classe alta do bairro de Higienópolis se posicionaram contra a construção de uma estação de metrô no local por potencialmente oferecer acesso a pessoas de diferentes classes sociais e de diferentes regiões da cidade de São Paulo³. Quando a sociedade exclui, seja em maior ou menor grau, ela também segrega e, como lembra Kowarick (2009), sustenta, do ponto de vista institucional e legal, um discurso que fundamenta uma forma de controle social pela vistoria da vida privada das pessoas: “o mundo da desordem, potencialmente delinquente, é jovem, de preferência não porta ou não tem carteira de trabalho e mora nos cortiços das áreas centrais e nas favelas das periferias” (idem, p.85).

“A identidade é socialmente criada, tem um objetivo político e não é, em hipótese alguma, naturalmente dada” (OLIVEIRA, D., 2000, p. 20). Caracterizado pelo discurso dominante como o diferente, o subalterno e perigoso nesse cenário sociocultural de acirramento dos imaginários que negam a importância da alteridade e repulsam os despojados

3 *Moradores de Higienópolis se mobilizam contra estação de metrô*. Folha de São Paulo, 13 agosto de 2010.

de humanidade, acaba por acentuar o que tem sido denominado mentalidade exterminatória, como apontam Chico de Oliveira (1997) e Nascimento (1994).

Neste ponto, Kowarick (2009) assume o que considera ser o mais grave e mais profundo do processo de exclusão. Para ele, não se trata apenas de isolar, confinar ou banir mas, seguindo as trilhas de Arendt (2004), de negar ao outro o direito de ter direitos: “é o instante extremo em que representações e práticas levam à exclusão do outro, tido e havido como encarnação da periculosidade e, portanto, passível de ser eliminado” (Kowarick, 2009, p.92).

O extermínio apontado por Arendt (2004) não é apenas físico, como psicológico. O estigma da pobreza, sempre aliado à criminalidade, à vagabundagem, à imoralidade, representa humilhação que erode a autonomia individual, pois explicita uma desconexão da comunidade e implica uma perda do respeito de si (REGO; PINZANI, 2014, p.39). A exclusão da comunidade, ao quebrar a conexão entre o indivíduo e esta última, erode as bases da constituição do *self* do sujeito (idem). O indivíduo é silenciado e vê imposta uma descrição que não corresponde à visão que possui de si mesmo e que representa um desrespeito à sua (ibidem). O sentimento de culpa e o baixo autoestima que lhe são impostos praticamente barram a possibilidade do pobre se posicionar. “A privação de voz equivale à falta de reconhecimento do indivíduo como sujeito por parte daqueles que o silenciam ou não querem ouvi-lo, ou até não querem vê-lo, como se além do silêncio lhe fosse imposta a invisibilidade” (REGO; PINZANI, 2014, p.43).

Concordamos com Montero (2006) quando pondera que “o que acreditamos sobre nós mesmos e nossa capacidade ou carência dela, assim como sobre os outros e sobre o ambiente em que vivemos, é produto de uma história e de uma interação em muitos níveis” (MONTERO, 2006, p.73).

A impossibilidade de articular exigências e até de descrever a própria situação em termos de um ponto de vista que não seja o das classes dominantes resulta em inevitável perda de autonomia. Autonomia pressupõe um sujeito capaz de se afirmar perante o outro como ator apto a fundamentar verbalmente suas ações, intenções, desejos e necessidades (REGO; PINZANI, 2014, p.41). Dessa forma, a afirmação da autonomia individual está ligada à possibilidade que o indivíduo tem de utilizar determinado vocabulário para descrever-se sem sofrer a imposição de um vocabulário (e de uma descrição) pelos outros (idem).

Se, como afirma Pateman (1992), o capitalismo faz com que a desvantagem econômica se ligue à desvantagem psicológica e engendre uma falta de autoconfiança que aumenta a desmotivação das pessoas de baixo *status* quanto à participação na democracia, é preciso então resistir e romper com esse tipo discurso que serve ao abuso de poder por parte dos grupos dominantes do sistema para o pobre tenha o direito a uma vida decente e autônoma. A mudança social se refere à compreensão de que as relações de poder estão em fluxo constante, assim como a ideia de cidadania e legitimidade política.

1.2. Políticas sociais, consumo e lulismo: declínio do processo participativo

A formação das periferias das grandes metrópoles brasileiras reflete a compressão de uma justiça social profunda e ampla porque significou o refúgio da miserabilidade ou mesmo da violência perpetrada pelos potentados agrários (KOWARICK, 2009).

Ao chegar na Metrópole era comum a inserção nas engrenagens produtivas não necessariamente materializadas em emprego regular, mas por ser contínuo abria “a possibilidade de uma integração na cidade através da autoconstrução, resultando em moradia própria, lentamente conectada aos serviços urbanos básicos” (KOWARICK, 2009, p.88).

As pessoas queriam ter dignidade no meio social onde vivem, o que significa ter renda, trabalhar e consumir. A partir de meados dos anos 1990 e com surgimento do lulismo na década seguinte, esse ideal atinge outro patamar. Neste período, políticas sociais associadas à transferência de renda e à expansão do crédito materializam a influência econômica dos pobres na sociedade brasileira.

Políticas sociais ligadas à transferência de renda ganharam corpo a partir dos anos 2000, com a chegada do PT ao poder central. Mas até que os direitos sociais alcançassem o status prioritário no Estado brasileiro, durante a maior parte do período republicano eles eram considerados como regalias de quem trabalhava.

Ao longo do século XX, mesmo naturalizada, a pobreza extrema passa a ser considerada perigosa para o restante da sociedade. As políticas sociais rumam de um padrão de proteção social vinculado ao mundo do trabalho, focado em categorias específicas de trabalhadores, “caracterizado como 'cidadania regulada' (SANTOS, 1979) - na qual os direitos

são garantidos não pelo pertencimento a uma comunidade, mas sim pelo posicionamento produtivo - , a um modelo de políticas sociais de caráter regressivo no período autoritário, até sua expansão no sentido da universalização após a redemocratização” (BICHIR, 2010, p. 116).

Nesse contexto, a pobreza não era abordada como um problema social concernente ao Estado, mas como algo que sempre existiu, a ser considerada no âmbito do assistencialismo, das intervenções de entidades beneficentes, e não a partir do tema da cidadania ou dos direitos (BICHIR, 2011). Políticas sociais focalizadas nos grupos mais vulneráveis da população surgem no contexto das inúmeras reformas sociais iniciadas no contexto da redemocratização (idem).

A aprovação da Constituição de 1988 significou avanço e sofisticou as cristalizadas relações de poder, pois buscou tensionar as assimetrias situacionais no Brasil. Como afirma Bichir (2011, p.64), a Carta Magna apresenta amplo programa de políticas públicas inclusivas e distributivas, por meio de suas “cláusulas transformadoras”. “A 'cláusula transformadora', como o artigo 3º da Constituição de 1988, explicita o contraste entre a realidade social injusta e a necessidade de eliminá-la” (idem). “Seu sentido foi o de dar força e substrato jurídico para a mudança social” (REGO; PINZANI, 2014, p.170).

Alguns autores, como Bichir (2011), defendem que em contraposição ao tratamento tradicional da área, marcado pelo assistencialismo e pela baixa responsabilização do Estado, a Constituição de 1988 é considerada um marco importante por finalmente reconhecer a assistência social como política pública no âmbito do tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), além de estabelecer os princípios da descentralização, da participação social e da integralidade da assistência. Maria Carmelita Yasbek (2004), por seu lado, ressalta a Constituição como o início do trânsito da assistência para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, tornando-se assim instrumento fundamental no combate à pobreza.

Originado no bojo institucional desse processo, o Programa Bolsa Família teve como uma de suas inspirações o projeto de imposto de renda negativo do senador Eduardo Suplicy (BICHIR, 2010), que primeiramente influenciou na criação de alguns programas como políticas de combate à pobreza no plano local, em meados dos anos de 1990, como ações de garantia de renda mínima ou do tipo 'bolsa-escola', “destacando-se as experiências pioneiras

de Campinas, Distrito Federal, Ribeirão Preto e Santos” (idem, p.116).

O programa foi instituído por medida provisória em outubro de 2003 e transformado em lei em janeiro de 2004. Ele define seu foco na transferência direta de renda com o intuito de favorecer famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, baseado em garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos relacionados à saúde, educação e assistência social. Mais de 90% dos cartões estão em nome de mulheres⁴.

Com a criação do BF, quatro programas que já existiam foram unificados: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. Dessa forma, o BF não se limita a expandir e consolidar a rede de assistência social herdada do governo FHC (Bichir, 2010), “mas representa um salto qualitativo, mais do que meramente quantitativo, em relação às políticas públicas dos governos anteriores” (idem, p. 119).

A implementação de um sistema para a área da assistência social, o SUAS, progrediu a partir da PNAS, em 2004, significando um aporte organizacional fundamental para a realização do programa Bolsa Família. Reconhecido pela burocracia federal da área da assistência, o SUS foi o modelo seguido pelo SUAS em seu processo de desenvolvimento e nesse novo modelo a proteção social passou a contar com equipamentos públicos responsáveis por prestar serviços diretamente à população, bem como pela articulação da rede de serviços sócio-assistenciais, com ênfase aos CRAS, porta de entrada para a proteção básica, e os CREAS, destinados à proteção especial (idem).

O programa federal Bolsa Família atende a 13,9 milhões de famílias no Brasil⁵ e é gerido pelo MDS em parceria com estados e municípios. As prefeituras são responsáveis pelo cadastramento das famílias e pela atualização da base de dados do Cadastro Único.

No município de São Paulo (SP), os programas de transferência de renda tiveram início antes das primeiras experiências nacionais - tanto o Renda Mínima (municipal) quanto o Renda Cidadã (estadual) tiveram início em 2001 (BICHIR, 2011, p. 216), e continuam a ser operados na cidade ao lado do BF de forma complementar.

4 Fonte: MDS.

5 Dados acessados no site do banco estatal Caixa.

O programa federal é voltado para famílias pobres ou paupérrimas (BICHIR, 2011), cujos cortes de renda variam ao longo do tempo, mas geralmente representam, respectivamente, famílias vivendo com até meio salário-mínimo per capita e com menos de um quarto de salário-mínimo per capita. Há cinco tipos de benefícios/perfis do programa: *benefício básico*, concedido para famílias com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70 (setenta reais); *benefício variável*, concedido pela existência na família de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes; ou ainda, concedido pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos; *benefício variável de caráter extraordinário*, concedido para famílias migradas de programas remanescentes ao BF; e *benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância*, concedido para famílias com crianças. (MARQUES DOS SANTOS et al, 2014, p.1386).

Dados de uma pesquisa do CEBRAP (2004) indicaram que, em média, 14,1% da renda total dos beneficiários de algum programa de governo eram oriundos dessas transferências (idem). Esse impacto da transferência de renda era maior entre as famílias com menor renda familiar: na faixa de 0 a 2 salários-mínimos de renda familiar, a transferência correspondia a 20,9% da renda, em média (idem).

“Impulsionados pela expansão do crédito, elevação do salário-mínimo real e programas de transferência condicionada, como o Bolsa Família, houve um aumento do poder de compra de parcela significativa dos brasileiros de menor poder aquisitivo” (POCHMANN, 2013, p.161). Para Pochmann (2013), o consumo insatisfeito da maioria chamou a atenção por se dirigir especialmente a bens duráveis de consumo, como telefone celular, máquina de lavar, geladeira, forno de micro-ondas, móveis, motos e até automóveis. Ou seja, “a renda em dinheiro mudou profundamente a relação dos pobres com a sociedade” (REGO; PINZANI, 2014, p. 162).

Importante destacar que a transferência de renda aponta para diferentes significados a depender da região na qual incide. Uma de nossas entrevistadas, Maria do Socorro, narrou-nos que quando vivia na zona rural de Palmares (PE), onde não pagava aluguel, a renda do BF permitia a compra de mantimentos que duravam todo o mês e ainda sobrava dinheiro para comprar peças de vestuário para ela e seus filhos. Hoje, vivendo em um tipo de quitinete em São Miguel Paulista, reclama que o que recebe, R\$ 250, “não dá pra nada”, pois o aluguel que paga é de R\$ 400. A pernambucana ainda conta com o auxílio financeiro da filha mais velha e

“se vira” com alguns bicos de faxineira que lhe aparecem.

Seja no interior pernambucano, seja na periferia da metrópole, o aumento de seu poder de consumo em forma de transferência de renda não livra o bolsista do estigma da deslegitimação política e de um imaginário social que o inscreve na esfera da subcidadania. Como destacam Rego e Pinzani (2014), a visão que parte da sociedade tem do bolsista e que acaba por se reproduzir nele, é exatamente a de que ele não está agindo de forma correta e pode ser legitimamente cobrado por isso:

No âmbito do discurso que responsabiliza o pobre pela sua miséria, condena-se a irracionalidade do pobre, quer no uso do dinheiro (é acusado de tomar cachaça, de jogar fora o que recebe), quer nas práticas sexuais (os pobres possuem mais filhos do que conseguem manter); e condena-se também sua imoralidade, sua depravação moral, particularmente no sexo (sexualidade precoce e promíscua), suas tendências criminosas e etc. Tudo isso enquanto a irracionalidade e a imoralidade das classes dominantes, que contribuem para a criação dos fenômenos da pobreza e para o sofrimento de tantas pessoas, são ignoradas ou até exaltadas como exemplos de racionalidade e de atitude eticamente correta. No caso dos membros das classes superiores, a promiscuidade sexual é tida como liberdade, um estilo de vida exageradamente consumista e ostentatório é apresentado como padrão a ser imitado, comportamentos criminosos que vão da sonegação fiscal e da exploração da mão de obra (por exemplo, a não assinatura de carteiras de trabalho) [...] são banalizados ou considerados aceitáveis (REGO; PINZANI, 2014, p.55).

Os valores dominantes patrimonialistas têm forte caráter político e seletivo, pois priorizam-se estratégias nas quais o privado dita as políticas em um cenário que “se considera legítimo atribuir privilégios a empresários e bancos quando estes apenas sugam o erário público, e isso pode ocorrer por meio do rentismo” (REGO; PINZANI, 2014, p.55), além “das anistias para sonegadores de imposto de renda; dos perdões de dívidas com os bancos públicos” (idem).

Além de tais regras de comportamento promoverem ideais privados silenciadores de ideais coletivos, “tal construção ideológica imputa aos que considera desiguais, e, frequentemente, inferiores a ela - setores da elite, classe média -, atributos negativos gerais tendentes à homogeneização das condutas perante determinados fatos” (REGO; PINZANI, 2014, p.206).

No caso, em especial, quando se trata de pessoas pobres, lidando com dinheiro, ainda mais provenientes de uma transferência estatal de renda, imediatamente são acionados mecanismos mentais ideológicos desqualificadores dos pobres. Atribui-se impunemente a “eles” identidades negativas como se fossem dados da natureza: os pobres são assim, fazem isso ou aquilo, sentem as coisas de tal maneira. A diferença situacional para a fala estandardizada sobre o outro (idem).

O pobre, além de resistir diante de grupos rentistas nacionais e internacionais (famílias que há séculos usurpam o Estado), tem diante de sua vivência as “receitas neoliberais” que consideram “a miséria crescente de parte da população como uma etapa inevitável e necessária do 'progresso' de um país” (REGO; PINZANI, 2014, p.177). Outra construção ideológica, legitimadora das desigualdades e que omite a necessidade de transformações profundas das estruturas econômicas e sociais.

Diante das agruras das relações de poder entre setores sociais materializada no discurso, o pobre (e bolsista) encontra sua legitimidade política, mesmo que de forma frágil, no âmbito do lulismo. “Diferentemente da experiência peessedebista, o “Real do Lula” veio acompanhado de mensagem que faz sentido para os mais pobres: a de que pela primeira vez o Estado brasileiro olha para eles, os deserdados, e, portanto, se popularizou” (Singer, 2012, p.81).

De acordo com Bichir (2011, p. 96), estudos recentes (Soares, 2006; Kerstenetzky, 2009; Nicolau e Peixoto, 2007; Hall, 2006; Zucco, 2010, entre outros) apontam que a reeleição de Lula em 2006 esteve associada aos retornos eleitorais advindos da ampliação do BF, programa que contribuiu decisivamente para o deslocamento da base eleitoral do PT das regiões mais desenvolvidas do país para as áreas mais pobres, com destacado efeito sobre a penetração do partido no Nordeste.

Singer (2009) ressalta que as razões do “lulismo” devem ser buscadas não somente no BF, mas em um processo mais amplo de realinhamento eleitoral que teria ocorrido a partir de 2006, como resultado do tripé formado pelo BF, o aumento real do salário-mínimo e o aumento do acesso ao crédito.

Do ponto de vista organizacional, Singer (2012, p.79) aponta que o subproletariado, a menos que atraído por propostas como a do MST, ainda tende a ser politicamente constituído desde cima, como observou Marx a respeito dos camponeses da França em 1848. “Atomizados pela sua inserção no sistema produtivo, ligada ao trabalho informal intermitente,

com períodos de desemprego, necessitam de alguém que possa, desde o alto, receber e refletir as suas aspirações dispersas”, argumenta Singer (idem).

A camada mais pobre da população, entre ela o contingente de pessoas que vivem em bairros populares, como São Miguel Paulista e integram programas de transferência de renda condicionada como o BF desejariam mudanças dentro da ordem institucional estabelecida, sem radicalidade. Desta forma o lulismo teria transmitido à população mais pobre tanto elementos de direita quanto de esquerda.

(O lulismo) Ao incorporar pontos de vista tanto conservadores, principalmente o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista, quanto progressistas, a saber, o de que um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres independentemente do desejo do capital, ele achou em símbolos dos anos 1950 a gramática necessária para a sua construção ideológica. A velha noção de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepõe a todos os demais cai como uma luva para um período em que a polaridade esquerda/direita foi empurrada para o fundo do palco. Enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos. Não espanta que o debate sobre o populismo tenha ressurgido das camadas pré-sal anteriores a 1964, onde parecia destinado a dormir para sempre. [SINGER, 2012, p. 82-83]

Concomitantemente, em meio ao tensionamento social de condenação e legitimação da luta dos pobres, a (o) bolsista que vive em uma favela em São Miguel Paulista trabalha, estuda, paga as contas de casa e zela pelo bem-estar de sua família. Contudo, seu cotidiano é distante da participação social, à semelhança do que ocorreu nas periferias da cidade de São Paulo nos anos 1980, quando os trabalhos de base massivos da Esquerda influenciavam muito mais a vida social nos bairros periféricos. Assim, “o primeiro mandato de Lula terminou por encontrar outra via de acesso ao subproletariado, amoldando-se a ele, mais que o modelando, e, ao mesmo tempo, fazendo dele uma base política autônoma” (SINGER; 2012, p.79).

Esse contexto impulsiona novos significados do lulismo para além de sua influência eleitoral, como também no âmbito do consumo. Sobretudo a partir de meados da década de 2000, o amplo acesso ao crédito, o impulso (concedido pelo governo) à compra de carros e outros bens com amplas parcelas retratam o desejo retroalimentado do pobre (e também do pobre bolsista) por bens que jamais sonhou em adquirir.

Florestan Fernandes alertava que as elites projetam a condição burguesa “para fora do

círculo burguês e implantam, no coração de seus inimigos de classe, identificações e lealdades mais ou menos profundas para com o consumismo, a ordem social competitiva e o Estado 'democrático' e 'nacional'" (FERNANDES, 2008, p.61). Ou seja, a celebração do consumo e a sedução do mercado, além de esvaziar a disputa política, auxiliam na manutenção do ordenamento social, pois, como lembra Marx (2006), “a produção não cria só um objeto para o sujeito; cria também um sujeito para o objeto” (Marx: 2006, p.9).

À semelhança de Marx, interpretações de Bauman (1998) e Foucault (2012) também correlacionam o discurso social do consumo ao estabelecimento e legitimação de formas de exclusão, entre elas, o encarceramento em massa. Para Bauman (1998), a sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora, pois “mais amplo e mais profundo é o hiato entre os que foram seduzidos e passam a agir do modo como essa condição os leva a agir e os que foram seduzidos mas se mostram impossibilitados de agir do modo com se espera agirem os seduzidos” (BAUMAN, 1998, p. 57). Eis um dos argumentos principais do sociólogo para desenvolver a tese da estreita relação entre consumo e criminalidade:

O que se tem registrado, em anos recentes, como criminalidade cada vez maior [...] não é um produto de mau funcionamento ou negligência – muito menos de fatores externos à própria sociedade [...] É, em vez disso, o próprio produto da sociedade de consumidores, logicamente (se não legalmente) legítimo; e, além disso – também um produto inevitável. (BAUMAN; 1998, p.57)

Em meio a esses reforços institucionais discursivos para a consolidação da sociedade do consumo, Foucault (2012, p.49) frisa que “foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, separando-o da delinquência e do grupo de delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres”.

O lulismo trabalha como mais um dispositivo sofisticador da sedução do mercado e legitimador do sujeito moral foucaultiano. O desejo de consumo dialoga contiguamente com a criminalidade e a resposta violenta e classista de forças do Estado: supressão física e aprisionamento. Ou seja, ao passo que programas de transferência de renda estão conjugados à adaptação dos pobres à sociedade de consumo, implementam um tipo de ordenamento social que é despedaçado por sua insuficiência e pela violência do próprio Estado sobre os mais pobres na forma de maus tratos, extermínio e encarceramento em massa.

Fato é que os campos discursivos do capitalismo desenvolvido removem ininterruptamente os pontos discursivos de submissão/assujeitamento ideológicos, diferentemente do período feudal, porque as “ordens do discurso (dispositivos) políticas estavam marcadas pelos campos feudo-absolutistas por meio de fronteiras da linguagem visíveis no campo da diferença material entre as línguas e da separação do código, que os sujeitos distribuíram a partir da ordenação de lugares pré-estabelecidos” (PÊCHEUX, 2011, p. 119). No capitalismo desenvolvido, onde se incluem fenômenos como o lulismo, por exemplo, os campos discursivos “des-locaram” o discurso político, que desconhece fronteiras pré-estabelecidas e remove “ininterruptamente os pontos discursivos de submissão/assujeitamento ideológicos e os locais, a partir dos quais é possível enunciar oposição, sem que a lógica dessa remoção jamais pudesse ser descrita em um sistema fechado” (idem).

2. Bolsa Família, fortalecimento comunitário e identidade

O programa federal Bolsa Família nasceu no bojo no ideário popular de democracia participativa da denominada Constituição Cidadã de 1988. Compreendendo, entretanto, que a efetividade de uma política pública sob a luz do fortalecimento comunitário (MONTERO, 2006) e da participação não se mede unicamente de forma estatística ou cartesiana, apontamos algumas possibilidades deste diálogo.

Ao passo que o sentido de participação do BF apoia o sujeito periférico e a família, gerando movimentos individuais de autonomia, potencializa-se sentidos de mudança social na periferia caso este desenvolvimento esteja ligado a processos de solidariedade e resistência no espaço, característica socializante do bairro de São Miguel Paulista um pouco “apagada” nos últimos anos.

2.1. Os sentidos de participação com o Bolsa Família

Os pobres no Brasil vivem uma tensão permanente: “se, por um lado, são excluídos e humilhados por parte de um sistema econômico e legal que os prejudica; por outro, recebem o apelo a se considerarem parte do mesmo sistema e, assim, respeitarem suas regras e normas sociais e legais” (REGO; PINZANI, 2014, p.39). Em outras palavras, o distanciamento social que produz assimetrias situacionais em um povo desenvolve nele forças centrífugas, fazendo dos habitantes de seu território estranhos que não se reconhecem em nível nenhum como iguais (HABERMAS, 2002, apud REGO e PINZANI, 2013). Entretanto, esse mesmo povo deve respeitar uma ordem jurídica, “também expressão de uma forma de vida em particular, e não apenas o espelhamento do teor universal dos direitos fundamentais (idem). Diante deste cenário, concordamos que as políticas públicas devem tensionar o conjunto de forças responsável por ganhar com o nosso atraso estrutural (BRANDÃO, 2007, p. 215). “Tais forças estão em todas as escalas. E em todas as escalas devem combatidas” (idem).

Como mencionamos no capítulo anterior, a aprovação da Constituição de 1988 significou um avanço que sofisticou as relações de poder pois concedeu “substrato jurídico para a mudança social” (REGO; PINANI, 2014, p.170) ao apresentar amplo programa de políticas públicas inclusivas e distributivas que incide na necessidade de eliminar uma

realidade social injusta (BICHIR, 2011).

Por mais heterogêneos que sejam seus efeitos, o programa federal Bolsa Família aproxima o Estado da população mais pobre, cobrando contrapartidas que beneficiam a família bolsista. As famílias bolsistas do BF devem cumprir condicionalidades, como manter crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, seguindo o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação (BICHIR, 2011). O descumprimento dessas condicionalidades pode levar ao cancelamento dos benefícios.

Abre-se caminho para a quebra do círculo vicioso do trabalho infantil, do abandono escolar, da perpetuação do analfabetismo e, por consequência, a impossibilidade de sair da miséria por meio da educação; “além do fato de famílias pobres poderem imaginar que outra vida é possível, que um dia poderão sair do próprio ambiente ou modificá-lo profundamente” (REGO; PINZANI, 2014, p.187). Ainda destes autores, essas contrapartidas possuem caráter republicano pois contribuem para o processo de “formação de cidadãos e indivíduos responsáveis perante sua comunidade política” (idem, p. 78). Assim, o aprendizado da cidadania apresenta uma dupla dimensão: a do sujeito de direitos e a do sujeito de deveres. “As duas dimensões são necessárias para que os indivíduos se considerem cidadãos, isto é, membros ativos do corpo político, e não meros clientes que recebem passivamente os serviços oferecidos pelo Estado” (idem, p. 83).

Por sinal, a participação social no programa federal Bolsa Família está garantida desde 2004 (Lei nº. 10.836/04), com a criação das Instâncias de Controle Social (ICS), compromisso colocado aos municípios em 2005 (Portaria nº. 246/05). Contudo, ao apontar os altos custos da participação nessas instâncias, especialmente para a população mais vulnerável (Hevia, 2007; Tapajós e Quiroga, 2010; *in* Bichir, 2011, p. 88) o governo federal demonstra que a pauta “participação social” não é prioritária no programa. Neste sentido, a disputa orçamentária também é política.

Dada a capilaridade do programa e a noção de que os efeitos de políticas públicas não são homogêneos, as mudanças propostas em sua gênese nem sempre se realizam. Em alguns casos, o sentido de participação já fora capitalizado por outros grupos que não a comunidade beneficiada, ou seja, os bolsistas. Sem uma visão crítica das relações sociais de poder, por exemplo, organizações, vereadores e subprefeitos, munidos de informações repassadas pela

secretaria municipal de São Paulo, “difundiam amplamente e antecipadamente o cadastramento de novos beneficiários, e assim capitalizavam politicamente essas decisões, como se eles tivessem sido os responsáveis por levar o cadastramento àqueles locais” (BICHIR, 2011, p.223-224).

Embora existam diversas questões a ser solucionadas, como as mencionadas acima, concordamos que o BF favorece a criação e a ampliação de espaços pessoais de liberdade dos sujeitos (REGO e PINZANI, 2013), trazendo-lhes, conseqüentemente, mais possibilidades de autonomia para a vida em amplos aspectos, e favorecendo o desenvolvimento de capacidades de programação mínima da vida. É como se o beneficiário da política pública, seja na periferia, no sertão ou na floresta, adquirisse mais um recurso para a “agir no mundo em sentido amplo” (ARENDDT, 2004 apud REGO; PINZANI, 2014, p. 84).

Dentre os *functionings*⁶ motivados pela renda do programa federal, Rego e Pinzani (2014) apontam para a capacidade de a (o) bolsista assumir responsabilidade pelas próprias ações sem obedecer a mecanismos inexoráveis de comportamento impostos pelas carências materiais e pelo ambiente social mais imediato (em particular pelo marido e pela família, no caso das mulheres); e de cuidar de si e de sua família sem depender de outros indivíduos.

"Como mencionamos no capítulo anterior, o BF atende a 13,7 milhões de famílias no Brasil – sendo que 93,2% dos cartões estão em nome de mulheres. Uma pesquisa realizada pelo CEBRAP no município de São Paulo no início da implementação (2004⁷) apontou “de acordo com o esperado pelos critérios de priorização do recebimento, que havia mais domicílios chefiados por mulheres do que por homens recebendo benefícios do governo”, e que “chefes de domicílio não-brancos (pretos e pardos) recebiam mais do que os brancos e que aqueles que participavam de associações religiosas ou não religiosas tendiam a ter

6 Termo elaborado por Amartya Sen (2011). Andar de bicicleta, por exemplo, significa estar engajado em uma atividade (nesse caso por meio de um instrumento, a saber, a bicicleta), portanto é um *functioning*. Para Sen a questão a saber é a razão que leva o ciclista a andar de bicicleta. Um rico executivo com consciência de ecologista que vai de bicicleta até seu escritório e um trabalhador pobre que vai de bicicleta até a fábrica onde trabalha estão compartilhando o mesmo *functioning*, mas por razões e contextos profundamente diferentes (SEN, 2011 apud REGO; PINZANI, 2014).

7 Fonte: CEM/Cebrap. Survey do acesso da população mais pobre de São Paulo a serviços públicos – 2004

ligeiramente mais acesso aos programas”. Como consequência desses dados, 88% das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa são do sexo feminino e, deste conjunto, a quase totalidade é formada por negras.

A libertação da ‘ditadura da miséria’ e do controle masculino familiar sobre seus destinos possibilita a essas mulheres o começo da autonomização de sua vida moral e por que não de sua cidadania (no sentido forte da palavra), considerando que a renda não substitui a importância da disponibilidade de serviços públicos decentes.

Especificamente à mulher pobre, a renda traz significados que pressionam a estrutura social historicamente construída no país. A experiência de uma melhoria na vida, por mínima que seja, grava-se fundamentalmente na alma das pessoas e abrem seus mundos para o surgimento de exigências libertárias maiores. Dão início ao que Marshall (1967) chamou de “círculo virtuoso dos direitos”: um direito se expande e dá origem a novas reivindicações por outros direitos e assim indefinidamente (REGO; PINZANI, 2013, p.37).

Assim, a renda representa a condição fundamental para uma maior autonomia das mulheres frente ao círculo vicioso que une entre si casamento patriarcal, menor empregabilidade e difícil acesso à cidadania, como também para o estabelecimento de uma sociedade mais democrática, na qual a autonomia de cada cidadão seria garantida, (PATEMAN, 2004). A autonomia individual é compreendida pela autora como “domínio de si” e que só é possível em primeiro lugar como independência econômica (a qual, por sua vez, se torna contemporaneamente independência social – do ambiente familiar – e política) (idem).

Outro *functioning* importante salientado por Rego e Pizani (2014) é “a percepção de que as políticas públicas de apoio ou ajuda não são expressão de caridade ou de favores pessoais, mas consequência de um direito constitucionalmente amparado; a consciência de que o voto passa a contar algo e a ser relevante para determinar as condições de sua vida”. (idem, p. 47)

Neste sentido, é importante destacar que os vínculos existentes entre as políticas de combate à pobreza e a atitude dos políticos envolvidos na sua implementação são múltiplos e complexos, não devendo ser restringidos ao rótulo muitas vezes simplista de “clientelismo” (KUSCHNIR, 2000 apud BICHIR, 2011). Muitas vezes, a própria assistência é desqualificada no bojo desses criticismos (CARDOSO, 2004 apud BICHIR, p. 97), considerando que “as

formas de controle sobre a clientela são muito reduzidas em um contexto de sociedade de massas, com vasto acesso a informações, o que condenaria à extinção o clientelismo” (Idem).

A relação entre as preferências políticas e o acesso a esses programas pode indicar tanto a utilização de redes partidárias no acesso aos mesmos quanto um efeito de “prêmio” que os beneficiários conferem àqueles dirigentes que garantiram seu acesso a esses programas, considerado não apenas como indício de clientelismo, mas também de voto retrospectivo (BICHIR, 2011). Assim pontua a teoria do voto retrospectivo desenvolvida por Fiorina (1981), em que os cidadãos sabem como é a vida durante uma determinada administração política e sofrem os impactos das políticas implementadas, de maneira positiva ou negativa. “Desse modo, mais do que uma decisão prospectiva, o voto seria uma decisão retrospectiva, baseada em como a administração anterior se saiu” (BICHIR, 2011, p.184).

No caso de São Paulo, os números de uma pesquisa realizada pelo CEBRAP no período de implementação do BF revelaram uma considerável inclinação partidária. Entre aqueles que declararam preferência ou simpatia pelo PT, 29,2% tinham acesso aos benefícios de transferência de renda (o programa municipal Renda Mínima foi iniciado na prefeitura de Marta Suplicy - 2001-2004), contra 13,1% dos beneficiados que declararam preferência pelo PSDB⁸.

Diante de todo este cenário, concordamos que o BF possui “em germe condições de se transformar em política pública de cidadania” (REGO e PINZANI, 2014, p.218), tendo em vista que a vida dos direitos, como aponta Habermas (2002), o seu valor de uso, depende da vitalidade cívica e participativa da comunidade política. Ponderamos que a ideia de cidadania ligada unicamente a direitos e deveres e ao pertencimento ao Estado-nação pode ser utilizada como ferramenta de controle quando esse mesmo Estado, no sentido amplo, implementa instrumentos institucionais e legais com o objetivo de legitimar as disparidades nas relações de poder inscritas na sociedade, como temos destacado nesta pesquisa.

Cidadania em sentido restrito não enfrenta o histórico discurso discriminatório que

8 Idem.

busca silenciar sujeitos que lutam por direitos sociais. Como aponta Montero, por exemplo, “a experiência aponta que o fortalecimento das instituições não envolve o fortalecimento dos indivíduos aos quais se dirigem seus programas” (MONTERO, 2006, p.71). Assim, nos alinhamos à ideia de que “a luta pela cidadania é a forma mais moderna, contemporânea, do conflito de classes” (OLIVEIRA C., 2001, p.21), isso “porque é a luta pelos significados, pelo direito à fala e à política, que se faz apropriando-se do léxico dos direitos e levando-os, redefinindo-os, num novo patamar, de fato transformando o campo semântico ao tempo em que se apropria dele” (idem).

A participação cidadã da (o) bolsista, forjada a partir da autonomia individual com a perspectiva de fortalecimento comunitário ganha força no debate sobre diagnósticos e ações sociais quando o sentido que ele dá às palavras a partir do seu lugar social tem peso político semelhante ao sentenciado por outros atores sociais. As políticas sociais que reforçam este tensionamento nas relações de poder se aproximam do conceito de fortalecimento comunitário defendido por Maritza Montero (2006).

Para que as políticas sociais possam lograr máxima efetividade e gerar desenvolvimento, é necessária uma cidadania forte, consciente e crítica; ao contrário, o que tende a predominar é o clientelismo e a dependência, a passividade do usuário dos serviços e os serviços que se tornam entes burocratizados, devoradores do erário ou privado, segundo o tipo de instituição. Não se deve esquecer que assim como nos países latino-americanos se fala de fortalecimento, a noção de empowerment se cria nos EUA como uma resposta à crítica sobre a ineficiência da política – implementada nos anos 1970 – que fortalecia instituições e esquecia das pessoas (MONTERO, 2006, p. 71).

O enfoque das políticas públicas na emancipação das pessoas pode fortalecer o compromisso com a ação comunitária, considerando que crescimento individual permite empregar as próprias capacidades, que geram novas expressões e desenvolvem as que têm em função dos interesses coletivos, permitindo superar as formas de compreensão negativas e desmobilizadoras, tais como a alienação, a internalização da visão dominante e a passividade (MONTERO, 2006).

Assim, Montero (2006) define o fortalecimento como o processo mediante o qual os membros de uma comunidade (indivíduos interessados e grupos organizados) desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar sua situação de vida, “atuando de maneira comprometida, consciente e crítica, para caminhar rumo à transformação de seu

entorno segundo suas necessidades e aspirações, transformando-se ao mesmo tempo a si mesmos” (idem, p. 36).

Como se trata de um conceito “tão ligado à práxis” (idem, p. 68) e ao cenário, o fortalecimento foge da “noção unívoca de sentido universal não discutido nem discutível” (idem); e reclama trânsito de sentidos em diversas escalas (individual, comunitária e global), em um fluxo constante.

2.2. Identidade e reminiscências da tradição organizativa em São Miguel Paulista

Como descrevemos, o BF pode favorecer o processo de fortalecimento comunitário. Aliada a este programa de transferência de renda, a identidade periférica funciona como mais um vetor desse processo podendo potencializar a dinâmica do fortalecimento.

Se o lugar é o cenário interativo dos acontecimentos, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos (SANTOS apud MARTINS, 2002), há, pois, uma “ordem local” diretamente associada ao cotidiano das pessoas, cujos parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade e a cooperação (idem). Neste sentido, a força do lugar reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum (LE BOURLEGAT et SANTOS apud MARTINS, 2002), no dia a dia, nas relações de vizinhança, nos conflitos de diversas ordens, enfim.

A experiência de viver na periferia se expressa em um certo *modus vivendi* no próprio local de moradia (D'ANDREA, 2013), no reconhecimento de quem é quem, no saber lidar com a violência no bairro e na postura do morador. Experiência (e prática) compartilhada entre histórias familiares comuns de migrações, nos trabalhos mais ou menos precários, na relação com a violência e o mundo do crime, e nas vivências religiosas. Entre os mais jovens, esse compartilhamento também ocorre por meio do reconhecimento da vestimenta e na

linguagem utilizada⁹, além de novas tecnologias de informação para conectar-se a espaços de construção identitária renovados (FELTRAN, 2010).

Neste cenário se elabora e se materializa a identificação, um dos motores junto ao fortalecimento comunitário. As pessoas se relacionam com as condições de ocupação e sobrevivência do espaço; com ele se identificam, dele se apropriam, nele formam raízes.

Na escala local, segundo Martins (2002), a proximidade cumpre um papel fundamental enquanto base da “socialidade” e geradora da solidariedade e da identificação. Assim, a sociabilidade local contribui fortemente para a instauração dos primeiros “valores sociais” (no sentido desenvolvido por Bakhtin, 2006, p. 44), ou seja, deita raízes no domínio da ideologia.

A afirmação identitária disputa com o sentimento de “segregado” (mencionado no capítulo Processos de Silenciamento) sugerindo o início de um processo de construção de autonomia comunitária e abrindo possibilidades para a organização em nível local. É o transmutar dos desejos individuais em coletivos e vice-versa, como um fluxo. Se “um dos objetivos do trabalho comunitário é revelar, atacar, erradicar as naturalizações que em nossa vida cotidiana que contribuem para a manutenção de situações danosas para os indivíduos e os grupos” (Montero, 2006, p.34), salta em importância o elemento “identidade”, como “reboco” para o compromisso com o outro:

O compromisso e a consciência supõem alguma forma de desenvolvimento de identidade social expressada no sentido de pertencimento e de apego à comunidade, assim como a geração de estilos de ação marcados pela cultura local, que se manifestam, inclusive nas formas de incorporar conhecimentos e técnicas externas que lhes são necessárias para alcançar seus fins (MONTERO, 2006, p. 72).

O sentido de identidade e pertencimento sugere que os processos de mobilização da consciência implicam também na compreensão do caráter histórico dos fenômenos

9 O autor ancora sua análise com base nas proposições do historiador inglês E.P. Thompson (1987), que analisou os campos de experiência nos quais se processa a “formação da classe trabalhadora”.

comunitários (MONTERO, 2006).

São Miguel Paulista tem 24,3 km² de território e 378.438 habitantes¹⁰. No período da chegada dos portugueses, a Aldeia de Ururá (como os indígenas denominavam o Rio Tietê, que margeia a região), era formada por índios guaianases que haviam deixado os arredores do Colégio Jesuíta de São Paulo.

Por volta de 1560, para marcar presença cristã na aldeia, o padre José de Anchieta construiu uma capela, batizada de São Miguel, nome de seu arcanjo de devoção. O povoado começou a crescer ao redor da capela. De aldeamento indígena e missão jesuíta nos séculos XVI e XVII, o espaço permaneceu como um pequeno núcleo habitacional no extremo leste paulistano até as primeiras décadas do século XX. Neste período, segundo Fontes (2002), imigrantes portugueses e japoneses instalaram-se nessas regiões rurais (que reunia, além de São Miguel Paulista, Itaquera e Lajeado - atual Guaianazes -) e passaram a ter grande importância na produção e abastecimento de hortaliças, legumes, frutas e flores para a população de toda a cidade de São Paulo; “floresceram as olarias e a produção de tijolos, que abasteciam a crescente demanda da capital paulista” (idem, p.105).

A partir do século XX, a escalada demográfica no bairro se deve à mudança no padrão de adensamento dos trabalhadores da cidade com a proximidade da residência e local do trabalho como regra (FONTES, 2002). Esse padrão vai rapidamente se modificando na cidade de São Paulo a partir de 1950. “Inicia-se uma aguda descentralização da moradia operária, espalhando as casas dos trabalhadores por diversos e afastados bairros de São Paulo e cidades vizinhas e, em boa parte dos casos, tornando distante seus empregos” (idem, p.110).

Embora imerso no padrão periférico de crescimento urbano dominante na cidade neste período, o bairro distinguia-se dos outros distritos suburbanos, considerados bairros-dormitórios. De acordo com Fontes (2002, p.42), “a existência de uma grande empresa industrial, empregadora da maior parte da força de trabalho local, criava particularidades na constituição de uma comunidade operária”.

10 Dados do IBGE.

O diferencial de atração populacional do bairro foi a instalação da indústria Nitroquímica. Atraídos pelo baixo custo dos terrenos, pela proximidade da estação ferroviária e dos grandes reservatórios de água do Tietê, os empresários José Ermírio de Moraes e Horácio Lafer, com o apoio do então presidente da república Getúlio Vargas, inauguraram a fábrica em 1937 (FONTES, 2002).

A reconfiguração demográfica a partir da instalação da Companhia Nitro Química Brasileira mudou as relações sociais e identitárias no bairro. Inicia-se um processo intenso de povoamento do bairro capitaneado pelos nordestinos.

Entre 1950 e 1970, a capital paulista triplicou seu tamanho, enquanto que, no mesmo período, a população de origem nordestina cresceu dez vezes” (FONTES, 2002, p. 54). O planejamento da migração do Nordeste para o município de São Paulo ocorria desde a cidade natal, fosse famílias inteiras ou membros em separado, os âmbitos familiar e comunitário se configuravam como grandes redes de confiança e auxílio mútuo em momentos de mudança territorial. “Eram essas redes que os encaminhavam para cidades e bairros, e muitas vezes, diretamente para o trabalho em empresas específicas” (FONTES, 2002, p.71).

A organização comunitária consolidou-se como espaço contíguo da grande indústria. São Miguel Paulista se tornou a região de maior crescimento da cidade já em meados do século XX. Como descreve Fontes (2002), nos anos 1940 e 1950, as divisões sociais no bairro ainda tinham uma forte correspondência com as distinções entre, de um lado, os ocupantes de altos cargos na Indústria Nitro Química e famílias consideradas tradicionais; e de outro, os migrantes em geral. Assim, “a primeira geração de migrantes nordestinos teve acesso bastante restrito às posições mais influentes na vida da comunidade, embora rapidamente a participação política e em movimentos sociais tenha alterado essa situação” (FONTES, 2002, p.241).

O senso comunitário em São Miguel Paulista se imbricou com a criação, tensa e relacional, de uma identidade nordestina, articulado, por sua vez, a uma identidade de trabalhador, o que abriu espaço para um forte sentimento classista entre muitos migrantes. As identidades eram forjadas no cotidiano do bairro, na dinâmica da moradia, do lazer e da religiosidade local (FONTES, 2002).

O final do Estado Novo marcou o início de um período onde a política passou, em grande medida, a fazer parte do cotidiano do bairro, justamente pelo fato de o Partido

Comunista figurar no pós-guerra como a esperança para a construção de uma base política que desembocaria em novas condições vida aos operários e suas famílias. Uma permanente luta pelo direito ao 'progresso' e ao desenvolvimento vivido pelas áreas mais abastadas da cidade era motivada diante das enormes carências de infraestrutura urbana (FONTES, 2002).

A célula Augusto Pinto, fundada pelos comunistas locais em homenagem ao antigo militante morto em 1937 no presídio Maria Zélia (localizado no bairro do Belenzinho), em poucos meses se tornou "o orgulho do PCB", sendo a maior organização desse partido na cidade de São Paulo, com mais de mil trabalhadores filiados (FONTES, 2002). O PCB obteve a vitória de 17 deputados federais e conseguiu 10% dos votos na eleição presidencial de 1945. O PCB tornou-se o maior partido comunista da América Latina, com cerca de 200 mil partidários.

No mesmo ano o escritor e militante político Jorge Amado visitava a maior célula do partido comunista brasileiro da capital paulista, ligada aos trabalhadores da Indústria Nitro Química, no então maior bairro nordestino do município de São Paulo. O clima alegre e informal entre os trabalhadores o encantou. Modos e costumes "à maneira do norte" de operários e operárias, de colocar bancos na frente das casas "onde a gente senta e conversa" trouxe-lhe boas recordações (FONTES, 2002). Amado se identificou com o lugar ao celebrar o ar de festa imperante na sede do partido no bairro. Entusiasmado, escreveu: "em nenhuma parte eu senti tanto que o Partido era casa do proletariado e do povo quanto na sede distrital de São Miguel" (AMADO *apud* FONTES, 2002, p. 104).

Mas o contexto de 'caça aos comunistas' fragilizou a organização dos movimentos sociais e organizações comunitárias progressistas nas escalas nacional e local. Em maio de 1947, o governo de Eurico Gaspar Dutra colocou na ilegalidade o PCB, e cerca de oito meses depois cassou o mandato de seus representantes no Congresso, inclusive o mandato de Luis Carlos Prestes, eleito senador com o maior número de votos. A política governamental repressiva contra as atividades do PCB somada à forte repressão desencadeada a partir do golpe militar de 1964 frearam o caráter organizativo no bairro.

Somente por meio do declínio institucional e da decadência política e moral do regime organizações de trabalhadores puderam se reorganizar abertamente. Ao longo dos anos 1970, quando novos movimentos sociais se disseminaram pela cidade, São Miguel Paulista se tornava novamente uma das regiões mais ativas e participativas politicamente e "uma longa e

subterrânea tradição organizativa no bairro iria alimentar e 'dialogar' com esses novos militantes e organizações” (FONTES, 2002, p. 348).

Como em outros bairros populares, ressurgiram movimentos sociais urbanos que se pautavam por problemas concretos da vida cotidiana (à semelhança dos anos 1940), decorrentes da enorme expansão da população urbana sem o mínimo avanço infraestrutural. Os grupos reivindicavam medidas simples como asfaltamento de ruas, redes de água e de esgoto, energia elétrica, transporte público, segurança, serviços de saúde. Boa parte dessa população reclamava a legalização da posse de seus lotes. A pressão exercida por esses grupos focava principalmente a prefeitura.

Em 1980, o censo apontava 320 mil habitantes no bairro. Somados os habitantes de toda a região, que inclui subdistritos de São Miguel Paulista, como Ermelino Matarazzo, Itaim, Itaquera e Guaianazes, o número ultrapassava um milhão e duzentas mil pessoas (FONTES, 2002). A partir desta década a periferia paulistana começa a ganhar novos aspectos identitários. Para Souza Martins (1992), o movimento cultural e político formado ao redor do *hip-hop* teve como uma de suas principais conquistas construir uma identidade para o morador da periferia a partir de uma dupla recusa: “em um âmbito, uma recusa da cidade que historicamente recusou a periferia; a segunda recusa verifica-se no binômio operário-subúrbio” (SOUZA MARTINS *apud* D'ANDREA, 2013, p. 133)

A descoberta de singularidades etárias e étnicas, juntamente com “a recusa da categoria trabalhador fez com que a nova geração desse espaço geográfico tenha substituído o antigo binômio “operário-subúrbio” por outro, no qual prevalece a categoria morador de um lugar com carências infraestruturais de nome periferia” (idem).

O contexto histórico e político dos anos 1980 permitiu, de acordo com D'andrea (2013), que os posicionamentos políticos da população organizada nos bairros populares expressos pelos movimentos sociais da periferia assumissem, nos anos seguintes, a ideia de que podiam fazer uso político da condição de morador de bairros populares. “É nesse momento que ocorre de maneira embrionária a utilização do termo periferia como uma crítica aprofundada à sociedade e como subjetividade compartilhada e reconhecimento mútuo de uma condição” (D'ANDREA, 2013, p. 45).

Neste cenário surgiam experiências de organizações sociais ligadas à Saúde, Moradia e outras pautas, em grande parte por influência do trabalho de base do PT e das CEBs. O

trabalho religioso ligava-se diretamente às condições sociais desses grupos e era ao mesmo tempo um esforço de conscientização política. O bairro de São Miguel Paulista se tornaria um dos principais redutos das comunidades eclesiais de base na periferia paulistana. “Foi a partir da nomeação de Dom Angélico Sândalo como bispo da região leste da capital, que a atuação de militantes católicos cresceria bastante” (FONTES, 2002, p.215).

A evanescência da movimentação política fomentada pelas CEBs (em 1989, o papa João Paulo II realizou uma redefinição territorial das hierarquias da igreja na cidade, com o objetivo de transferir padres progressistas¹¹) foi preponderante para a falta de representatividade política dos bairros populares paulistanos ao final dos anos 1980 (D'ANDREA, 2013) e início dos anos 1990.

Após uma década de lutas e reivindicações, num contexto em que gradualmente se reconsolidou um sistema democrático representativo, deixou de ocorrer um enraizamento organizatório e reivindicativo que consolidasse também um conjunto de direitos básicos. A luta por direitos básicos permaneceu nos anos 1990, mas de forma difusa e pontual.

Hoje, a população da periferia não demonstra mais a força política que gozava nas décadas anteriores e passou a figurar sobretudo como potência eleitoral (D'ANDREA, 2013). Além disso, uma parcela considerável da população trabalhadora parece ter encontrado nas igrejas neopentecostais o amparo social que a igreja católica passou a oferecer menos. Como salienta Feltran (2010) em apenas duas décadas milhões de católicos transitaram à teologia neopentecostal na periferia, trazendo também novos sentidos à ideia de organização coletiva na periferia; uma nova religiosidade em que o público perde espaço para o privado. Isso será discutido no capítulo “O que silencia a (o) bolsista da periferia”.

O aumento da violência nos bairros populares e afastados também deve ser considerada quanto ao atual processo de participativo dessa população. Em muitos casos, (como veremos também no capítulo “O que silencia a (o) bolsista da periferia”) o medo de

11 O sociólogo Tiaraju Pablo D'andrea descreve aqui a percepção pessoal enquanto morador da zona leste paulistana em *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. USP, julho de 2013; pág.45.

ocupar a rua, os bares e os espaços públicos em geral está relacionado com o crime organizado e com a presença da própria polícia militar.

Outro processo que favoreceu o tensionamento de novos sentidos em relação à organização e participação política no caso específico de São Miguel Paulista se refere a sua transição de bairro operário a bairro de caráter comercial, considerando a atual ampla oferta de serviços relacionados ao consumo, como supermercados, padarias, centros comerciais e agências bancárias. Existem 1983 estabelecimentos econômicos no bairro: 50,88% referem-se ao comércio, 31,67% a serviços, 13,16% estão na indústria e 4,24% na construção civil¹². A Nitro Química, que já alcançou milhares de funcionários, permanece como um dos estabelecimentos do bairro que mais oferecem vagas de trabalho, agora em bem menor quantidade: com 401 funcionários. A empresa é responsável por quase 18% dos postos da indústria local¹³.

As mudanças na matriz social, religiosa e econômica do bairro (e da maior parte da periferia paulistana) incidem diretamente nos processos organizativos dos movimentos sociais locais. Acrescente-se a isso, o ideal implementado e propagandeado pelo fenômeno do lulismo no qual, para além de um significado de uma conscientização do poder político-eleitoral dos mais pobres, impulsionou-lhes o consumo por meio de programas sociais de transferência de renda, do aumento do crédito e do salário-mínimo.

Neste novo cenário, parece-nos que o sentido privado do cotidiano prevalece sobre o coletivo e público, enfraquecendo possibilidades e tentativas mais robustas de organização e participação social.

12 Idem

13 Site da prefeitura da cidade de São Paulo – www.capital.sp.gov.br

3. A mudança social como método

Buscamos conhecer quais os sentidos relacionados ao cenário de mudança social estão emergindo entre os bolsistas entrevistados, imersos em um processo de tentativa de silenciamento contínua levada a cabo por setores sociais dominantes. Dessa forma, para compreender uma formação ideológica dominante, materializada no discurso, partimos do pressuposto que o mesmo é instrumento da prática política. “A prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (PÊCHEUX apud ORLANDI, 2008, p.34). Assim, a palavra, a significância, o “signo”, torna-se também a arena onde se desenvolve a luta de classes, por mais que setores dominantes tentem “abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN, 2006, p. 45-46).

A partir do que mencionamos no capítulo Processos de Silenciamento, consideramos este estudo é também um olhar sobre a história, tendo em conta que “ela [a história] se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)” (Orlandi, 2008, p.42). A partir daí, concordamos que “a relação da análise de discurso com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos” (idem).

Nesta pesquisa, ponderamos que, para além da apreensão dessa historicidade, buscamos também os sentidos que emergem no acontecimento, no cotidiano. Parece-nos que abrir a estrutura ao acontecimento pode favorecer a compreensão de possibilidades de resistência individual e coletiva.

Para Pêcheux (2002, p.56), uma noção de 'formação discursiva' emprestada a Foucault pela Análise de Discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição. No limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora (idem).

Dessa forma, concordamos que “A Análise de Discurso deveria abrir a estrutura para ao acontecimento (CHIAROTTI; CHIAROTTI, 2010, p. 8). Ou seja, pontuamos que

utilizamos as definições de discurso desenvolvido por Orlandi e Pêcheux não com o objetivo de defender a naturalização do assujeitamento das pessoas aos discursos, mas ao contrário, tendo em vista que o sujeito é ao mesmo tempo constituído e também constituinte das formações ideológicas (CHIAROTTI; CHIAROTTI, 2010, p. 7).

Investigar por meio da Análise do Discurso as representações ideológicas de bolsistas da periferia atrelada à criação de novos sentidos, à luz de concepções relacionadas ao fortalecimento comunitário, significa que não estamos interessados no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso (ORLANDI, 2009, p. 72). Significa também que não consideramos as relações de poder como imanentes, em que o poder nasce em algumas pessoas e outras não, “não é algo que alguns adquirem desde muito cedo e outros nunca conseguem. Esta é uma interpretação ideologizada do poder, que o converte em um objeto, em uma coisa” (MONTERO, 2006, p. 36).

A ideia de que o poder é necessariamente assimétrico supõe deixar certas pessoas, grupos sociais ou uma massa ilimitada de pessoas sem poder (MONTERO, 2006). “Esta simplificação das situações sociais, demasiado frequente, em que uns têm sempre muito e muitos mais têm sempre pouco, desconhece as capacidades e potencialidades dos dominados” (idem, pág. 40).

Dessa forma, “o dispositivo, a escuta discursiva, deve explicitar os gestos de interpretação que ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória” (ORLANDI, 2009, p. 60). Noções como 'instituição', 'posição de classe', 'formação discursiva e formação ideológica', 'lugar social dos locutores’” (ORLANDI, 2008) são “muito marcadas pelo fato de que derivam da análise das formas das sociedades modernas ocidentais” (idem, p.195). Entretanto, como afirma Orlandi (2008), é preciso ter o controle sobre isso e, ademais, determinar bem os domínios distintos e específicos a cada forma de sociedade que se analisa. E mais do que isso, a análise significa deixar em aberto o diálogo e o fluxo entre teoria e objeto. “Em um retorno contínuo do objeto de análise para a teoria, em um movimento constante de descrição e interpretação, o analista tece as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente” (ORLANDI, 2009, p. 80).

O processo de análise, de imersão para além da chamada “materialidade linguística”, envolve refletir sobre “o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc. (...) fornecendo-

nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza” (ORLANDI, 2009, p.65).

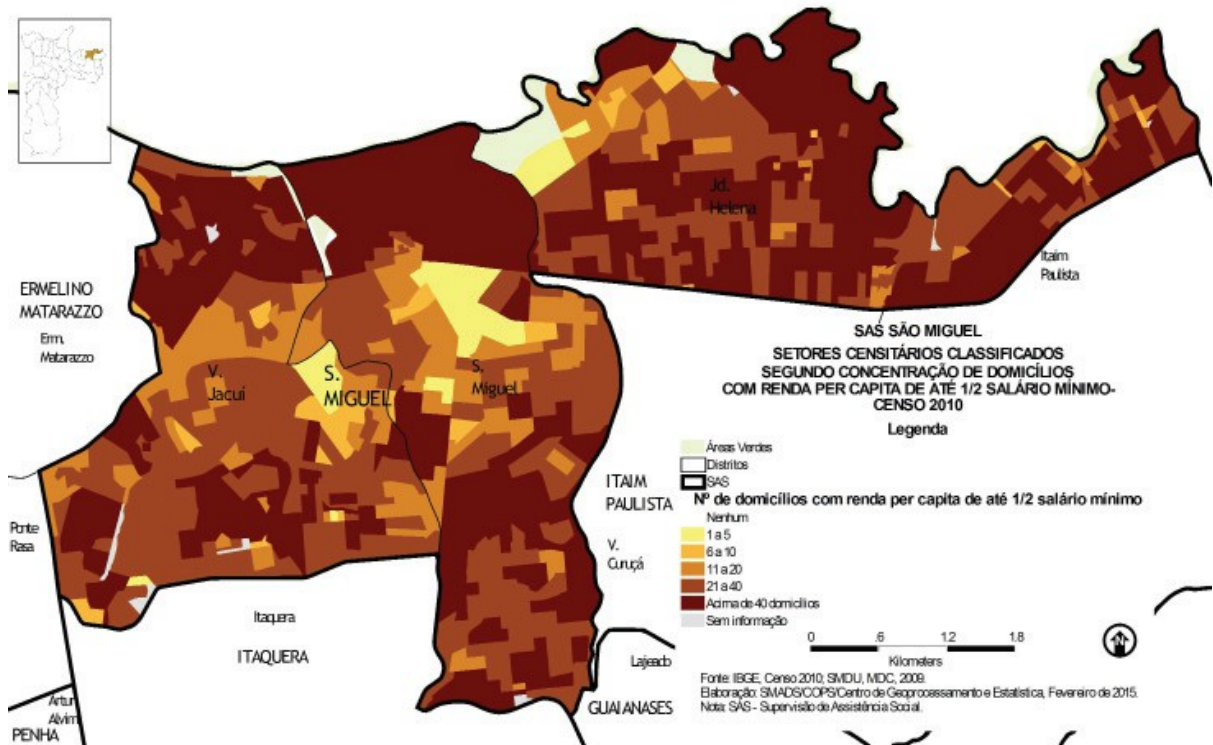
Considerando que “a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas” e que “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas (ORLANDI, 2005, p.63)”, os fragmentos mais significativos para aquilo que procuramos relacionar estão dispostos nos próximos capítulos. Mas antes de alcançarmos a discursividades dos participantes, necessitamos compreender alguns cenários e papéis sociais mais imediatos que lhes influenciam para além do que já foi mencionado nesta pesquisa (como a formação das relações de poder na sociedade brasileira).

3.1. Cenários

Em um bairro matizado por “tons” de vulnerabilidade se localizam os 21.750 titulares beneficiados pelo programa Bolsa Família. A maior parte, 15.119, recebe até R\$ 77 (Smads, julho de 2015) do programa federal. Em toda a cidade de São Paulo são 440.691 famílias beneficiárias do programa federal.

O bairro de São Miguel Paulista se divide em três distritos - São Miguel Paulista, Jardim Helena e Vila Jacuí. Tanto do ponto de vista da infraestrutura urbana como em relação às condições de vida das famílias existem abismos sociais dentro do território. No mesmo bairro onde existem desde famílias pobres e altamente vulneráveis vivendo em condições precárias (péssimo saneamento básico, falta de escolas, carência de equipamentos de lazer e etc; como é o caso do Jardim Pantanal, onde parte de seus moradores encontram-se em meio a um processo de regularização fundiária); até um contingente expressivo de moradores de condomínios fechados ou que vivem em grandiosas residências muradas, como ocorre em certas localidades próximas ao campus da Unicsul, universidade fundada em 1972 na área central do bairro.

Figura 1:



Esta condição heterogênea é ilustrada por dados do Atlas - Zona Leste. A figura demonstra que o Jardim Helena, onde vive boa parte dos entrevistados, é a área que apresenta maior quantidade de domicílios com as menores rendas per capita.

Outras as informações do Atlas – Zona Leste apontam que, na região, apesar de São Mateus e Itaim Paulista terem os maiores números de IPVS 5 (Alta Vulnerabilidade) com 27.613 e 24.634 domicílios respectivamente; a maior quantidade de IPVS 6 (Muito Alta Vulnerabilidade), indicador atribuído apenas a aglomerados subnormais, está em São Miguel Paulista (12.892), que conta com 43 favelas.

Para esta pesquisa, foram realizadas no bairro 27 entrevistas mais a reunião com o Grupo Focal envolvendo 7 beneficiados com a anuência do CRAS da região de São Miguel Paulista e da SMADS (ocorreu uma espera de um mês e meio junto à aprovação da pesquisa por parte da prefeitura do município de São Paulo). O início do trabalho de campo datou de outubro de 2014, concluído em dezembro do mesmo ano, durante as disputas eleitorais à presidência da república.

Realizar as entrevistas sem que houvesse participação direta do CRAS foi um fator condicionante emitido pela SMADS ao pesquisador e aos funcionários do órgão. Diante disso, ao pesquisador foi permitida a presença nas dependências do CRAS de São Miguel Paulista para convidar os (as) bolsistas a participarem da pesquisa. A maior parte das entrevistas ocorreu nas dependências do órgão, sem o apoio logístico adequado; referimo-nos aqui à falta disponibilidade de uma sala para o trabalho. Desta maneira, o vão de entrada do CRAS funcionou diversas vezes como espaço para efetivar as interlocuções.

A maior parte das (os) entrevistadas (os) da pesquisa recebe até R\$ 77. Em São Miguel Paulista, 69,51% dos titulares fazem parte deste grupo¹⁴. Quase todo o restante dos beneficiários recebem de R\$ 77 a R\$ 154; e uma minoria altamente vulnerável socialmente obtém valores acima de R\$ 154.

O convite para participar da pesquisa aos bolsistas foi feito por meio de uma carta de apresentação (anexa). Nesta etapa da abordagem, ou o pesquisador lia em voz alta conjuntamente com o entrevistado ou o mesmo realizava a leitura.

Foram realizadas 27 entrevistas e um Grupo Focal formado por 7 bolsistas. As primeiras duravam, em média, trinta minutos, e ocorreram nas dependências do CRAS de São Miguel Paulista e em algumas residências dos (a) beneficiários (as), em sua ampla maioria, titulares do programa. O grupo, assim como algumas entrevistas, aconteceram no Jardim Pantanal (no Instituto Alana - ONG ligada à promoção dos direitos da criança), uma das localidades com maior índice de vulnerabilidade social do bairro.

Algumas características aproximaram os integrantes da pesquisa: dentre os 34 participantes, 26 são mulheres, ou seja, 88%. A maior parte delas são negras, mães de família e frequentam igrejas cristãs neopentecostais. Chamou-nos atenção para o fato de muitos dos entrevistados, homens e mulheres, ser de origem ou ter parentesco nordestino.

Um fato curioso: somente uma pessoa (dentre trinta e quatro participantes) pediu o sigilo de identidade por receio de perder o benefício, desconfiando que trabalhávamos para o

14 Cruzamento de dados desta pesquisa com informações do SMADS, julho.

“governo do PT”.

Por questões metodológicas quatro entrevistas não foram consideradas para esta pesquisa, bem como o Grupo Focal devido a incidência de outros tipos de auxílio de renda junto aos participantes envolvidos. Dessa forma, foram considerados para a análise discursiva 23 entrevistados.

Tomamos como direcionamento em nossos diálogos o fato de sermos oriundos do bairro em que os entrevistados bolsistas vivem, e que essa comunidade discursiva deve “ser compreendida não como uma noção que remete estritamente a um grupo, mas sim a tudo o que esse grupo implica no plano da organização material e dos seus modos de vida” (ORLANDI, 1992, p.206). Tentando dialogar com essa ideia, o roteiro semi-estruturado (anexo I) das interlocuções transita principalmente entre três dimensões: a percepção do entrevistado com relação ao papel do Estado; a relação com o espaço (bairro/cidade) onde o (a) morador (a) vive; e, principalmente, a opinião do entrevistado acerca de seu processo de fortalecimento e participação após o acesso ao programa federal do Bolsa Família. Como temos mencionado, desde o início desta pesquisa optamos em abordar a participação a partir do arcabouço teórico de fortalecimento comunitário desenvolvido por Montero (2006).

3.2. Sujeitos discursivos e papéis sociais

Como é por meio da expressão que nos construímos como sujeitos (BAKHTIN, 2006), uma vez materializada, ela exerce “um efeito reversivo sobre a atividade mental: ela põe-se então a estruturar a vida interior, a dar-lhe uma expressão ainda mais definida e mais estável” (idem, 121).

A relação entre a situação social desse sujeito e sua posição no discurso não é direta (ORLANDI, 2008), considerando a existência de formações imaginárias que presidem essa relação, de forma que o lugar de onde ele fala se reflete no que ele diz. É, portanto, um jogo de imagens que se projeta em todo o discurso (idem). Desse modo, o discurso é menos transmissão de informação que efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1969). Cada enunciado pode ter vários destinatários: cada enunciado pode ter vários sentidos. “Promessas e ameaças andam muitas vezes juntas, na mesma palavra, dependendo a quem ela se destina” (ORLANDI, 2008, p. 154).

O cenário imediato pode influenciar bastante o aparecimento de destinatários imaginários. Uma abordagem junto a um (a) bolsista (a) na porta de um CRAS pode, por exemplo, intimidar e criar uma posição discursiva diferente daquela em que uma entrevista é realizada na residência da pessoa, ou em sua vizinhança.

O pesquisador, interlocutor do entrevistado, pode ser confundido com um agente público e isso incide com mais força se a entrevista é realizada na frente do CRAS (órgão público que atende os integrantes desta pesquisa), mesmo o pesquisador explicando que ela não tem a ver com essa instituição, como tentamos fazer.

Segundo Pêcheux (1975), há processos históricos que produzem as formas da subjetividade, isto é, as “formas-sujeitos”. Assim, “é próprio de uma sociedade como a nossa que o sujeito seja capaz de autonomia e de responsabilidade, sofrendo as coerções exteriores do seu contexto histórico-social, ao mesmo tempo em que determina o que diz” (ORLANDI, 2008, p.199). Ou seja, o sujeito (ou forma-sujeito, neste caso) das sociedades ocidentais é, pois, um sujeito (internamente) livre e submetido a coerções (exteriores) institucionais (idem).

Concordamos, assim, o diálogo entre um pesquisador da USP e um(a) bolsista do programa Bolsa Família nos convida à reflexão sobre a profundidade e a diversidade dos sentidos produzidos neste cenário. Se inferimos que “os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor” (BAKHTIN, 2006, p. 116), notamos que ambos os sujeitos (o estudante da USP e o (a) bolsista do BF), apesar que iguais perante a Constituição, enfrentam pressões sociais, porém com sentidos diferentes.

Existem papéis sociais nesta relação. Gerth e Mills (1964) afirmam que o indivíduo forma uma imagem de si por meio da interiorização da imagem dele elaborada por outras pessoas significativas, “assim como pelo fato de satisfazer as expectativas que essas pessoas significativas possuem em relação a ele e a certos papéis definidos socialmente” (GERTH, MILLS, 1964, p.11). Neste sentido, por exemplo, uma situação em que o bolsista reclama de bloqueios da bolsa torna-se um discurso político, no qual o pesquisador, que também representa uma instituição pública, passa a ser um agente de escuta do Estado.

Um outro exemplo ocorre quando o que o entrevistador (e observador) compreende como injustiça pode ser interpretado de maneira bem diferente pelas próprias pessoas que são vítimas de injustiça (idem). Isto porque, na maioria das vezes, as palavras não têm o sentido

que a gente quer dar, mas o sentido que efetivamente tomam, dadas as condições de sua produção. Em termos políticos, mais do que em qualquer contexto, “a intenção de quem fala tem muito pouco a ver com que significa realmente” (ORLANDI, 1992, p.150).

Algumas falas dos participantes desta pesquisa tentarem dissimular (por vergonha, medo) questões gravíssimas sobre a realidade individual e local. Isso também pode ocorrer “talvez por causa de um silenciamento imposto, dessa interdição à expressão política, vítimas de uma opressão estruturada e prolongada historicamente não reconhecem injustiça que sofrem” (FRASER e HONNET, 2014, p. 38).

Tais apontamentos nos levam à seguinte questão colocada por Orlandi (2009, p.83): “se o não-dizer significa, então o analista pode tomar tudo o que não foi dito como relativo ao dito em análise? Não há limite para isso?” Para ela, trata-se de uma “questão de método”: “partimos do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para delinear as margens do não-dito que faz os contornos do dito significativamente. Não é tudo que não foi dito, é só o não dito relevante para aquela situação significativa (idem).

3.3. Os entrevistados

As pessoas que se dispuseram a conversar conosco merecem todo o respeito e agradecimento do pesquisador. A atitude delas significou-nos também um ato de resistência e solidariedade, considerando que, em boa parte dos casos, estavam cansadas e estressadas por “madrugarem” na porta do CRAS para retirar a senha de atendimento ou por enfrentarem o bloqueio temporário do auxílio de renda.

Os entrevistados nos revelaram a inexistência de reuniões ou conselhos que possibilitem o controle social do programa, como a fiscalização de sua aplicação e do cadastramento. Além de diminuir tensionamentos desnecessários no atendimento, isso funcionaria como um estímulo à participação. Mas, como já descrevemos neste estudo, o controle social do programa careceu de provisões financeiras, e sobretudo políticas.

A maior parte dos entrevistados é formada por nordestinos, mulheres negras, com mais de 30 anos. Estes três subgrupos se entrecruzam. Situações de diversidade na formação familiar formam outra constância entre os entrevistados. Cerca de metade das mulheres com quem conversamos ou já estavam divorciadas ou em processo de separação de seus maridos.

Observamos que a maioria dos sujeitos deste estudo são adeptos a uma gama variável de nomenclaturas neopentecostais: Paz e Vida; Assembleia de Deus; Deus é Amor; Messiânica; Congregação Cristã; Igreja da Graça; entre outras.

No geral, apesar da sensação de individualismo da vizinhança ter sido citada algumas vezes, o espírito de coletividade é enaltecido pela maior parte dos entrevistados. Dos incômodos relatados, destacam-se a má qualidade dos serviços públicos e a violência endêmica; não apenas a praticada por civis, mas também por agentes institucionais, protagonizada por policiais militares ou guardas municipais.

Importante notarmos o cenário mais amplo das entrevistas: eleições e irrompimento de uma crise política (fim de 2014). O país já apresentava uma considerável polarização naquele período que se agudizou em 2015, e se ampliou em 2016. Um bolsista, inusitadamente, pediu o sigilo de identidade por receio de perder o benefício, desconfiando que trabalhávamos para o “governo do PT”.

Abaixo, algumas características sobre os participantes desta pesquisa que nos concederam a permissão para analisar suas discursividades:

Angelina

Avó, negra e de 60 anos de idade, a senhora foi abordada e entrevistada à frente da entrada do CRAS de São Miguel Paulista, em dezembro de 2014. Seu benefício, de R\$ 38, havia sido bloqueado no mês anterior e, diante disso, enxergou no pesquisador um canal de comunicação com burocracias superiores do programa. Paciente, sua voz embargada de tristeza não a impediu de “prosear”. A mineira de Turmalina (MG) passou-nos uma impressão de que se sentia desamparada. Angelina é frequentadora assídua de cultos da Igreja Deus é Amor.

Gerina

Beneficiada por cerca de R\$ 100 do programa federal, é avó, mãe de duas jovens, negra e tem 57 anos de idade. Abordada e entrevistada à frente da entrada do CRAS de São Miguel Paulista em novembro de 2014, a alagoana moradora do Jardim Vila Nova demonstrou-nos bastante desconfiança no início de nossa abordagem e enfatiamento ao fim da entrevista. Interessou-se em participar da pesquisa quando o pesquisador

utilizou a palavra “bate-papo” (no que a entrevista acabou se transformando, de fato), pois se sentiu à vontade para falar de seu passado pessoal. Talvez tenha enxergado no pesquisador um confidente ou alguém com quem pudesse desabafar assuntos mais íntimos ou cotidianos. Falava baixo e algumas vezes encavalava as palavras, tornando-as incompreensíveis.

Vítor

Seu auxílio é de cerca de R\$ 100. Vítor, de 53 anos de idade, vive em um albergue na região central de São Miguel Paulista. Abordado no CRAS do bairro e entrevistado em frente ao CRAS, sob a sombra de uma árvore, em novembro de 2014, o paulistano, personagem e sujeito ímpar, fez questão de narrar partes importantes de sua vida. Com o rosto curtido pelo sol, o ex-morador em condição de rua (onde viveu 18 anos) mais uma vez quer retornar ao convívio social de sua família. Mostrou-se celebrativo pelo fato de estar há 60 dias sem usar drogas, fato que, para ele, o impele a viver na rua. Após a gravação do diálogo, Vítor nos revelou a experiência de alguns dias anteriores àquele: enquanto procurava latinhas, encontrou um “pino” repleto de cocaína. Não usou e jogou fora. Ao pesquisador, celebrava esse ato de resistência. Contou-nos também que quase furtou um “bolo de dinheiro” da bolsa de uma mulher porque “o diabo ficava dizendo pra roubar”. Resistiu; o que, segundo ele, foi “graças a Deus”. Ao final da entrevista abraçou o pesquisador como a um amigo e desejou toda a sorte para o estudo que, de acordo com ele “serviria para ajudar pessoas como ele”. A fala de Vítor (um dos poucos paulistanos participantes da pesquisa) foi a mais longa de todas. Momento propício para discorrer, tendo em conta o longo processo de silenciamento pelo qual tem vivido.

Maria do Socorro

A pernambucana está há três anos na cidade de São Paulo. Moradora do Jardim Noêmia, 48 anos de idade, por apresentar a pele do rosto curtida de forma extrema pelo sol devido uma vida inteira no corte de cana-de-açúcar aparentava 65/70 anos de idade. Seu auxílio é de R\$ 200. As respostas monossilábicas nos indicou um histórico amplo de sofrimento. Abordada e entrevistada à frente da entrada do CRAS de São Miguel Paulista, em novembro de 2014, contou-nos que, por medo da violência sai de casa somente para buscar um dos filhos na escola. Maria do Socorro frequenta três igrejas: Testemunha de Jeová, Salão do Reino e Igreja Mundial.

Ana Claudia

A filha de Maria do Socorro acabou participando da entrevista. Inquieta e com forte anseio em encerrar a interlocução, reclamava do sol forte. A moça, de 24 anos, também é pernambucana, mas cresceu em São Paulo (SP). Chamou-nos a atenção o fato de que, por algumas vezes, a filha tentasse “tutelar” a mãe e demonstrar que sabe lidar melhor com as surpresas da metrópole, como diante de uma interpelação de pesquisa acadêmica, por exemplo.

José Lázaro

Sereno e com a tez curtida de José Lázaro, de 54 anos de idade, albergado, também ex-cortador de cana-de-açúcar e oriundo da cidade de Vitória de Santo Antão (PE), demonstrou seu viés resistente e de trabalhador. Abordado e entrevistado à frente da entrada do CRAS de São Miguel, falava o tempo todo de emprego. Por sinal, a partir daquelas 13h de um dia ensolarado de outubro de 2014 estava prestes a, mais uma vez, procurar emprego. José Lázaro disse ir com frequência aos cultos da Igreja Mundial. Recebe aproximadamente R\$ 100.

José Lopez

Em uma de nossas primeiras abordagens, em outubro de 2014, aproximamo-nos de um casal altivo, silencioso, e expusemos aos dois a nossa pesquisa. A mulher, baixa, branca, cabelo e saia longos, mostrava-se incomodada com nossa aproximação. Seu marido, um senhor de 58 anos, trajes formais, com uma camisa verde-limão, calça marrom e sapato preto. Negro, olhos verdes e bigode bem feito, estava disposto ao diálogo, mas somente após o atendimento com a assistente social, no CRAS. O recifense José Lopez se recuperava de problemas de saúde relacionados a diabetes. Na entrevista, destacou, com orgulho, a sua fé cristã. Tentava, com frequência, aproximar questões como amizade, drogas, vizinhança, violência a uma determinada pedagogia cristã, à semelhança de outro conjunto de entrevistados. Ele e sua esposa frequentam a Igreja Assembleia de Deus há 26 anos. A família é beneficiada por cerca de R\$ 90 do programa bolsa-família, direcionado ao sustento da neta mais nova.

Elizabeth

Negra, de 27 anos e paulistana. Foi abordada e entrevistada à frente da entrada do CRAS, em outubro de 2014. Suas expressões no decorrer de nosso diálogo confirmou a construção de alguns significados imediatos e

gerais acerca do benefício do BF. A sensação de alívio e de diminuição de um tipo de pressão social foi-nos vocalizada pela mãe de quatro filhos, auxiliada por cerca de R\$ 450 ao mês. Ela está no grupo de bolsistas que necessitavam de valores mais altos para a família.

Andréa de Paula

Andréa de Paula, mãe, negra, em processo de separação do então marido. Revelou que o programa Bolsa Família a impulsionou no retorno aos estudos, mas considera a transferência de renda como um “quebra-galho”. Recebe entre R\$ 150 e R\$ 200. Paulistana, frequenta o curso de graduação em Gastronomia em uma universidade privada, também por meio de um programa federal, o PROUNI. Foi abordada e entrevistada à frente da entrada do CRAS de São Miguel Paulista, em dezembro de 2014.

Sueli

A jovem mineira estava no portão de sua casa, no Jardim Pantanal. A jovem de 29 anos havia dado à luz há pouco mais de um mês. Com o auxílio da psicóloga Amanda Sousa da Silva, também mestranda do ProMuSPP e parceira da comunidade, abordamos Sueli que, prontamente, compartilhou conosco suas considerações sobre o BF, a relação deste com a participação, e a relação da participação com lugar onde vive. Por conversarmos no seu portão, sob o sol escaldante de um meio-dia de outubro, optamos por não estendermos nosso diálogo. Seu auxílio é de R\$ 35.

Patrícia

Após a entrevista com Sueli, caminhamos mais alguns minutos pelas ruas de barro e acidentadas do Jardim Pantanal (na região do Jardim Helena) até encontramos um grupo de dez pessoas, entre mulheres e crianças, na maior parte negras (cinco mulheres e cinco crianças), em frente a uma casa de esquina. A não ser as crianças mais novas, todos ali tinham a mesma origem (Itabuna, na Bahia). Todos do grupo tinham algum tipo de relação com o programa federal. Descalça sobre a terra quente da rua, Dona Cota (Maria Madalena), uma senhora radiante de 69 anos, ofereceu-nos suco e tira-gostos. Os R\$ 77 mensais que recebe do BF são administrados por sua filha, Patrícia, de 32 anos, que se dispôs a conversar com o pesquisador. A moça é segurança em um supermercado no centro da cidade e estava prestes a se tornar avó: sua filha de 15 anos estava grávida.

Lígia

Alguns dias depois, retornamos às ruas do Jardim Pantanal e desta vez permanecemos durante pouco mais de duas horas na casa de Lígia. A moça, parda, de 27 anos, paulistana, recebeu-nos onde mora com seu filho de 7 anos de idade e sua mãe, Sônia. Por meio da criança a família recebe um valor de R\$ 30 mensais. Sua casa se situa entre uma rua asfaltada e o rio Tietê, que margeia seu quintal amplo e verde. Da cozinha para o rio a distância é de 15 metros. Há inúmeros animais presentes na residência como galinhas, gatos, cachorros e galos. Nesta visita tivemos a impressão de visitar uma chácara ou outro tipo de residência de características rurais. Durante uma enchente de grandes proporções, em 2009, a bolsista e sua família foram obrigadas a permanecer um mês fora de casa e se alojaram na residência de uma vizinha e colega de sua mãe, na mesma rua.

Sônia

Em meio à entrevista com Lígia, chegava sua mãe, a militante comunitária, ex-taxista e universitária, Sônia, de 60 anos. Estudante de Serviço Social e apaixonada pelo seu bairro, participa assiduamente de reuniões na então recém-fundada Associação de Moradores do Jardim Pantanal. Pareceu-nos o sujeito mais “fortalecido” dentre os entrevistados. A história pessoal de vida da cearense precede a robustez de sua luta.

Clarice

Ao conversar conosco, Clarice, negra, oriunda de Cruz das Almas (BA), estava com fome e cansada. Recebe cerca de R\$ 38 do programa federal. A mulher de 68 anos permaneceu à espera do desbloqueio de seu cartão por mais de cinco horas de pé. Ganha importância neste contexto discursivo menos a situação que se refere ao dinheiro que lhe cabia do BF e mais o modo como foi tratada não por um ou dois funcionários específicos, mas pelo sistema da instituição pública como um todo, situação exposta em outros relatos. Ela foi abordada e entrevistada à frente da entrada do CRAS de São Miguel Paulista em novembro de 2014.

L.V.

“Malufista”, baiano, negro, assumidamente conservador e defensor da ditadura militar. O bolsista L.V. foi abordado e entrevistado à frente da entrada do CRAS de São Miguel Paulista, em novembro de 2014. Para ele, “Lula recebeu dinheiro e deu esmola pro Nordeste”. Ele recebe R\$ 77. L.V. participou de um intenso processo de participação na igreja católica nos anos 1970 e 1980, reivindicando e ajudando a construir creches e igrejas na

região. Hoje em dia, entretanto, LV não se sente motivado a participar porque não vê legitimidade nem em governos do PT, nem em movimentos sociais ligados ao partido.

Rodrigo

Negro, 29 anos de idade, entregador de botijão de gás, é companheiro de uma bolsista que recebe o benefício de R\$ 150. Entrevistado em frente ao CRAS, em novembro de 2014, o assumido “morador de favela” relatou o incômodo com a discriminação racial e social. Vive no bairro há mais de 10 anos, apesar de ser oriundo do município vizinho à São Miguel Paulista, Ferraz de Vasconcelos.

Rafael

O paulistano foi abordado e entrevistado à frente da entrada do CRAS, em dezembro de 2014. Em nome de sua esposa, Rosana, de 34 anos, a família recebe R\$ 450. O jovem, de 23 anos, faz bico de pintor. No período da entrevista, ele e sua esposa estavam preocupados com o Natal de seus cinco filhos porque o cartão do benefício fora bloqueado. Eles vivem no Jd. Lapenna, localidade bastante vulnerável no bairro.

Fiama

A moça, de 22 anos, recebe R\$ 102 do BF. Paulistana e negra, Fiama e sua família vivem em um terreno ocupado há duas décadas. Por conviver há anos ao lado de biqueiras e da constante presença da morte, a dona de casa e cuidadora dos avós doentes sente-se abandonada pela polícia e coagida pela criminalidade. Foi entrevistada à frente da entrada do CRAS de São Miguel Paulista em novembro de 2014.

Andréia

Bolsista paulistana, de 42 anos de idade, negra, que reside no Jardim Pedro José Nunes. Entrevistada à frente do CRAS, em novembro de 2014, uma semana após Dilma Rousseff ter sido eleita, a moça apontou o BF como forte condicionante aos votos nordestinos na então presidenta, visão bastante difundida entre parte da população. Ela recebe cerca de R\$ 200 do programa federal.

Sirlene

Sirlene, baiana, de 46 anos, é separada do marido e vive com o neto. Recebe pouco mais de R\$ 100 do programa federal. Foi abordada e entrevistada à frente da entrada do CRAS, em novembro de 2014. Utiliza o auxílio sobretudo para comprar remédios e se sente discriminada quando passa mal em um ambiente público. Com pressão alta, depressão e outras doenças, conta que já foi tratada como “bêbada” na rua. Dessa forma, para que recupere sua autoestima, o restabelecimento de sua saúde deve vir em primeiro lugar. Ressaltou-nos que problemas relacionados à mudança social no bairro ou participação não fazem parte de seu horizonte.

Dayane

A paulistana Dayane, branca, de 19 anos de idade, vive no Jardim Noêmia. Recém mãe, é auxiliada por vizinhos e familiares. Utiliza a renda de cerca de R\$ 100 principalmente para cuidar de sua filha. Foi abordada e entrevistada à frente da entrada do CRAS de São Miguel Paulista, em novembro de 2014.

Paulo Leandro

O bolsista baiano Paulo Leandro, negro, de 53 anos, tem um intenso discurso cristão. Ele assegura que “se tivesse estudos, lutaria pelos fracos”. No período das entrevistas, o “andarilho”, como se autointitulou, dormia nas calçadas do centro do bairro. Foi abordado e entrevistado à frente da entrada do CRAS, em novembro de 2014. Recebe cerca de R\$ 100 do BF, renda que contribui junto a seu estilo de vida viajante.

Paulo

Paulo, de 69 anos, bolsista morador do Jardim Limoeiro, entrevistado à frente da entrada do CRAS de São Miguel Paulista em novembro de 2014, destacou que a renda do BF é totalmente direcionada a sua filha e seus dois netos, que residem com ele e a esposa. Ressalta a satisfação de ser um “velho” amigo de outros “velhos” que frequenta a missa e joga futebol todos os domingos. Embora nascido em Guaimbê (SP) relaciona a questão da participação na comunidade à amizade e ao auxílio mútuo, à semelhança do processo de socialização dos migrantes nordestinos no bairro. Sua bolsa é de pouco mais de R\$ 100.

4. Auxílio marginal, mudança essencial

O sentido da implementação do BF aponta para uma forma de auxílio financeiro mínimo à família, para que esta usufrua condições mínimas de vida na sociedade. No geral, mães, pais, avós e avôs, afirmam que a renda do programa é voltada principalmente para o bem-estar dos filhos. Ao não incidir em processos comunitários mais amplos, a relação entre o BF e a participação parece ser, à primeira vista, inexistente.

Uma parte considerável dos participantes desta pesquisa vieram de condições de exclusão e “inclusão precária” (MARTINS, 1997) e por meio do BF e do acesso ao consumo básico, puderam transitar de situação. Por se tratar de um programa governamental implementado de uma forma bastante atrelada ao consumo, pode favorecer ainda mais as cristalizadas relações de poder no país, reforçando valores dominantes, como velhos ideais de meritocracia e status social, que em nada favorecem a emancipação dos bolsistas.

Atrelado a um mito ou símbolo de fundação personificado na imagem do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, o sentido de participação do BF junto às pessoas ganha, na maioria dos casos, apenas contornos eleitorais, e por vezes, clientelistas.

Entretanto, assim como velhas perspectivas tem sido reforçadas, seria imprudente negar que novas perspectivas de vida podem ser constituídas por meio de uma renda auxiliar, mesmo que mínima. Não obstante, a fagulha para impulsionar a participação pode ser acesa via autoestima e autoconfiança, eixos basilares do programa. A mudança pode sim, por meio da renda, contribuir para o fortalecimento comunitário; desde os objetivos individuais dialoguem com os coletivos, a depender de fatores como identidade e pertencimento local.

4.1. Conformismo, status e primeira libertação

Desde há muito, Rodrigo, de 29 anos, entregador de botijão de gás, pensa em ajudar sua comunidade de alguma forma, mas “não tem tempo de pensar, só de trabalhar”, afirma. A necessidade de sustentar seus filhos solapa qualquer desejo de melhoria de vida da coletividade que o cerca. Rodrigo, assim como outros entrevistados apontam a falta de tempo como motivo para não participar de processos coletivos na comunidade. Ele vive em uma

“favela” (segundo ele mesmo reforça) na Vila Progresso com sua companheira (titular do BF e grávida do primeiro filho do casal) e um filho do primeiro relacionamento da esposa. O rapaz é também pai de outra criança.

No processo enunciativo abaixo, Rodrigo desloca-se de seu cenário particular e lança o protagonismo feminino para explicar a inexistência da relação entre o BF e a participação na comunidade. A coerência de seu discurso passa pelo fato de o programa focalizar como titulares as mulheres (muitas solteiras) e responsabilizá-las pela administração da renda familiar.

PESQUISADOR: Mas você acha que o Bolsa Família, de alguma forma, ele motiva, ele pode motivar as pessoas, sabe, com um dinheirinho a mais agora você pode pensar em outras coisas, além das...

RODRIGO: Com certeza.

PESQUISADOR: Pensar um pouquinho na comunidade? Você acha que pode ajudar nesse sentido o Bolsa Família? Ou não, o que que você acha?

RODRIGO: Eu acho que não cara, porque cada um tem a sua família, então nem todo mundo tem uma renda, as vezes tem família que só depende daquilo, só do Bolsa Família, você tá entendendo? Tem muitas famílias, tem muitas mulheres solteiras no mundo aí, tem muitas mães trabalha sozinha [bate as mãos juntas] pra sustentar o filho, então aquelas que não trabalham recebem a renda do Bolsa Família, pra cuidar de 6, 7 filhos.

PESQUISADOR: E pra pensar ainda nos problemas da comunidade...

RODRIGO: Não dá, não tem como. Não tem lógica.

O pesquisador aplica um juízo de valor na primeira questão ao utilizar o termo “dinheirinho”. Como se evidenciou após as entrevistas, o valor diminuto atribuído pelo pesquisador não o é para o entrevistado. Como Rodrigo saliente: “às vezes tem família que só depende daquilo, só do Bolsa Família”.

“Renda” e “família” parecem termos indissociáveis no discurso de Rodrigo. É o desassossego, a preocupação, a angústia permanente da “mulher pobre” que precisa do dinheiro. Assim, não tem dúvidas em negar a relação entre o recebimento da renda e a preocupação com problemas da comunidade: “Não dá, não tem como. Não tem lógica.”

O sujeito discursivo em Rodrigo, além de silenciar a si mesmo quando exemplifica o obstáculo à participação a partir da visão das mulheres, executa alguns movimentos de conformismo baseados na instituição da família. Assim, a direta relação entre participação e BF, como já ponderamos, não se dá. Pelo contrário, o BF reforça, neste discurso, o

fortalecimento familiar. Por isso que, para o sujeito discursivo, a renda do BF como fator motivante de participação local “não tem lógica”, segundo Rodrigo; ou é “ineficaz”, “não traz novidade” ou “não tem relação”, como foi possível escutar em outros discursos.

No nível superficial, existem discursos que julgam negativa a relação entre o BF e a participação, que influencia a acomodação.

PESQUISADOR: [...] você acha que de alguma forma esse dinheiro, ele pode, de alguma forma fazer com que uma pessoa se sinta mais à vontade de tentar se organizar? Ou não, você acha que não tem nada a ver? Que é tão pouco...

ANDRÉA DE PAULA: Eu acho que esses benefícios, muita gente, se aproveita e não quer nem saber de outra coisa, só o benefício. Não corre atrás de um emprego, 'Ah, tenho aqueles cem reais pra receber, tá bom, tá ótimo!'. Eu acho que isso aí influenciou muita gente a viver só disso, entendeu...

PESQUISADOR: E nem pensar em tentar se organizar?

ANDRÉA DE PAULA: Ah... E nem melhorar de vida. E nem melhorar de situação. Porque eu no meu caso, quando eu vim fazer essa inscrição, na época o meu marido ficou desempregado e tudo... Aí, enquanto ele trabalhava e tudo, tinha o emprego dele fixo, não vim, é claro...! Quando ele ficou desempregado, perdeu o emprego, eu falei, 'Não, vou atrás de um direito que é meu, né!', pelo menos, não vai aliviar tudo, mas dá uma ajuda, né... Foi por esse motivo. Mas muita gente vive só do benefício, não corre atrás, né.

Discursos como o de Andréa de Paula reforçam o distanciamento que existe entre o BF e participação. Mãe, negra, cursa a graduação de Gastronomia em uma universidade privada, com o auxílio do Fies. Deste trecho, destacamos dois enunciados para explorar em profundidade.

O primeiro caso:

“Eu acho que esses benefícios, muita gente, se aproveita e não quer nem saber de outra coisa, só o benefício”

Neste caso, a utilização da palavra “benefício” remonta à ideia da transferência de renda como um favor do Estado. Apesar de o questionamento ser abrangente e se referir à terceira pessoa, quando opta também em se referir a “eles” provoca um afastamento circunstancial. Seu discurso meritocrático subtrai desconsidera sua coletividade ao destacar que tem um objetivo principal de “melhorar de vida”. Culpa “muita gente” por não tentar “melhorar de vida”, invocando aqui um ideal meritocrático e deixando a entender que, ao

pobre, é necessário pensar antes de mais na mudança individual e familiar.

O segundo caso:

'Ah, tenho aqueles cem reais pra receber, tá bom, tá ótimo';

Aqui, a entrevistada projeta um novo sujeito discursivo, seu antagonista. Trata-se do sujeito que “não corre atrás de um emprego” e “que não quer saber de outra coisa, só o benefício”. Por meio dessa fala, sanciona negativamente não apenas uma pessoa, mas um suposto padrão comportamental da maior parte dos bolsistas.

No trecho do diálogo, evidencia-se o valor que a entrevistada concede ao “emprego”. Os chamados “bicos” de pintor ou faxineira, por exemplo, são vistos com maus olhos. Reforça-se, assim, o que no Brasil recebeu enorme valor no imaginário nacional: a cidadania via trabalho, ou melhor, a cidadania adquirida somente por meio do emprego com carteira assinada.

No cenário da entrevista, chamou-nos atenção a tentativa de a entrevistada tentar justificar seu acesso ao BF. Após criticar a pessoa que “não corre atrás de emprego”, argumenta, por meio da sua história de vida (marido desempregado), o justo usufruto do programa. Ganha significado a projeção que faz em relação ao entrevistador, possível representante institucional do CRAS e da prefeitura, distanciando-o da entrevistada. Por alguns momentos, o pesquisador é visto como alguém a quem se deve prestar contas.

Alguns bolsistas utilizam a transferência de renda para, assumidamente, manter o *status* social de outrora. Ou seria manter a autoestima (tão vilipendiada na sociedade ocidental capitalista)? No atual cenário social, onde a cidadania perde força diante do individualismo e do consumo, a depressão e a tristeza se potencializam em pessoas que tiveram rebaixado o seu nível material de vida.

Diante desta perspectiva abordamos o discurso de Andréia, moradora do Jardim Pedro José Nunes. A microempresária responsabiliza a crise de 2008 pela perda financeira que a levou a se tornar uma bolsista do programa federal. Casada, mãe de um garoto de 9 anos de idade, pondera, na fala, que o auxílio de renda não é essencial.

PESQUISADOR : Quanto que você recebe?

ANDRÉIA: Ih![ênfase] Eu pego, acho que é... duzentos reais. É bem pouco, é mais pra poder pagar a academia do menino e pra não perder tudo o... Pra manter um pouquinho ali do que eles tinham. Pra poder me reerguer e não ficar tão triste e depressiva... Pra tirar de repente, tudo o que eles tinham... Aí eu falei, eu fazer isso daí até eu poder chegar de novo ao meu objetivo.

O questionamento direto, sem rodeios, parece tê-la pego de surpresa. De início, sua postura é hesitante, influenciada pelo incômodo relacionado à desonra de usufruir a renda de um programa social. Em seguida, deixa erigir certo orgulho e indiferença em relação ao dinheiro quando diz:

“É bem pouco, é mais pra poder pagar a academia do menino e pra não perder tudo o...”.

E aponta a mais forte funcionalidade do BF em sua vida; talvez o que não quis dizer anteriormente por sentir-se envergonhada.

“Pra manter um pouquinho ali do que eles tinham. Pra poder me reerguer e não ficar tão triste e depressiva (...)”.

A sequência de enunciados demonstra como o sujeito discursivo se encarregou de aprofundar, passo a passo, a sua relação mais latente com a renda do programa. Neste caso, a renda do programa significa, principalmente, a reconstrução da autoestima da responsável (no caso, ao lado do marido) pelo bem-estar dos filhos. Mais uma vez, o sentido de fortalecimento do BF centra em demasia na instituição familiar em detrimento da comunidade, favorecendo a circunscrição das pessoas em pequenos grupos, em ilhas.

Uma das grandes novidades que o BF possibilita junto às famílias é tornar frequente o acesso a produtos básicos do cotidiano do lar. Os gastos vão desde alimentação, vestimentas, gás, material escolar, medicamentos e fralda, até crédito para celular e odontologista para os filhos. Além de todo esse “novo” acesso que antes da transferência de renda lhes era negado, os bolsistas nos destacaram o fato de que seus filhos não faltam às aulas e que também, em muitos casos, frequentam com assiduidade os postos de saúde. Tais condicionantes

influenciam diretamente na vida dos filhos.

A certeza da renda implica na programação do dia seguinte, na autonomia e na autoestima. Notamos isso ao escutar os bolsistas testemunharem o desenvolvimento de seus filhos “protegidos” por meio de uma renda, quebrando o círculo vicioso da miséria familiar.

Neste sentido, faz dois anos Elizabeth não precisa mais pedir ajuda de ninguém. Sente-se aliviada por isso e orgulhosa quando faz compras no mercado, junto de seus cinco filhos. Os R\$ 450 que recebe do programa federal contribui para que construa novas perspectivas de ascensão social de sua família, sobretudo por meio da educação dos filhos. Ativa, a moça, salienta que “um [dos filhos] vai trabalhar de bombeiro, o outro vai trabalhar de juiz”.

ELIZABETH: Ah, antes eu não fazia uma compra, agora eu faço... Vou no mercado com eles, agora eu faço compra... Antes eu não ia pro mercado fazer uma compra com meus filhos... Agora eu compro umas bolacha, compro guaraná, que eles gosta... Melhorou bastante. [risos]

PESQUISADOR: Agora, você acha que o dinheiro desse programa trouxe mais confiança pra senhora? A senhora se sentia mais confiante em si mesma? Fala um pouquinho sobre isso pra mim...

ELIZABETH: Sim.

PESQUISADOR: Em que sentido, assim?

ELIZABETH: Assim, que eu posso... Eu confio nesse dinheirinho todo o mês... E... Eu não tenho muito o que falar... Só... aliviada...

[...]

PESQUISADOR: Você não precisa ficar pedindo toda hora ajuda...

ELIZABETH: Ficar me humilhando... Isso, e também ficar me humilhando pras pessoas... Me dá um pouquinho disso, um pouquinho daquilo... Melhorou bastante.

Quase todos os entrevistados afirmam que o benefício do BF, apesar de insuficiente, constitui parte importante da renda familiar, básica para as necessidades do cotidiano, considerando que muitos fazem “bicos” como costureira, diarista, pintor, catador de materiais recicláveis e etc. Entretanto, uma pequena parte dos bolsistas não possui outro canal de renda a não ser este, como é o caso de Elizabeth. Antes do BF, a moça vivia uma situação de pobreza material aguda, que resultava “em sentimentos de humilhação, em falta de autoestima e de autorrespeito e, mais em geral, num sentimento de alienação perante o seu mundo que

pode até levar a perturbações psicológicas de vários tipos” (REGO; PINZANI, 2014, p.58).

É possível notar no discurso de Elizabeth como o acesso à renda está atrelado à diminuição deste sentimento de humilhação. A confiança “nesse dinheirinho todo o mês” caminha lado a lado com a crença em si mesmo e na sua família; no poder de “comprar com meus filhos”. O “comprar com meus filhos” significa uma mudança radical em sua vida e ilustra o fato de que “a renda liberta a pessoa de relações privadas opressoras e de função social determinada, permitindo-lhe mais movimentação e, portanto novas experiências” (REGO; PINZANI, 2014, p.199). Trata-se de uma forma de autonomização que sacia a necessidade mais básica e imediata: de se alimentar.

O recorte abaixo revela que antes da transferência de renda, Elizabeth carregava um peso muito grande sozinha.

*“Eu confio nesse dinheirinho todo o mês... E... Eu não tenho muito o que falar...
Só... aliviada...”*

O silêncio que grita no discurso de Elizabeth se refere a todo o “peso” de uma vida turbulento pela qual passou. Mas está “aliviada”. Suas hesitações demonstram o quanto a lembrança da dor e da miséria ainda permanecem em sua memória.

O bolsista passa a ter o “poder” selecionar prioridades; ao ganhar mais autonomia ao se tornar responsável pela maneira como o dinheiro da bolsa é usado (REGO; PINZANI, 2014). Contudo, ao ser instrumento de libertação e de um tipo de “poder”, “o efeito do dinheiro produz relações interpessoais que implicam uma série de deveres, que aprisionam o sujeito. A cada acréscimo de liberdade, que não é outra coisa senão mudança de obrigações” (SIMMEL, 1939).

No geral, parece-nos que o programa federal, considerado de forma isolada, produz efeitos bastante limitados quanto ao fortalecimento comunitário. A nova experiência de “poder” individual, sem outros processos que favoreçam a interação comunitária, tende a reforçar o isolamento das famílias pobres dentro de suas novas possibilidades de consumo.

4.2. Os limites da participação no lulismo

Uma relação entre Estado e bolsista baseada em uma simples troca comercial impede a emancipação do indivíduo enquanto sujeito, pois sua consciência estará fechada a novas possibilidades de democracia e participação. Esta concepção “somente será alterada quando existirem políticas culturais integradoras, criação de espaços públicos de encontro, debate e deliberação” (REGO; PINZANI, 2014, p. 217), contribuindo, dessa forma, para que os serviços públicos também possam ser temas de debates e as vozes da população em geral possam emergir no espaço público.

Preocupado com o Natal de seus cinco filhos porque o cartão do benefício fora bloqueado o jovem Rafael, morador do Jd. Lapenna, acredita na legitimidade dessa relação (de troca comercial e impessoal entre o poder público e a população).

RAFAEL: Ele só tá dando mais um benefício pra tá mais circulando o negócio do dinheiro, isso e aquilo... Porque do mesmo jeito que saca no banco, aí uma hora vai no mercado, aí volta pra ele de novo.

Mais uma vez, o BF gera sentidos contrário ao fortalecimento comunitário e à participação. Nota-se, neste caso, um Estado apartado do povo que funciona como um banco, fazendo o dinheiro “circular”, distante de ser um aparato eficaz para processo de construção de uma cidadania crítica.

Além de ente financeiro, o olhar paternalista acerca das funções do Estado ainda está presente nos discursos. Sônia (vive com sua filha e neto bolsistas) destaca essa crença peculiar junto ao Estado.

PESQUISADOR: Você acha que é uma obrigação do governo ajudar as pessoas nesse sentido, de programas?

SÔNIA: Não, eu não acho que é uma obrigação. Eu acho que é necessário [silabicamente enfática]. Ele vê a necessidade. Ele tem o cuidado. Ele não reza na Constituinte que ele tem que zelar pelo social, pela saúde, pela educação? Então ele tem que tá onde tem a necessidade. Então, não é que é obrigação. Ele, como governo, é a cara dele fazer isso. Faz do... como é que chama, do projeto dele, né... Eu não vou falar que é obrigação. Dele, pertence a ele, entendeu... Como eu tenho que criar meus filhos.

No período das entrevistas, Sônia cursava o penúltimo ano do curso de Assistência Social. Há cerca de 15 anos atrás, após a morte do marido, precisara exercer a função de taxista para manter a família. A moça compara relação do governo com povo a sua relação com seus filhos e tem a noção de que faz parte do projeto petista “zelar pelo social”. Ela se identifica com esse projeto. Não à toa, seu *modus operandi* de participação comunitária inspira-se no lulismo, ou seja, quer mudanças, mas não radicais e dentro da institucionalidade (SINGER, 2012), apontando:

“Ele não reza na Constituinte que ele tem que zelar pelo social, pela saúde, pela educação?”.

Neste enunciado, o verbo “rezar” é empregado em um sentido pouco comum: uma áurea religiosa aproxima-se da função social do Estado.

Para além de um debate focado em sanções ou criticismos contra o paternalismo, o lulismo e etc, concordamos com Bichir (2011) quando aponta que os vínculos existentes entre as políticas de combate à pobreza e a atitude dos políticos envolvidos na sua implementação são múltiplos e complexos, não devendo ser restringidos a rótulos muitas vezes simplistas.

Neste sentido, alguns entrevistados construíram suas falas sob a consciência do poder do voto. Falas como *“eles querem voto, eles tem que fazer por onde”* (Fiama); ou *“eu acho justo sim ela [Dilma] ajudar os pobres e os pobres retribuir pra ela”* (Vitor).

Desse modo, a relação entre as preferências políticas e o acesso a esses programas pode indicar tanto a utilização de redes partidárias no acesso aos mesmos quanto um efeito de “prêmio” que os beneficiários conferem àqueles dirigentes que garantiram seu acesso a esses programas, considerado não apenas como indício de clientelismo, mas também de voto retrospectivo. Bichir (2011) cita a teoria do voto retrospectivo desenvolvida por Fiorina (1981), em que os cidadãos sabem como é a vida durante uma determinada administração política e sofrem os impactos das políticas implementadas, de maneira positiva ou negativa. “Desse modo, mais do que uma decisão prospectiva, o voto seria uma decisão retrospectiva, baseada em como a administração anterior se saiu” (BICHIR, 2011, p.184).

No caso específico do município de São Paulo, os números de uma pesquisa realizada pelo CEBRAP, em 2004, revelaram uma inclinação partidária ao PT. Entre aqueles que declararam preferência ou simpatia pelo PT, 29,2% tinham acesso aos benefícios relacionados

à transferência de renda, contra 13,1% daqueles que declararam preferência pelo PSDB¹⁵.

Apoiada em diversos autores (SOARES, 2006 et all), Bichir defende que a reeleição de Lula em 2006 esteve associada aos retornos eleitorais advindos da ampliação do BF, “programa que contribuiu decisivamente para o deslocamento da base eleitoral do PT das regiões mais desenvolvidas do país para as áreas mais pobres, com destacado efeito sobre a penetração do partido no Nordeste” (BICHIR, 2011, p. 96). Desse modo, as razões do “lulismo” (o grande sucesso nacional e internacional da figura de Lula, refletido em seus índices recordes de aprovação entre a população) devem ser buscadas não somente no BF, mas em um processo mais amplo de realinhamento eleitoral que teria ocorrido a partir de 2006, como resultado do tripé formado pelo BF, o aumento real do salário-mínimo e o aumento do acesso ao crédito (SINGER, 2009 apud BICHIR, 2011).

As figuras de Dilma e Lula foram bastante mencionadas em nossos entrevistas (realizadas em período eleitoral). No nível superficial, os discursos tanto exaltavam Lula e Dilma como os governantes dos pobres como a colocavam como péssima presidenta, responsabilizando-a, dentre outros “delitos”, pelos constantes bloqueios de cartões do BF.

O BF, caracterizado como um benefício do Estado, é bastante atrelado à imagem de Lula, “a cara do povão”, o “exemplo a seguir”, o “pai” do povo. Rodrigo o tem como exemplo:

15 Fonte: CEM-Cebrap. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

RODRIGO: O Lula foi um cara sofrido que por ele ser analfabeto ele mereceu tá na posição que ele tá devido a história dele, o que ele passou, você tá entendendo? Tudo o que ele passou, tudo que ele sofreu, ele foi um cara batalhador. Não conheço muito a história dele, mas pelo pouco que eu ouço assim falar do Lula ele foi um cara batalhador, que ele conseguiu através dos esforços dele, né? Que querendo ou não, um cara analfabeto na posição que ele tava! Se você não acreditar, não for pra cima você não consegue, né?

PESQUISADOR: Ele é um exemplo pra você?

RODRIGO: É, ele é um exemplo. Porque eu parei na quarta série...

PESQUISADOR: Mas você tá na luta!

RODRIGO: É, mas se eu ficar olhando aquela quarta série eu não vou sair dali, eu tenho que olhar pra frente.

O lulismo desperta paixões. Enquanto uns tem a figura do ex-presidente como exemplo de superação, outros atrelam-no somente à imagem da corrupção. Neste sentido, chamou-nos a atenção a fala de um bolsista nordestino, “malufista” e defensor da ditadura militar sobre a relação entre o BF e a participação. Ele permitiu a utilização da entrevista somente na condição de anonimato por desconfiar que o entrevistador fazia parte do governo do PT.

PESQUISADOR: [...] O senhor falou que o senhor teve participação nos grupos pra questão das creches e tal aqui no Noêmia, pra cá, pra esse lado aqui, e hoje em dia, hoje em dia o senhor sente vontade de participar dos problemas da comunidade, de fazer novas reuniões com o povo ali da sua rua?

L. V.: Não. Com esse pessoal não, que não adianta.

Mesmo no nível superficial do discurso, L.V usa “esse pessoal” para se referir à prefeitura paulistana e ao governo federal, administrados pelo governo do PT, e não à comunidade. O senhor participou de forma intensa nas CEB's da igreja católica nos anos 1970 e 1980, reivindicando e ajudando a construir creches e igrejas na região. Hoje não se sente motivado a participar porque não se identifica com os governos do PT. Dentre tantas possibilidades de análise, este discurso exemplifica também que a “identificação com uma facção política partidária e o condicionamento do trabalho a interesses de um partido ou de

um movimento político, tem sempre efeitos excludentes que geram divisões na comunidade” (MONTERO, 2009, p. 621). Dessa forma, a participação dentro dos limites institucionais do poder central inspirada no lulismo (ou no getulismo, por exemplo), esvazia as possibilidades de fortalecimento ao ampliar o distanciamento entre pessoas da mesma comunidade. Como mencionamos, a ideia de participação meramente eleitoral e institucionalizada aponta para mais um processo de silenciamento entre os mais pobres.

5. O silenciamento do bolsista periférico

Quando o sentido do BF se pauta somente por meio do impulso ao consumo e de um relação de “troca” com o governo vigente, este discurso favorece a manutenção das já cristalizadas relações de poder, reforçando valores dominantes, como os velhos ideais meritocráticos que em nada contribuem à emancipação humana do ser, e não do “ter”.

A voz do pobre é silenciada no sentido político pois o mesmo não se considera pertencido ao coletivo maior da cidadania, e dentre tantos motivos, está o de que a sociedade brasileira se escalona sob a égide do privilégio. Do homem sobre a mulher, do branco sobre o negro, do juiz sobre a recepcionista, do trabalhador de carteira assinada sobre o desemprego, e etc.

Políticas públicas progressistas (locais ou nacionais) que propõem motivar a população mais vulnerável à participação esbarram em construções históricas: o preconceito à mulher, ao negro e ao nordestino. Não bastasse tais formas de silenciamento, o estigma de ser bolsista e o sentimento de humilhação que isso carrega tem consequências diretas quanto ao esvaziamento na participação, jogando contra o fortalecimento comunitário.

Aos segregados da metrópole (ou aos menos incluídos), o caminho parece já estar naturalmente traçado. A instabilidade crônica de renda e de trabalho (além da desestruturação familiar) os obrigam a exercer atividades mal remuneradas e não qualificadas. Ser pobre e bolsista na periferia paulistana é estar submetido de inúmeras formas ao assujeitamento.

A discriminação em relação a mulheres e homens pobres, pretos e nordestinos traduz-se no que Kowarick (2010) denomina de histórico do imaginário social de negação dos direitos. O estigma que é atribuído aos pobres se baseia “na premissa neoliberal de que cada um é responsável pela sua posição socioeconômica como adulto, mas tal premissa desconsidera o fato de que a maioria das pessoas que pertencem às classes mais ricas já nasceu nesse meio” (REGO; PINZANI, 2014, p. 234).

De acordo com Rego e Pinzani (2014), para além de uma cultura de resignação, na qual deseja-se pouco para que o sofrimento seja menor, existe a privação da voz do pobre e falta de reconhecimento do indivíduo como sujeito por parte daqueles que o silenciam, “não querem ouvi-lo ou até não querem vê-lo, como se além do silêncio lhe fosse imposta a

invisibilidade (idem, p. 235). Este “olhar” força os pobres a internalizarem “a imagem negativa construída pelo resto da sociedade e se culpam pela sua situação, tornando-se vítimas do discurso de autolegitimação formulado pelos grupos dominantes” (ibidem).

Às vezes podem culpar sua má sorte, ou determinados indivíduos, ou até Deus, mas quase nunca a sociedade em geral e seus arranjos institucionais. Parece que não se sentem vítimas de um arranjo social injusto ou de uma injusta distribuição de recursos, mas de injustiças pontuais ou de sua pouca fortuna – e isso pode explicar a atitude extremamente passiva que os pobres têm em muitos países ou o fato de que, quando lutam por seus direitos, o fazem somente em conexão com uma causa específica (por exemplo contra a privatização da água ou das terras comuns), e não visando a mudanças sociais e econômicas mais gerais (REGO; PINZANI, 2014, p. 235)

Ao passo que um dos obstáculos à participação efetiva dos pobres ocorre precisamente por meio da ausência de autorrespeito que deriva da interiorização de uma imagem criada por outros (REGO; PINZANI, 2014), tal processo se desenrola em uma relação carregada de um sentimento de inferioridade não apenas material, mas subjetivo. “A ausência de autorrespeito é a consequência de uma humilhação que toma a forma de estigmatizar a pobreza e de culpar os pobres por sua situação. Em outras palavras, a exclusão dos pobres produz um sentimento de autoexclusão” (idem, p. 236).

Nesta linha de raciocínio, “o mecanismo do silenciamento é um processo de contenção de sentidos e de asfixia porque é um modo de não permitir que o sujeito circule pelas diferentes formações discursivas, pelo seu jogo” (ORLANDI, 2008, p. 60). Assim, “ao apagar sentidos há posições do sujeito nas quais ele não pode ocupar e lhe são interditas” (Idem).

É importante salientar, contudo, que o silêncio não se reduz à ausência de palavras (ORLANDI, 1994). As palavras são carregadas de silêncio; não se pode excluí-lo delas assim como não se pode, por outro lado, recuperar o sentido do silêncio só pela verbalização (idem). “A tradução do silêncio em palavras pode ser considerada como uma relação parafrástica (idem, p. 67). Assim, “a 'legibilidade' do silêncio nas palavras só é tornada possível quando consideramos que a materialidade significativa do silêncio e a da linguagem diferem e que isso conta nos distintos efeitos de sentido que produzem” (ibidem).

Nos próximos recortes abordaremos sentidos que falam por meio do silêncio.

5.1. Desempregado, nordestino e negro

Um dos objetivos principais do BF é funcionar como ponte para aqueles que querem trabalhar, de preferência com carteira assinada. Entretanto, quando o emprego não vem, o incômodo com o auxílio de renda se sobressai. Este é o caso de José Lázaro, albergado, 53 anos, pernambucano de Vitória de Santo Antão. A perspectiva dele é reforçada pelo próprio objetivo do BF: um auxílio passageiro para que alcance um emprego o mais rápido possível.

José Lázaro não demonstrou ter laços de amizade mais profundos, mas ressaltou o fato de ter “contatos” para possíveis “bicos”. Recorrentemente, menciona o emprego como um caminho para que possa “conviver no mundo”, sem se sentir mais isolado e sozinho.

O recorte abaixo é em possibilidades de leituras em profundidade; mas optamos aqui em deslindar a relação entre desemprego e silenciamento.

JOSÉ LÁZARO: Aquele que não gosta de trabalhar, entendeu, ai já é outra coisa. Ele se acomoda naquilo ali e... Tá entendendo? Eu não sou melhor do que ninguém, mas o meu acesso é mais esse ai, gosto de trabalhar, sempre trabalhei. Um homem sem trabalho não é homem.

PESQUISADOR: Agora em relação ao governo, assim, como é que o senhor vê o governo na vida do senhor, assim? O senhor acha que tem ajudado, ou não? O senhor acha que tem um... tanto faz, é mais o senhor mesmo que tem que ir atrás? Como é que é isso pro senhor?

JOSÉ LÁZARO: Eu acho que é eu mesmo que tem que correr atrás, né? Tem que correr atrás, o governo tá me ajudando nessa parte aí do Bolsa né, mas não é tudo, como eu falei, mas eu tenho também que fazer minha parte. Entendeu? Tenho que fazer minha parte e correr atrás também porque quem se pega com Deus nunca cansa.

PESQUISADOR: Como é que é?

JOSÉ LÁZARO: Quem se pega com Deus nunca cansa.

O discurso de José Lázaro motiva-nos a acreditar que enquanto o bolsista não encontrar o emprego que tanto deseja, ele se sentirá cada vez mais repellido não somente em relação à participação na comunidade, mas das relações sociais como um todo, o que envolve a convivência com amigos e família. Há dois enunciados que revelam isso. O primeiro é:

“Um homem sem trabalho não é homem”.

Neste enunciado, para além da propagação de um forte viés machista opressor e de autoflagelo, trata-se de um discurso que atrela a ideia de cidadania ao emprego, o que, como já nos referimos neste estudo, tem a ver com uma construção histórica que ganhou força em períodos de governos de exceção no país (nos governos de Getúlio Vargas e pós-1966). O trabalho com carteira assinada torna-se a ponte para que pessoa retome sua autoestima.

No segundo enunciado existem dois movimentos que se complementam:

“Tenho que fazer minha parte e correr atrás também / porque quem se pega com Deus nunca cansa”.

Novamente, dentro de uma perspectiva de que só poderá conviver com as pessoas tendo a estabilidade de um emprego (com carteira assinada), José Lázaro expõe que o auxílio do Estado o pressiona a também se esforçar, a “correr atrás” de seu objetivo. Seu discurso carrega uma importante influência da meritocracia, que atomiza o potencial do ser humano sem levar em conta as relações com instituições que historicamente projetaram sua dominação.

No movimento imediatamente posterior demonstra, à semelhança da quase totalidade de discursos que escutamos, a funcionalidade da presença de “Deus” para o pobre. O reerguimento pessoal amparado pela fé em Deus nos convida a questionar: que “Deus” é este? Trata-se de um sentido de Deus que também destacará a importância do trabalho para a vida e aprofundará a manutenção das velhas relações de poder existentes em nossa sociedade, pois não leva ao limite sentidos revolucionários de enfrentamento a setores dominantes e de justiça social. A questão da fé com o processo de silenciamento será abordada mais à frente.

José Lázaro, além de tudo, é alvo de um discurso do preconceito contra o nordestino. Um discurso que ganha força entre os próprios bolsistas. Ao entrevistarmos Andreia uma semana após Dilma Rousseff ter sido eleita presidenta do país em uma das eleições mais disputadas da história, a bolsista moça apontou o BF como a grande influência dos votos nordestinos em Dilma.

PESQUISADOR: E sobre essas eleições, o que significaram pra você?

ANDRÉIA: O povo... Eles ficaram muito indecisos. Uma parte eu achei que eles tavam indecisos, preocupados de perder o Bolsa-Família. Porque a disputa que foi do Aécio e a Dilma. Então, o pessoal falou assim “Eu vou votar nela por causa dos benefícios, isso, e isso”. Se for pesquisar bem, o povo foi desse jeito. Viu por esse lado... Não de poder botar uma outra pessoa, um outro gestor ali que podia realmente mudar. Porque tava vendo as corrupção acontecendo e povo na hora de votar... Você pode ver, a maioria que votou nela foi lá do nordeste. Porque ela faz isso, ela consegue fazer a cabeça das pessoas que são mais leigas, que não entende direito, que pra eles são tudo na vida deles, então, na política o pessoal pisaram na bola, pra não falar outra coisa...

Selecionamos esse trecho por compreender que, de paráfrase em paráfrase, o preconceito aos bolsistas de origem nordestina não está inscrito somente entre as famílias privilegiadas da cidade de São Paulo, como pode ser encontrado entre os próprios bolsistas. O olhar preconceituoso que incide sobre o marginalizado social traz consequências gravíssimas em relação à participação e ao fortalecimento, pois deixa sua voz impotente.

Existe uma intenção de silenciar o eleitor de Dilma quando se constrói a ideia generalista do bolsista nordestino:

“(...) ela consegue fazer a cabeça das pessoas que são mais leigas, que não entende direito, que pra eles são tudo na vida deles, então, na política o pessoal pisaram na bola, pra não falar outra coisa (...)

Inferiorizados pelo discurso proferido na voz de uma bolsista paulistana, os bolsistas nordestinos, de início, são pessoas “*mais leigas*”. Na sequência, “*não entende direito*”. Por fim, constituem indivíduos para os quais “[*o bolsa família*] são tudo na vida deles”. O mais grave deste discurso no âmbito do fortalecimento comunitário é a tentativa de silenciamento da ancestralidade, da ascendência e do processo de identificação das famílias mais vulneráveis do bairro. A identidade, parece-nos, torna-se fator primordial em todo processo de resistência coletiva.

O olhar das regiões mais desenvolvidas economicamente do país mira o Nordeste como uma região “terceiro mundista”; não trata seus habitantes com humanidade. Neste sentido, notamos que “populações peculiares com suas (des)graciosas particularidades de Terceiro Mundo só podem fazer parte [desse humano] se atestarem seu nível de desenvolvimento” (ORLANDI, 1990, p. 235).

Mas o que pensam os nordestinos envolvidos diretamente com o BF em São Miguel

Paulista? A pernambucana Ana Cláudia, 24 anos, filha da bolsista Maria do Socorro (de Pernambuco) reforça que não são poucas as vezes em que falam sobre da “vagabundagem” e da “imoralidade” entre os nordestinos motivadas pelo BF.

Apesar de o objetivo principal do pesquisador ter sido o de entrevistar sua mãe e titular do benefício, Maria do Socorro, constatamos que Ana Cláudia é influenciada diretamente pelo auxílio (não necessita pagar a totalidade do aluguel da mãe e dos irmãos pequenos). Ela se interessou pelo tema e também participou da conversa, enriquecendo a pesquisa.

ANA CLÁUDIA: A minha patroa, ela não gosta disso [Bolsa Família], ela falou assim que a Dilma que fez isso, o Lula, isso é coisa de preguiçoso, de baiano, pernambucano que não quer saber de trabalhar, só quer deitar na cama e fazer filho, por isso fica recebendo Bolsa Família e fica em casa, ninguém quer arrumar trabalho...

MARIA DO SOCORRO: É nada.

ANA CLÁUDIA: É mentira, pode ver em muitas lojas quem tá atrás do balcão é sempre nordestino que tem, não tem nenhum paulista lá atrás de balcão não, trabalhando pesado.

A “voz” intrometida de “minha patroa” na conversa afirma que o bolsista nordestino “*não quer saber de trabalhar, só quer deitar na cama e fazer filho*”. Visão falsa e facilmente desmistificada. Um recente levantamento realizado IBGE revela que, nos últimos dez anos, o número de filhos entre os 20% mais pobres no Brasil caiu 15,7%, enquanto que a média nacional foi de 10,7%. Reforçamos: a maior redução foi identificada entre os 20% mais pobres que vivem na Região Nordeste: 26,4%¹⁶.

“Minha patroa”, apesar de ganhar voz na enunciação, é sancionada negativamente pela narradora. Ana Cláudia prepara o terreno para asseverar algo represado e que construiu a partir das relações cotidianas de patrão e empregado: ela denomina sua patroa como

16 Os números foram divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e têm como base as edições de 2003 a 2013 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

mentirosa. Mais que isso, marca em seu discurso um olhar bem diferente do proferido pela chefe que, assim como os “paulistas”, “não está atrás de balcão”, “trabalhando pesado”.

“(...) pode ver, em muitas lojas quem tá atrás do balcão é sempre nordestino que tem, não tem nenhum paulista lá atrás de balcão, não, trabalhando pesado”

Qual a sentido da voz da “patroa” que generaliza e tenta silenciar o pobre, o empregado? A humilhação, como uma prática política e social, “se inscreve no corpo do sujeito e no corpo do sentido como corte e apagamento (BARBAI, 2008, p.159)”. Ser humilhado é viver como um sujeito degradado para si mesmo e para o mundo (idem).

A “voz da patroa” ecoa. Diferentemente de sua mãe, Maria Socorro, que vive na cidade de São Paulo há somente três anos, Ana Cláudia cresceu na metrópole. Diante dessa circunstância, chamou-nos a atenção o fato de que, por algumas vezes, a filha tentasse “tutelar” a mãe e demonstrar que sabe lidar melhor com as surpresas da metrópole, como diante de uma interpelação de pesquisa acadêmica, por exemplo.

Estamos os três em frente ao CRAS de São Miguel Paulista. Ana Cláudia, inquieta e com forte desejo de encerrar o diálogo, reclama do sol forte do meio-dia. Ao apontar para o final da entrevista, o pesquisador comenta a experiência de vida de Maria do Socorro como cortadora de cana-de-açúcar, causando claro incômodo. A pele de seu rosto é tão acentuadamente curtida pelo sol, que faz parecer ter 20 anos a mais que sua idade real (49 anos). Maria do Socorro se “posiciona” em relação ao pesquisador, reforçando que não quer ser rotulada como “sofredora”.

ANA CLÁUDIA: O sol tá quente aqui!!

PESQUISADOR: Eu sei que a senhora já cortou muita cana no sol, mas...

ANA CLÁUDIA: Mas ah... [risos]

PESQUISADOR: Isso dói, isso dói, não importa.

MARIA DO SOCORRO: Eu sei que os povo olha pro meu rosto e acha que tenho cara de sofredora.

PESQUISADOR: [risos] Ah, não, mas a vida é assim...

MARIA DO SOCORRO: Nem ligo.

A memória da ex-cortadora de cana-de-açúcar se atualiza com a imagem de “sofredora” que os outros (no caso, o pesquisador) fazem dela e diante da qual ela afirma, na camada da superfície, não se importar, “não ligar”. A bolsista vive dentro de casa, no Jardim Noêmia. Sai à rua somente para buscar os filhos na escola (um de 7 e outro de 9 anos de idade) e frequentar cultos religiosos. Ela tenta se adaptar à cidade e mesmo ao bairro que, embora seja constituído por nordestinos e descendentes, não está fora do alcance de todo o preconceito paulistano.

Maria do Socorro não se identifica com a atribuição que “os povo” lhe concede como “sofredora”. Na enunciação, o único momento da entrevista em que seu olhar encontro o do pesquisador, sua voz modula levemente em “*Nem Ligo*”, e sua posição social discursiva ensimesmada, calada, eleva-se para uma posição de resistência quando mira e enfrenta o pesquisador da USP.

Ressaltamos que “a entoação não traduz adequadamente o valor apreciativo; esse serve antes de mais nada para orientar a escolha e a distribuição dos elementos mais carregados de sentido da enunciação” (BAKHTIN, 2006, p.138), entretanto, toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa (idem).

Apesar de um momento de enfrentamento, durante quase toda a entrevista Maria do Socorro apresentava uma voz baixa, um olhar em fuga, respostas monossilábicas e evasivas. A pernambucana olhou na direção do pesquisador somente uma vez. No plano conversacional, sentiu-se segura para desenvolver frases longas e encadear narrativas somente na fase final da interlocução, quando sua filha mais “paulistana” “permitiu” que sua mãe falasse com mais recorrência.

Sua expressividade, o olhar fugidio e o “não sair de casa”, provém de uma autodepreciação (sobretudo de modo inconsciente) oriundo de um lugar social em que é: mulher, ex-cortadora de cana-de-açúcar (passado de sofrimento extremo), pernambucana (identidade que explode aos ouvidos, por meio do sotaque) e sem formação escolar formal.

Dessa forma, a força de uma ideologia materializada no olhar abertamente preconceituoso de Andréia, do pesquisador e da patroa de Ana Cláudia, além da tutela que essa exerce sobre a mãe, contribui para um processo de subjetivação em Maria do Socorro, que desliza pelo efeito da metáfora, do um no outro, até tornar-se completamente diferente; do humilhado ao cortado e apagado (ORLANDI, 2001).

O sentimento de superioridade sobre um conjunto populacional degrada e gera desconfiança no seu potencial participativo. À semelhança do que ocorre a Maria do Socorro, o bolsista baiano Paulo Leandro, negro, de 53 anos, também sofre um intenso processo de silenciamento. A partir de um olhar cristão, assegura que “se tivesse estudos, lutaria pelos fracos”. No período da entrevista, o andarilho dormia nas calçadas do centro de São Miguel Paulista.

PESQUISADOR: Agora, seu Paulo, o senhor já participou de alguma organização social, algum movimento social, algum partido político?

PAULO: Não, não...

PESQUISADOR: O senhor já se interessou por isso?

PAULO: Rapaz, que nem eu falo, eu não me interesso porque isso tudo precisa de estudo e eu não tenho estudo. Se eu tivesse estudo, óia, eu vou dizer pra você! Se eu tivesse estudo, eu entrasse, ingressasse num negócio desse, eu lutava muito pela fraqueza... Eu lutava muito pelos pobres!! Porque é os pobre que merece! É que nem eu falo pra você e torno a repetir, Jesus veio na Terra, trazer a palavra dele de Deus e ele veio e falou 'Eu não vim pra rico e nem santo, eu vim pros pobres e pros necessitados'. Eles sim merecem toda a ajuda. Pra rico, ele não precisa de nada. São só... Tem dinheiro, tem os seus carrão, né... Pra que que eles precisa? De mais nada! E nós não. Nós precisamos de Deus, né... Precisamos de viver a nossa vida digna, né... Ter o nosso trabalhozinho, ter o nosso salário, né... Que a gente não tem estudo, não tem capacidade [...]

Neste recorte, há uma barreira que impossibilita a realização de “lutar pelos fracos”. Na perspectiva de Paulo, não basta ter vontade, ele se sente identificado porém desqualificado para lutar pela “fraqueza”. Vontade e participação estão disjuntas nos sentidos concebidos pelo sujeito discursivo.

O exemplo de Paulo Leandro ilustra que os indivíduos que se encontram em uma situação socialmente degradada e que enfrentam esse tipo de experiência têm a sensação de ser desqualificadas (PAUGAM, 1991). Eles tomam progressivamente consciência da distância que as separa do resto da população e supõem que seus comportamentos cotidianos sejam interpretados como signos da inferioridade do seu status, de uma deficiência social (idem).

Dessa forma, os componentes intrapessoais se referem ao modo como as pessoas pensam acerca de sua capacidade para influir em sistemas sociais e políticos que têm importância para elas, pois “o que acreditamos sobre nós mesmos e nossa capacidade ou carência dela, assim como sobre os outros e sobre o ambiente em que vivemos, é produto de

uma história e de uma interação em muitos níveis” (MONTERO, 2006, p. 73).

O enunciado abaixo ecoa o discurso que deslegitima o pobre e a sabedoria que não se aprende na escola. Assim como a pernambucana Maria Socorro, o sentimento de inferioridade de Paulo o interdita, imobiliza-o politicamente.

“Se eu tivesse estudo, óia, eu vou dizer pra você! Se eu tivesse estudo, eu entrasse, ingressasse num negócio desse, eu lutava muito pela fraqueza... Eu lutava muito pelos pobres!!”

O foco na falta de estudos como motivo de não participar desvela outras possibilidades de interpretação que não constam em sua superfície de sua fala; estão no não-dito do discurso. Assim como a pernambucana Maria do Socorro, o baiano carrega um forte sotaque, neste caso, do interior baiano (região de Ilhéus); além disso sua fala não respeita as regras de concordância gramatical.

Acreditamos que o sentimento de desqualificação do pobre e nordestino passa não apenas pela falta de estudo, mas também por uma autodepreciação do sotaque, índice da identidade de parte da população socialmente mais vulnerável do país, pois “um falante nordestino no Sudeste pode ser facilmente identificado por seu sotaque e, em decorrência disso, pode vir a sofrer muita discriminação” (BAGNO, 2015, p.280). Assim, determinados sotaques sofrem quando confrontados com outros, mais prestigiados. As falas características receberão avaliação positiva ou negativa de acordo com o prestígio político e/ou importância econômica da região. Desse modo, “por mais 'culto' que seja a sua morfossintaxe, esse elemento prosódico [um sotaque nordestino] já será suficiente para determinar sua exclusão social” (idem, p.328).

Ocorre, assim, “a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação” (BAKHTIN, 2006, p.43). O respeito ao “bem falar” e as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm uma importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de comportamento.

De modo diferente, o preconceito que incide sobre nordestino ocorre também contra o negro. Os entraves à vida do negro no Brasil obedecem à imposição de um projeto de dominação na sociedade, materializado nas formas da segregação e do extermínio físico. De

acordo com um levantamento realizado pela Anistia Internacional, 56 mil pessoas foram assassinadas em solo brasileiro em 2012, sendo 30 mil jovens e, entre eles, 77% negros. Entre 2004 e 2014, a taxa de homicídios contra os negros aumentou 18,2% no Brasil. Ao mesmo tempo, a taxa de homicídios contra não negros diminuiu 14,6%. No Brasil, em média, para cada não negro morto, 2,4 indivíduos com cor preta ou parda sofrem homicídio¹⁷.

O racismo se comporta como um agente invisível que vai determinando futuros de jovens, perspectivas de ascensão social para trabalhadores, longevidade para adultos e graus de dificuldades para projetos pessoais (OLIVEIRA, 2000). “Para que pudesse atingir o sucesso no país, a população negra precisou utilizar atalhos no esporte, na música e na dança” (idem, p.5).

A representação das camadas mais privilegiadas sobre os trabalhadores baseada numa ideologia racista tem sido, historicamente, sempre a tentativa de diminuí-los, tratá-los de forma pejorativa, desvalorizá-los, e com o objetivo de mantê-los sob controle (PAHIM PINTO, 2013). Nesta linha de raciocínio, “a representação construída pelos brancos animavam ajustamentos humildes que jamais foram aniquilados” (idem, p.63).

Ela [a tolerância racial] se vincula claramente, de fato, à defesa e à perpetuação indefinida do *status quo* racial, através de efeitos que promovem a preservação indireta das disparidades sociais, que condicionam a subalternização permanente do negro e do *mulato*. As vítimas do preconceito e da discriminação são encaradas e tratadas, com relativo decoro e civilidade, como pessoas; contudo, como se fossem pessoas pela metade. Os seus interesses materiais ou morais não entram em linha de conta. O que importa, imediata e realmente, é a “paz social”, com tudo o que ela representa como fator de estabilidade dos padrões vigentes de dominação racial (FERNANDES, 1978, p.346).

Diante desse cenário histórico, a experiência do sofrimento e luta contra todo tipo de opressão torna a participação do negro na transformação da sociedade fundamental (FERNANDES, 1978). Como diz o autor, “gostem ou não, queiram ou não, o negro constitui uma das forças vitais da revolução democrática e da revolução nacional” (idem, p. 45).

17 Atlas da violência 2016/Ipea e FIBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

Rodrigo, 29 anos, é negro. Assumidamente “morador de favela”, o rapaz relata o incômodo com a discriminação que sofre por ser preto¹⁸ e pobre.

RODRIGO: Eu vou colocar a diferença: tá você aqui, vindo uma pessoa ali, a pessoa não vai olhar pra você e tentar outra coisa (...) Agora se eu tiver passando, ó: preto, cheio de tatuagem, a pessoa vai segurar a bolsa. Se ela tiver falando no telefone ela vai pro outro lado, colocar o telefone pro outro lado, é assim (...) A pessoa tá vindo assim, eu to vindo de encontro com ela, o telefone do lado dela aqui ó, do lado esquerdo, onde que eu to, ela vai e muda pro outro lado. Tem medo de alguém pegar. Eu só olho assim e balanço a cabeça, vou fazer o que? Vou bater nela?

PESQUISADOR: Cara, e você já presenciou muito cenas como essa, assim?

RODRIGO: Discriminação? Muito, muito, mas muito mesmo.

PESQUISADOR: Mas assim, em outras regiões, ou aqui?

RODRIGO: Outras regiões, outras regiões.

PESQUISADOR: Mais do que aqui?

RODRIGO: Mais do que aqui.

PESQUISADOR: E como é que você se sente? Você falou que você se sente mal...

RODRIGO: É, sinto mal, mas vou fazer o que, vou bater na pessoa porque ela tá tomando essa atitude? Quem não pode tomar essa atitude é eu. Porque se eu ver, muitos discriminam preto, isso e aquilo, mas se eu ver um branco, um japonês, um amarelo, sei lá, caído ali no chão, você acha que eu vou passar e ignorar? Vou nada, vou lhe dar a mão e vou levantar. O que eu puder fazer eu vou fazer. Só que isso eles não fariam por mim, eu tenho certeza.

Na totalidade deste recorte, Rodrigo destaca a criminalização imposta pelo olhar do outro, deixando-o, de certa forma, impotente. O rapaz nos ressalta que o preconceito ocorre sobretudo em outras regiões da cidade, o que não significa que não aconteça em São Miguel Paulista.

Especificamente no enunciado abaixo, o sujeito tece memórias e, no processo narrativo, coloca-as em contraposição a cenas possíveis, comparando consequências distintas

18 De acordo com classificação do IBGE, na qual o grupo negro reúne pretos e pardos.

para situações semelhantes entre duas posições sociais: a do “pesquisador branco da USP” e a do “trabalhador preto, que utiliza o BF e vive na favela”.

“Eu vou colocar a diferença: tá você aqui, vindo uma pessoa ali, a pessoa não vai olhar pra você e tentar outra coisa”

Quando o sujeito “se narra” na cena “os efeitos de pré-construído (algo já posto e sempre em funcionamento, regendo o dito) vão tecendo uma posição do sujeito no mundo’ (BARBAI, 2008, p. 128). Esse tecido de memória emerge no gesto de um “ato a nível simbólico, movimentando a rede de sentidos, o plano do interdiscurso no intradiscurso, atravessado pelo *non-sens*, fundando e movimentando a identificação do sujeito no si mesmo (PÊCHEUX, 1969).

O processo de atualização da identificação de Rodrigo ao distinguir o “você” (o pesquisador) do “eu”, demonstra, em profundidade, um discurso que tenta calar o jovem negro e apagar o valor de sua origem, “para que o mesmo abandone seu projeto inaugural de existência” (SOUZA OLIVEIRA, 1992, p. 204-5), forçando-o a construir sua identidade via rebeldia. “Seja pela via da tendência antissocial, seja pela via da resistência da linguagem e interpretação histórico-cultural” (idem), é na ação crítica e cotidiana que o rapaz, assim como outros jovens negros “constroem respostas – ações – para o exercício de sua identidade” (idem, 206).

A projeção junto à figura do pesquisador (branco) privilegiado por viver sem ser discriminado, demonstra a materialização de um profundo ressentimento social. Neste sentido, Fernandes (1978) afirma que não basta somente que os negros lutem para serem incorporados na sociedade, é necessário que parcelas da população branca também se empenhem no processo de inclusão.

Em outro enunciado, em meio a um olhar que lhe impõe silêncio e o repele do espectro da sociabilidade, Rodrigo exalta a necessidade de resistir de forma pacífica e solidária ao próximo.

É sinto mal, mas vou fazer o que, vou bater na pessoa porque ela tá tomando essa atitude? Quem não pode tomar essa atitude é eu. Porque se eu ver, muitos discriminam preto, isso e aquilo, mas se eu ver um branco, um japonês, um amarelo, sei lá, caído ali no chão, você acha que eu vou passar e ignorar? Vou nada, vou lhe dar a mão e vou levantar. O que eu puder fazer eu vou fazer. Só que isso eles não fariam por mim, eu tenho certeza”.

Este movimento discursivo demonstra como a participação de segmentos expressivos da população branca é indispensável para a socialização do negro. E é por meio do pacifismo, Rodrigo deseja ser incluído na sociedade respeitando as normas vigentes. Contudo, o argumento do “pacifismo” pode servir, em muitos casos, como consolidador do processo de opressão junto aos marginalizados.

O pacifismo não pode ser confundido com o silêncio da passividade. Andréa de Paula, por exemplo, é negra e crítica à política de cotas raciais. À primeira vista, um contrassenso argumentativo de uma pessoa que beneficiada por um auxílio de renda.

PESQUISADOR: Você se sente uma pessoa negra? Ou parda? Como é que você se sente?

ANDRÉA DE PAULA: Ah, sim, sim. Sim porque eu venho de famílias negras, né, minha vó era negra, minha mãe é negra, meu avô por parte de pai era negro, então eu vim de família negra, né. Então, eu sinto...

PESQUISADOR: E como é que é isso pra você?

ANDRÉA DE PAULA: Pra mim é normal, não vejo diferença de nada. Eu acho besteira esse negócio das pessoas esse... esse negócio de cota especial, né. Essas coisas, não. Acho que vale é a capacidade da pessoa, não pela cor da pele.

PESQUISADOR: Você não é a favor de cotas pra nada?

ANDRÉA DE PAULA: Não, não... Tem que ser igualdade pra todo o mundo. Não tem esse negócio de cotas, isso já tá sendo excluído... Né, então o negócio pra mim vai da pessoa, do interesse da pessoa, no esforço também, né, da pessoa.

A força de uma ideologia dominante, construída sob o poder daqueles que contam e hegemonomizam a história aprofunda e espraia-se. Tanto Rodrigo quanto Andréa acreditam na “revolução dentro da ordem” (FLORESTAN, 1989). Nos enunciados: “não vejo diferença de nada”; “acho besteira esse negócio”; e “Acho que vale é a capacidade da pessoa, não pela cor da pele”, o acontecimento enunciativo (o desdobramento da forma-sujeito pela articulação do interdiscurso no intradiscurso), além de destacar a força do discurso meritocrático, mostra também que “o dizer do Um, para manter seu traço significativo, precisa se incluir no Outro” (BARBAI, 2008, p.42). Neste sentido, Andréa de Paula apaga algo de si, dissimulando determinada realidade.

O discurso de Andréa de Paula não leva em conta a dívida histórica que o Estado

brasileiro tem diante de toda a população negra. Para Florestan (1989), “essa armadilha (da negação de uma identidade que reitera a discriminação sócio-racial) faz a cabeça do negro, que se desorienta e com frequência acaba capitulando, como se ele fosse responsável pelos 'seus fracassos'” (FERNANDES, 1989, p.23).

No cenário específico de Andréa de Paula, para que não se caia no mero vazio do discurso meritocrático, é necessário compreender a necessidade da implementação de políticas que levem em conta “situações lesantes”, que possuem múltiplas faces, por exemplo: ser mulher, pobre, negra (REGO; PINZANI, 2014).

Como afirma Fraser (1997), nessas coletividades estão presentes certa atmosfera e certos mecanismos de relacionamento social que redobram o sofrimento psíquico e cívico dos seus membros.

Exatamente nessas situações é que se fazem necessárias políticas de justiça distributiva no âmbito econômico e social e, simultaneamente, políticas culturais e educacionais voltadas à mudança dos paradigmas valorativos da sociedade em relação a elas. Seria o único modo de alterar substantivamente a formação de subjetividades dominadas, fornecendo-lhes oportunidades de obterem outras visões de si mesmas, libertando-as das estruturas de sentimentos fundadas na interiorização das concepções que sustentam as exclusões e marginalizações múltiplas sofridas por elas (FRASER, 1997, p.22)

Dessa forma, não há o porquê de Andréa de Paula se constranger ao ser beneficiada por políticas afirmativas como cotas raciais e sociais. Trata-se, tão somente, de um processo que auxilia o fortalecimento de um conjunto da população historicamente prejudicado.

5.2. O apagamento político da bolsista periférica

Mulheres negras e bolsistas, aliás, passam por constrangimentos institucionais específicos na sociedade brasileira. O mau atendimento, sobretudo a este conjunto da população, reforça também que “os mecanismos de discriminação estão naturalizados nas políticas públicas, que não consideram central combater o racismo institucional e as estruturas sexistas das cidades” (GARCIA, 2013, p. 131).

Por ocasionar um maior contato das famílias com equipamentos públicos (como a escola dos filhos, os postos de saúde e os CRAS) o programa federal BF gera consequências

de diversos níveis na vida dessas mulheres e nos bolsistas em geral. Ao passo que aprendem noções mínimas de cidadania, testemunham também a falta de transparência (no caso de bloqueios do BF quase sempre mal explicados) e a “má vontade” de funcionários, provocando sentimentos de humilhação e indignação.

O CRAS, “rosto institucional” do Estado junto aos bolsistas. Responsável pelo cadastro do beneficiado, o órgão ganhou maiores atribuições a partir do início dos anos 2000, quando “a proteção social passou a contar com equipamentos públicos responsáveis por prestar serviços diretamente à população, bem como pela articulação da rede de serviços sócio-assistenciais” (BICHIR, 2011, p. 72-73). O CRAS de São Miguel Paulista está entre os 17 presentes na Zona Leste, região que conta com a maior rede socioassistencial da cidade de São Paulo. São 321 serviços de Proteção Social Básica e 179 de Proteção Social Especial (de média e alta complexidade) e 8 CREAS¹⁹.

Responsáveis por suas famílias, Fiama e Patrícia estão entre as muitas mulheres negras e pobres que frequentam com assiduidade equipamentos públicos como o CRAS, hospitais e postos de saúde e enfrentam algum tipo de violência institucional.

A jovem Fiama, de 22 anos, cuidadora dos avós e dos irmãos pequenos, revelou-nos que “*São poucos que atendem a gente bem*”. Além dela, Patrícia, de 32 anos, descreveu-nos uma experiência turbulenta.

PATRÍCIA: Eu fui lá com a minha mãe. Por ela ser de idade a gente saiu daqui 4h30 da manhã pra ser atendido às 10h da tarde, da manhã. A gente chegou lá, fica na fila, espera a boa vontade deles chegarem, pra dar uma senha. E não tem preferencial, quem chegou pega senha pra depois você ser atendido. E não é... O tanto que você fica lá em pé esperando a boa vontade deles, quando vai te atender não te atende bem.

PESQUISADOR: Quanto tempo você ficou esperando?

PATRÍCIA: Olha, a gente chegou lá 4h30 pra ser atendido 10h40. Acho que umas 4 horas em pé lá, em pé, que não tem nenhum lugar pra sentar.

PESQUISADOR: Ah é?

19 Smads, 2014.

PATRÍCIA: É em pé, aí que eles vão atender, vão bater lá no computador e não dá a informação que a gente precisa.

“Em pé esperando”, “por quatro horas”, “não te atende bem”, “não dá a informação que a gente precisa”, são expressões construídas a partir da memória de Patrícia. A partir dessa memória protagoniza-se um sujeito discursivo “humilhado”, considerando humilhar um indivíduo “colocá-lo em uma posição onde ele está impossibilitado de responder à violência que sofre” (ENRIQUEZ, 2006, p. 37). Dessa forma, a violência institucional emudece quando sua voz e suas dores não são sentidas nem ouvidas. Neste caso, o direito de voz é totalmente inexistente (REGO; PINZANI, 2014).

A violência institucional, especificamente junto às mulheres pobres e negras, está também diretamente ligada à histórica dominação masculina que supõe instituições sociais e culturais que a apoiam e a reproduzem, “e que operam fundamentalmente sobre suas emoções e sentimentos, não apenas por meio de ações de opressão imediata” (REGO; PINZANI, 2014, p.58).

O BF, como uma proposta mínima de cidadania, pode construir novas relações entre as bolsistas e instituições estatais, colaborando para o fortalecimento individual, familiar e comunitário. Entretanto, a construção histórica das relações de poder envolvendo as mulheres têm sido contrária a sua emancipação e conseqüentemente a de suas famílias. Ao longo de séculos, as mulheres não têm sido apenas treinadas para servirem aos homens (maridos, pais, irmãos mais velhos, sogros, cunhados); e sim para “desejarem servi-los” (MILL, 2002). Neste sentido, Saornil (2015) questiona: “Quando alguém se importou em despertar sua consciência? Quando alguém lhe disse que nela residia um indivíduo com direitos, mas, também com deveres? Nascer, sofrer, morrer, este foi todo seu destino e todo seu direito” (idem, p.38-39).

Maria do Socorro, por exemplo, afirma que não pode procurar um emprego fixo por “ter” de cuidar de seus filhos pequenos. Não há quem cuide deles.

PESQUISADOR: Agora dona Socorro, como é a sua relação com os vizinhos, assim? Como é o cotidiano da vila, assim?

MARIA DO SOCORRO: Eu sou de boa com os vizinhos.

PESQUISADOR: É?

MARIA DO SOCORRO: É, só vivo dentro de casa, saio assim, saio meio-dia e vinte, a escola dos meninos é muito longe, vou levar eles, volto, quando chego em casa abro a porta, entro pra dentro de casa, me tranco, almoço, almoço trancada assistindo tv. Ai ali eu durmo um pouquinho, já acordo atrasada, vou buscar de novo, fecho meus filhos. Só saio pra fora quando é assim, compromisso.

Embora a moça tenha uma relação “de boa com os vizinhos”, ressalta que “se tranca em casa”; “só sai pra compromisso”. Trata-se de um exemplo de um sujeito responsabilizado no âmbito da vida privada e no cuidado de outras pessoas, no caso, os filhos.

Maria do Socorro e outras mulheres que se “trancam” em casa reproduzem as restrições ao direito de voz na sociedade que “limitam significativamente sua constituição como sujeitos capacitados politicamente a formular e ampliar demandas cívicas” (REGO; PINZANI, 2014, p.61). Nessa circunstância, “a vida pública é para as mulheres menos distinta da pessoal e doméstica que para os homens; sua experiência em cada uma afeta radicalmente suas possibilidades na outra” (idem, p, 62), afirmando-se para as mulheres uma espécie de perpetuação de um círculo vicioso de não direitos, de não cidadania e de não participação igualitária na vida pública (REGO; PINZANI, 2014). Na visão de Okin (1987), uma das causas dessa situação reside no ocultamento de que a família é também uma instituição política. “A instituição familiar possui o poder de atribuir papéis e funções aos seus componentes, fazendo-o de modo invasivo e totalitário, legitimado pela tradição e pelos costumes (OKIN, 1987, p.110).

Mais uma vez, destacamos que a quase totalidade das participantes dessa pesquisa são mulheres negras e pobres. Concretamente, “nessas coletividades estão presentes certa atmosfera, certos mecanismos de relacionamento social que redobram o sofrimento psíquico e cívico dos seus membros” (REGO; PINZANI, 2014, p.61). Dentro desse grupo, estão ainda as mais velhas, as avós, assujeitam-se à função social de cuidadoras do marido, dos filhos e dos netos. Ao se responsabilizarem unicamente pela vida privada e pela família, a relação entre essas mulheres e o espaço público torna-se a mínima possível. Dos relatos que ouvimos, algumas “não têm tempo” ou a participação acarreta mais “dor de cabeça”.

Sirlene, de 46 anos, é separada do marido e vive com o neto. Com pressão alta, depressão e outras doenças, conta-nos que já foi tratada como “bêbada” na rua. Utiliza o auxílio sobretudo para comprar remédios. Na superfície de seu discurso afirma que, para

evitar o estresse, questões relacionadas à mudança social no bairro ou participação não fazem parte de seu horizonte.

PESQUISADOR: E em relação a participar dos problemas do bairro, da vila, assim? A senhora sente essa vontade? Ou não? Ou procura não se envolver muito?

SIRLENE: Eu não gosto de me envolver muito com esse negócio, não, porque eu sou muito estressada...

PESQUISADOR: Se estressa fácil...

SIRLENE: É, e não... Não ia dar, não (risos).

PESQUISADOR: Esses problemas grandes assim a senhora acha que vai se estressar...

SIRLENE: É, eu fico fora... Não enfrento, não...

PESQUISADOR: Tem alguma associação de moradores lá no bairro?

SIRLENE: Lá não tem, não. Lá é cada qual por si...

PESQUISADOR: Oi?

SIRLENE: Lá é cada um por si. Não tem nada de comunidade, de ajudar os outros...

PESQUISADOR: Ajudar os outros... A senhora falou da relação da vizinhança... Lá tem essas coisas também pra senhora? Por que a senhora falou isso? Eu queria entender... As pessoas ficam muito dentro de casa?

SIRLENE: É não... É porque o pessoal olha pra gente, assim... Acho que é porque acha que a gente tem problema, acha que a gente é doido, é mal-educado, é sem educação... Pra evitar briga, aí eu fico quietinha no meu canto, saio, varro meu quintal, entro dentro de casa, fecho a porta, boto o meu moleque pra dentro, só sossego.

Sirlene apresenta inúmeras características que a silenciam. Em uma abordagem de superfície, o olhar dos outros, ao depreciá-la como “doida”, interdita-lhe. No “fio narrativo”, por conta de uma saúde debilitada, seu corpo precisa ser escondido, trancado dentro de casa, “pra evitar briga” e o “estresse”. Cuidar de seu neto de oito anos em meio à paz e o silêncio da porta fechada é para o sujeito narrativo a garantia de um distanciamento da experiência dolorosa de se arriscar a exposição de seu corpo na rua.

Contudo, ao compreendermos que “a estrada da cidadania para as mulheres sempre foi feita de muitas outras veredas, exatamente porque são várias as modalidades de sua exclusão da vida pública” (REGO; PINZANI, 2014, p. 61), antes de (e além de) ser doente, Sirlene

precisa vencer inúmeros obstáculos no imaginário social para exercer o simples direito de se expor publicamente. O fato de ser mulher, negra, vó e bolsista tem significados que, na sociedade atual, ainda não condizem com a exposição no espaço público.

Desse modo, se para se expor na rua traduz-se como grande desafio à Sirlene, o que não será participar na comunidade?

Impotente, Sirlene encaixa o verbo “enfrentar” no que se refere à participação na comunidade. Em algumas de suas passagens enunciativas, o impessoal se inscreve e o sujeito se toma por um outro indefinido “a gente” sem nenhuma particularidade individual. Desse modo, a bolsista se defende de uma imagem desfavorável que a vizinhança lhe confere, além de um sentimento de humilhação. Vejamos o enunciado abaixo:

“É porque o pessoal olha pra gente, assim... Acho que é porque acha que a gente tem problema, acha que a gente é doido”

A forma sujeito em Sirlene (sua forma de existência histórica), “a partir dos efeitos do mecanismo de ‘mise en scène’ da enunciação, ao inscrever pelo impessoal (uma marca que designa a generalização e a constituição de um conjunto) o sentimento de humilhação irrompe, como um lugar de subjetivação” (BARBAI, 2008, p. 153).

Viver despersonalizado é ser habitado por ninguém, por um indefinido, pelo nenhum. A forma sujeito produz na evidência do sujeito e do sentido, o lugar em que a ideologia e o inconsciente jogam com o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, provocando a crise da dêixis, materializando no fio do discurso, cacoc de enunciação que são o resultado do eco de uma voz acústica em um corpo fraturado. (idem)

Vivendo um cenário semelhante, impotente diante de uma autoimagem depreciativa e da exaltação do fracasso pessoal, está a bolsista mineira Angelina, negra, de 60 anos. Avó e negra, convive na mesma casa com filhos e netos. Seus objetivos de vida referem-se à melhoria do bem-estar de sua família que, no limite, traduz-se no seu. Somado ao “bico” de costureira, o auxílio de renda (R\$ 38) funciona como um tipo de aposentadoria a ela.

Após esperar mais de quatro horas para ser atendida no CRAS de São Miguel Paulista, a senhora se dispôs a conversar com o pesquisador. Triste com os recorrentes bloqueios de seu cartão, Angelina nos falou sobre a dificuldade de viver com problemas de saúde como pressão

alta, artrite e dores na coluna; segundo ela causados pelo trabalho pesado na roça até os seus 30 anos de idade.

Apesar de todas as dificuldades na cidade grande, admite que tem sido muito melhor viver na periferia paulistana do que no campo, no município de Turmalina (MG).

PESQUISADOR: E todo mundo carpia, todo mundo na roça? Ou não?

ANGELINA: Não, era só mais nós e a gente que não estudou, o pai escravizava a gente mais, falava que a gente tinha que morrer ali. É por isso que eu vim embora pra São Paulo e tentar a minha vida aqui, porque lá além de sofrer muito ele ainda não dava nada pra gente, nem uma roupa, nem um sapato, nada, a não ser a comidinha, só.

PESQUISADOR: Entendi. E a sua mãe, a sua mãe também trabalhava muito?

ANGELINA: Minha mãe trabalhava muito em casa, sabe. Trabalhava assim, de fazer comida, levava pra nós na roça. Ai nós chegava umas 6, 7 horas nós ia buscar água, sabe... Buscar aqueles pote tudo de água, assim...

PESQUISADOR: Ficava a água onde, no caçimbão, ou no...?

ANGELINA: É, tem uns córrego nos fundo e a gente vinha com aqueles pote na cabeça. Até hoje você acredita que eu sonho que eu to deixando esses pote cair? Que quando caía [risos] a gente apanhava pra caramba [risos]. Que não podia quebrar os potes?

PESQUISADOR: Vocês apanhavam se caía água?

ANGELINA: Nossa, eles batia na gente, principalmente painho, praticamente à toa.

PESQUISADOR: E esse problema na coluna, a senhora não acha também deve ser um pouco por causa disso?

ANGELINA: Mas deve ser isso! A gente pegava muito peso.

PESQUISADOR: Muito peso.

ANGELINA: Nossa, era muito peso. A gente fez uma casa lá, sabe, aqueles caibros, coisa tudo de madeira, aquelas madeira pesada. O que sustentava de um lado nós tinha que sustentar do outro pra ir assim, moço, sabe. Tinha até criança ainda, de uns 13 anos, e era um peso terrível, é por isso que hoje eu não sou ninguém.

Em uma relação de causa e efeito construída no movimento do dizer (e na materialização da memória), os dois sujeitos (a jovem e a atual Angelina) se encontram na narrativa. A expectativa de uma valorização enquanto sujeito histórico em “(...) *vim embora pra São Paulo e tentar a minha vida aqui*” transforma-se no apagamento do mesmo “(...)

hoje eu não sou ninguém”. Em um gesto de autculpabilização, relaciona o passado difícil da infância e da juventude e a falta de estudos a sua infelicidade atual.

Pêcheux (1999) afirma que a memória discursiva, “face a um texto que surge como um acontecimento a ler, restabelece um conjunto de elementos (os pré-construídos, os discursos transversos, os elementos citados e relatados) produzindo uma condição do legível em relação ao próprio legível” (p. 51). Tal processo atinge um dos fundamentos da identificação imaginária: “o sujeito se toma como objeto de sua própria leitura, transformando-se na imagem, na presença que esta suscita” (idem).

Prostrada diante de um discurso meritocrático, a autoimagem depreciativa e a exaltação do fracasso pessoal erigem-se a partir do cenário do primeiro sofrimento; este no âmbito familiar. A memória materializada no discurso mantém viva a figura severa do pai, que “escravizava” Angelina e os irmãos no trabalho rural desde a infância.

Parece-nos que o sentido do termo “escravizar” pouco desliza no discurso de Angelina; não se abre à metáfora. Fragmentado em sua humanidade, o escravo vive em função de seu senhor, seu patriarca. A prática discursiva de seu pai dialoga diretamente com a força da história, da construção das relações de poder no Brasil. O sistema escravocrata (fundamental ao patriarcado) penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial brasileira foi escravista de alto a baixo:

Embora concentrados nas áreas de grande agricultura exportadora e de mineração, havia escravos em todas as atividades, inclusive urbanas. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas. Alguns eram alugados para mendigar. Toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos (CARVALHO, 2002, p.19-20).

No uso corrente da palavra “escravizar”, Angelina reconstrói suas memórias reforçando a violência física e psicológica exercida pelo pai e internalizada por ela. Durante a descrição das memórias da violência e do tempo de “escrava” da família (sobretudo do pai; agora dos filhos), sua voz mantém baixa, embargada, triste. Evidencia que “o real explode o simbólico e o imaginário inscrevendo múltiplas significações na história, mostrando-nos que aquilo que faz obstáculo ao sujeito, diz de seu ajustamento sempre inacabado consigo mesmo

e com o mundo” (BARBAI, 2008, p. 137).

As trajetórias e os discursos de Maria do Socorro, Sirlene e Angelina desvelam como a força estrutural do patriarcado na sociedade brasileira reforçam a autoculpabilização da mulher, mãe, vó, negra e nordestina, naturalizando sua histórica função servil.

5.3. Sob o controle de uma fé

A maioria dos entrevistados desta pesquisa afirmam ser evangélicos. Eles mencionaram frequentar instituições religiosas de diversas nomenclaturas como: Ministério Hosana Hei; Igreja Mundial; Testemunha de Jeová, Igreja Salão do Reino; Igreja Alegria de Viver; Igreja da Graça; Igreja Congregação Cristã; Igreja Universal; Igreja Paz e Vida; e Igreja Assembleia de Deus.

Em 1989, o papa João Paulo II realizou uma redefinição territorial das hierarquias da igreja católica em São Paulo, com o objetivo de transferir padres progressistas. A ação reverberou na falta de representatividade política que passou a assolar os bairros populares paulistanos ao final dos anos 1980 (D'ANDREA, 2013). Ao passar dos anos, a população desses bairros passou a sofrer uma crescente influência das igrejas neopentecostais; e uma parcela considerável dos trabalhadores parece ter encontrado nessas igrejas o amparo social que a igreja católica deixou de oferecer. Dentre os entrevistados desta pesquisa, apenas quatro pessoas não eram evangélicas.

Houve três ondas expansionistas do pentecostalismo no Brasil. Surgido nos Estados Unidos no início do século XX, chegou por aqui com a fundação da Congregação Cristã no Brasil e da Assembleia de Deus (TORRES, 2007). Esta primeira etapa pregava um afastamento sectário em relação ao mundo secular das classes médias e teve grande força entre 1910 e 1950. Rechaçava-se o uso do rádio, atributos de vaidade feminina e até a participação em festas e atividades “mundanas” (idem). Ao que nos interessa mais diretamente, “no pentecostalismo clássico, como todas as esferas mundanas eram percebidas como seara do diabo, criou-se uma rejeição clara da vida política, vista como marcada pelos vícios e artimanhas do pecado” (TORRES, 2007, p. 107).

A segunda onda expansionista, chamada de deuteropentecostalismo, tem como núcleo difusor o Estado de São Paulo, no início da década de 1950, por meio da ação de missionários

estrangeiros com uma orientação teológica que enfatizava a cura divina, o que lhe conferiu um significativo aumento do número de fiéis pelo Brasil. Nesta fase há uma fragmentação denominacional não presente na primeira (TORRES, 2007).

A partir da terceira onda expansionista, o uso proselitista da mídia são radicalizados (idem). Chamada de neopentecostalismo, tem como núcleo central de expansão no Brasil o Estado do Rio de Janeiro. Na década de 1970 surgiram as primeiras igrejas desta vertente, oriunda da ação de missionários estadunidense que acrescentaram no discurso religioso brasileiro o viés da Teologia da Prosperidade. Nesta teologia, “a prosperidade material e, por conseguinte, o acesso ao consumo das “maravilhas” do mundo moderno, permitindo um gozo “aqui e agora”, são perseguidos como uma recompensa por aqueles que servem e financiam a obra do 'Senhor” (TORRES, 2007, p. 107).

Em geral, no neopentecostalismo Deus passa a ser percebido como terapeuta das mazelas “deste mundo”, pois cura doenças, concede prosperidade econômica e até mesmo conforto afetivosexual aos seus seguidores (Torres, 2007). Não se tem mais que aguardar uma existência inteira de sofrimentos e privações de todas as ordens para somente depois alcançar o gozo num mundo que transcende este em que vivemos. Agora os fiéis seguidores alcançam certos gozos de ordem material que são em parte a comprovação de que Deus está do seu lado.

Algumas dessas instituições não fazem a menor cerimônia no que se refere ao comportamento financeiro de cada fiel. Angelina nos relata a ação direta de uma instituição que, ao direcionar valores específicos e que violam a mínima liberdade dos fiéis, também “opera na tentativa de neutralizar qualquer necessidade de reivindicação, exigência de direitos e demanda de melhoria das condições de vida por parte de uma população empobrecida” (GEORGES; SANTOS, 2013, p.526).

PESQUISADOR: E quando a senhora tá na igreja, como a senhora se sente?

ANGELINA: A gente se sente bem, porque eu sei que eu to... eu to desenvolvendo muita coisa na igreja, a igreja ensina muita coisa boa, sabe, ensina como a gente vive, ensina como é que não vive, e só dá o bom exemplo, sabe. Então, a gente aprende muita coisa boa na igreja, não é só, assim, a religião, eles ensina muita coisa boa, vai de manhã nas consagração, eles ensina muita... até como você gastar o seu dinheiro eles ensina, sabe.

A igreja ensina Angelina a “gastar o seu dinheiro” e torna-se uma ferramenta discursiva latente de controle social e intervenção das práticas familiares. Não à toa, instituições assistenciais neopentecostais que gestam a distribuição de cartões do BF também agem justamente neste sentido (GEORGES; SANTOS, 2013).

A despeito do controle social, alguns autores enfatizam (GURZA, LAVALLE e CASTELLO, 2004; ALMEIDA e D’ANDREA, 2004) a importância das práticas religiosas para a inclusão social, na atenuação dos efeitos da exclusão, “especialmente quanto à influência no acesso a serviços públicos e no caso da inserção no mercado de trabalho, uma vez que esses vínculos abririam uma série de oportunidades para as populações mais carentes” (Bichir, 2011, p.183). Trata-se de um controle conjugado a determinado tipo de inclusão social: precária, desmobilizadora.

Não bastasse afirmar que a igreja “lhe ensina a viver”, Angelina não deseja ser “uma pessoa vencedora”, desvelando um sintoma direto da ação discursiva de uma poderosa instituição que colabora para a manutenção das relações de poder na sociedade capitalista que oprime a bolsista. O discurso de controle social da instituição religiosa é potencializado pela autodepreciação e pelo sentimento fatalista da bolsista:

PESQUISADOR: É isso? A senhora quer terminar a sua casa?

ANGELINA: É, aí eu fico mais tranquila e já dou uma mão pro meu neto ou pra alguma pessoa que precisasse eu poderia, sabe. Eu não tenho sonho, assim, de ser uma pessoa vencedora, só se for na saúde e em tudo, que eu não sou muito assim de querer coisa além do que eu não posso, eu sou assim mesmo. Não é todo mundo que...

PESQUISADOR: Que tem uma casinha... né?

ANGELINA: É, eu vivo na graça.

O fatalismo se configura como um fenômeno psicossocial manifesto pela interação entre as pessoas e um mundo que, permeado pelo funcionamento opressivo das estruturas macrossociais, apresenta-se como fechado e incontrolável (MARTÍN-BARÓ, 1998). As características do fatalismo, segundo Martín-Baró (1998), podem ser observadas pela manifestação de uma tríplice vertente ideacional, afetiva e comportamental, que congrega a concepção da vida como algo pré-determinado e fruto de uma vontade divina, resignação frente ao próprio destino, aceitação do sofrimento, pessimismo e resignação.

O fatalismo em Angelina dialoga com um sentido de sofrimento reinterpretado pelos neopentecostais. Ao invés da “positividade moral” encontrada na “cruz” do cristianismo como o seu maior símbolo, “o sofrimento agora 'volta' a ser o sinal da desgraça, do abandono da divindade em relação a uma determinada pessoa, e acima de tudo da falha ritual que permite ao infortúnio se instalar de forma conclusiva na vida de alguém” (TORRES, 2007, p.107). Em uma ampla perspectiva, o fatalismo e o sentimento de culpa de Angelina, e de parte considerável de nossos entrevistados, dialogam com a assiduidade dos mesmos em cultos de igrejas neopentecostais. Culpabilizante, o discurso de igrejas cristãs neopentecostais interfere intensamente nas dinâmicas comunitárias, atomizando ainda mais as pessoas.

Paulo Leandro também frequenta a igreja Assembleia de Deus. Um cristão fervoroso, forte, disposto a trabalhar. Descreveu-nos que viaja muito pelo país à procura de trabalho e que dorme nas calçadas do centro de São Miguel Paulista. Suas relações sociais são provisórias, assim como seus “bicos” nas cidades em que chega.

Paulo Leandro busca conceder uma resposta de cunho cristão a todas as questões: se há violência, “Deus protege”; se falta alimento, “Deus provê”; se falta água, “reza pra Deus”. A falta d'água, aliás, tem sido um dos grandes problemas vividos por moradores da periferia de São Paulo (SP), configurada como erro político e administrativo do governo de Geraldo Alckmin, pode ser, segundo o bolsista, resolvida por meio da fé.

PESQUISADOR: E a sua igreja tá rezando por isso?

PAULO: Tamo orando, tamo orando...

PESQUISADOR: Todo o dia?

PAULO: Todo o dia, toda a hora, de manhã, de madrugada, nas vigília...

PESQUISADOR: Pra que chova?

PAULO: Pra que chova. Deus é amor... É que nem eu digo pra muita gente 'Ai desse mundo se não fosse os cristão...' Porque muitos aí passa o dia na balada, dançando, com a mulherada... E nós, não... Amanhece o dia na igreja, de joelho no chão ali orando, louvando, e Deus vai abençoando... Por causa dos cristão que Deus ainda tem misericórdia desse mundo! Porque se não fosse os cristão, iiih, esse mundo já tinha acabado... Cê vê na época de Deus, na época de Deus, Sodoma e Gomorra tava naquele negócio que nem eu lhe falei. Deus acabou! No dilúvio, teve também aquela rebeldia e Deus acabou o mundo em água... E hoje em dia eu creio que vai tá pior, e eu creio que vai ser em fogo...

Neste recorte, tão desmobilizadora do ponto de vista da participação quanto o olhar de que a fé é a resolução de todos os problemas, é o seu discurso segregador entre cristãos e não-cristãos.

Ao citar aqueles que não obedeceram a sua deidade específica, como os habitantes das cidades de Sodoma e Gomorra (do ponto de vista moral) e sua rebeldia (diante de deus) vigente antes do dilúvio, o baiano culpa a própria humanidade, que de tempos em tempos merece ser sancionada negativamente por uma força superior.

Sentir-se parte de um povo escolhido, abençoado, parece-nos enfraquecer à ideia de participação pois a exaltação de uma determinada coletividade religiosa em detrimento de outras favorece a fragmentação entre os oprimidos, distensionando qualquer embate às relações de poder constituídas.

José Lopez, frequentador da Assembleia de Deus há 25 anos também apresenta dizeres continuamente marcados por citações bíblicas e ensinamentos religiosos, buscando relacionar diversos temas do cotidiano com a leitura de mundo aprendida em sua igreja. Ele preconiza sua fé para sentir-se a si próprio e a sua família protegidos. Neste caso, o discurso da existência de um “povo escolhido” pode também atenuar o convívio com a violência na periferia:

PESQUISADOR: O senhor falou dessa camaradagem com os vizinhos, enfim, vocês se protegem?

JOSÉ LOPEZ: Hoje em dia na minha vida eu tenho que cumprir o salmo 127.

PESQUISADOR: Qual que é o 127?

JOSÉ LOPEZ: O salmo 127: se o senhor não guardar a cidade, (vão?), vigiem os sentinelas. Então a minha confiança é em Deus.

PESQUISADOR: Certo.

JOSÉ LOPEZ: Minha confiança é em Deus. Eu sirvo a Deus com a minha fidelidade e a minha confiança é n'Ele. Porque se você for confiar no mundo, hoje em dia você sai de casa e até dentro de casa você escuta essas coisas. A gente assisti os repórter ai e é só tragédia, só morte, né? E outra, tá se cumprindo a bíblia, a bíblia tá se cumprindo. A bíblia diz que é o fim dos tempos, é reino contra reino, nação contra nação, filho contra pai e pai contra irmão, então é isso aí que a gente tá observando. Eu acho que isso aí a gente tá vindo, e pra mim isso não é escândalo, a bíblia tá se cumprindo e a bíblia vai ter que se cumprir toda, não vai pular página. Ela tá se cumprindo toda, pra mim é isso aí, a violência não tá fácil, entendeu?

O discurso de José Lopes naturaliza a violência nos bairros periféricos. Ele, como Paulo Leandro, apresenta grande dificuldade em relacionar condições historicamente impostas aos pobres e enxergá-las como processo de dominação. Por meio de discursos apocalípticos de conversão que se valem da ameaça, afere-se que a ação discursiva de determinadas denominações cristãs se assemelham com a forma de agir da igreja católica no período colonial, quando milhões de indígenas foram dizimados ou “pacificados” durante toda a civilização brasileira pós-1500. Especificamente no período colonial, “o discurso era o de que ao instituir a separação índio convertido/não-convertido, prenuncia a “necessidade” do extermínio (índio selvagem/aculturado)” (ORLANDI, 2008, p. 142). Dessa forma, “a violência do poder do Estado precisa (é sustentada, tem seu contraponto como sustentáculo) da generosidade dos missionários; essa generosidade é estruturante, constitutiva do lugar subalterno destinado ao índio” (ORLANDI, 2008, p.143). O controle ou a extinção do “índio” dialoga diretamente com o controle atual do pobre e periférico.

Com a perspectiva de que “razão e fé, cidadão e cristão, já brincam de mãos dadas desde o início da colonização” (ORLANDI, 2008, p.156), a “derrota” dos pobres materializa-se também por meio do discurso que arrebanham e fracionam coletividades. Neste sentido, a “não-conversão” se apresenta como mais um fator para a vulnerabilidade social e a exposição à naturalização da violência (estatal ou civil) no espaço periférico atual.

5.4. A polícia, o PCC e a morte

Para se aludir a um bairro periférico, de modo geral, utiliza-se o termo “quebrada”, referindo-se às relações específicas entre seus moradores e remetendo também a uma disposição de apresentar o bairro onde se vive para quem é de fora, caracterizando-o como um lugar arriscado, hostil e perigoso para quem não pertence a ele e não conhece suas regras (MALVASI, 2012). Destaca-se nessa noção seu caráter eminentemente territorial, onde se concentra altos índices de violência e pelo cumprimento pelas normas de conduta (idem).

Parece-nos que estar ou viver na quebrada relaciona-se também com a percepção da incidência de dois processos complexos que desencadeiam a violência: o primeiro, originado

de agentes estatais, sobretudo policiais militares; e o segundo, advindo do crime organizado, sobretudo sob a liderança do PCC.

O Estado busca controlar a parcela mais pobre da população por meio da gestão social e repressão (FELTRAN, 2010). Se por um lado ampliam-se políticas compensatórias e de gestão da segurança dos territórios e das populações, em geral na forma de convênios entre governos e organizações civis de base para a implementação de “projetos sociais”: profissionalização, apoio familiar, atividades culturais etc; por outro, “intensifica-se a repressão nas fronteiras, tensionando as margens de filiação social e política e fazendo emergirem nelas mais e mais 'suspeitos’” (FELTRAN, 2010, p. 209). Sintomático que o encarceramento de jovens adultos das periferias de São Paulo cresceu quatro vezes desde meados dos anos 1990, passando de cerca de 40 mil em 1996 para mais de 150 mil em 2008 (Idem).

Na ponta da implementação de uma política repressora oficial está a polícia militar do estado de São Paulo. Em constante contato com os bolsistas, demonstra ser mais uma instituição que obedece a lógica de interditar a voz do pobre. Quase todos os relatos dos entrevistados relacionados a ela são negativos. “Não tá dando pra ter confiança”, “pega até os inocentes”, “é sinônimo de morte”; foram algumas das expressões utilizadas para mencionar ação desses agentes estatais específicos.

Ainda de acordo com os entrevistados, a polícia pune os pequenos; forja drogas; humilha; assassina o morador da favela. Na sequência, por apresentarem uma formação discursiva semelhante, analisamos conjuntamente quatro enunciados de bolsistas distintos que consideram estes agentes estatais como autoritários, omissos e inimigos dos pobres.

VITOR: Se o pequeno tiver fazendo alguma coisa errada eles vai punir. Agora, se os grandes tiver fazendo alguma coisa errada eles vai punir, mas só que se aparecer um dinheiro, eles em vez de punir solta, né?

PATRÍCIA: [...] polícia só vem quando tem dinheiro pra pagar; aí eles vem, porque senão [gesto de descaso com as mãos] [...] Quem deve eles... os trabalhadores.... Igual de manhã, esse dia eu fui de manhã e eles me pararam, eu tava indo trabalhar. Agora quem tá vagabundeando eles não param. Não tão nem aí. Então aqui de vez em quando você vê a polícia. De vez em quando. Só quando morre alguém...

RODRIGO: [...] eles acham que quem mora ali trabalha na biqueira. Meu cunhado saiu esses dias com um monte de documento pra ir trabalhar, aí o polícia enquadrrou

ele, ele falou oh, to com meu documento aqui pra trabalhar. Ele falou assim “Eu rasgo essa porra desse documento agora, na sua cara! Você tá achando o que?! Aqui é o demônio!” Ó o que o cara falou pra ele! [...] aqui eles podem ferrar uma pessoa. A gente não pode se defender. Você acha que a gente vai preso, vai pro fórum e vai embora no mesmo dia? Não sai cara.

PESQUISADOR: A polícia conversa com os moradores?

DAYANE: Conversa não... Eles já chega já querendo é forjar, colocar droga, pra pessoa ir presa, isso sim!

Vítor, albergado, chama atenção para as relações de poder que envolvem as ações policiais junto a civis: o julgamento do agente público estará atrelado ao “meliante” ter ou não dinheiro. Tal relação se repete na narrativa de Patrícia. A segurança de supermercado revela indiferença e descaso por parte dos agentes policiais, que fazem a ronda dentro da comunidade do Jardim Pantanal somente quando “têm dinheiro pra receber” ou quando “morre alguém”.

No enunciado de Rodrigo, um agente do Estado criminaliza a mobilidade do pobre. Neste caso, a “invisibilidade” se converte então em “perigosa visibilidade” (REGO; PINZANI, 2013). O rapaz relata, com detalhes, o “enquadro” ao qual seu cunhado foi submetido por policiais. Diante do escárnio e da tentativa de intimidação em “Aqui é o demônio!”, o contorno discursivo do cidadão (munido de direitos) perde sentido quando humilhado e perseguido por agentes do Estado que, em teoria, deveriam proteger-lhe, zelar por seus direitos, e até mesmo auxiliar os moradores no cumprimento de certos deveres, sempre nos limites do respeito mútuo.

A ação dos agentes estatais reforça a orientação autoritarista e de controle sobre os pobres por meio da ameaça do encarceramento. Ao passo que Dayane revela que a presença policial tornou-se sua maior preocupação no local onde vive, pois “Eles já chega já querendo é forjar, colocar droga, pra pessoa ir presa (...)”, Rodrigo relata que se um morador de favela for preso de forma arbitrária, não sairá da reclusão no mesmo dia; diferentemente dos “grandes” (endinheirados), como lembra Vítor.

Como consequência do autoritarismo, ao considerar teoricamente o sujeito incompleto e que requer movimento, a situação de censura traduz-se nesta asfixia, em que interdita a circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado (ORLANDI, 1992). No discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo e “ao se proceder

desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos 'lugares', ou melhor, proibem-se certas 'posições' do sujeito” (ORLANDI, 1994, p. 76).

A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. O autoritarismo tenta manter o pobre em seu devido lugar histórico de marginal, procurando “impor (pelo poder, pela força) um sentido só para toda a sociedade” (ORLANDI, 1992, p.80).

A ação autoritária revela-se como projeto político quando uma instituição pública torna-se “sinônimo de morte”, expressão essa utilizada por uma bolsista. A força desse olhar mostra não apenas o distanciamento do morador em relação à polícia militar, como seu papel de inimigo da população pobre.

Além do cotidiano de intimidação sofrido pela comunidade no Jardim Lapenna, o pintor Rafael e sua esposa, Rosana, relataram-nos um assassinato cometido supostamente por policiais militares.

RAFAEL: Nós temos mais medo da polícia do que do ladrão. Semana passada foi enterrado um colega nosso lá, a polícia matou lá, quinze ano, dezessete ano.

ROSANA: Na frente das criança, tudo.

RAFAEL: Na rua da creche! Óia... Eles saíram na rua da creche, atirando... Tem quinze dias atrás.

PESQUISADOR: A polícia? A polícia mesmo?

ROSANA: É, a polícia!

RAFAEL: As tia da creche botou tudo as criança pra dentro.

ROSANA: Tava tudo na área de lazer, assim, do lado de fora...

RAFAEL: Teve que botar pra dentro, e eles foram metendo bala.

PESQUISADOR: Mas isso de dia, assim?

RAFAEL: De dia! Três horas da tarde! No meio da semana!

ROSANA: Todo o mundo na população na vila ficou indignado.

PESQUISADOR: Aí, o menino de quinze anos morreu?

RAFAEL: Dezessete anos.

PESQUISADOR: Dezesete!

RAFAEL: Foi enterrado ontem já. Ficou vinte dias no hospital. E agora tem o toque de recolher, aí fica na entrada da favela, um monte lá. Por que, eu não sei por quê.

PESQUISADOR: Ah, e a polícia fica na entrada ali, sempre.

ROSANA: Tudo ignorante, não trata a gente como ser humano; trata a gente como bicho. E muitos quer autoridade e não respeita, né... Acha que a gente não é nada.

[...]

RAFAEL: Quando eles desce lá, em vez de tratar os morador bem lá, é de cara fechada, arma pra fora, encarando todo o mundo, qualquer pessoa, até criança. Você pode tá com uma criança assim que eles te param e não tá nem aí se você tá com teu filho ou não. Daí os outros tem mais medo da polícia do que ladrão.

A enunciação regida por sentimentos de medo, impotência e indignação diante de atrocidades que se repetem com frequência junto à população pobre e favelada, desvela, dentre outras possibilidades, a consolidação de formações discursivas na sociedade que dão suporte às arbitrariedades e crimes cometidos por agentes de segurança pública.

Também como um resquício da ditadura militar no Brasil, o processo de socialização acabou se constituindo como um mecanismo de interiorização da violência institucional, no sentido de que “as exigências sociais apropriadas requerem a submissão das pessoas a uma ordem opressiva que as aliena e desumaniza” (MARTÍN-BARÓ apud ANSARA, 2008, p.128).

Não à toa, páginas da ROTA e da polícia militar reúnem milhares de seguidores em redes sociais na web. Oliveira (2000), salienta que o esvaziamento dos conceitos de cidadania, disseminado socialmente, fez com que a própria população, até mesmo entre os pobres e que vivem nas periferias, defenda a forma que a polícia age atualmente, “considerando ser necessário existir um poder repressor e despótico para manter a ordem” (idem, p.68).

Considerando a sociedade capitalista de forma ampla, foi preciso constituir o povo como um sujeito moral, separando-o da delinquência e do grupo de delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres (FOUCAULT, 2012). “O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinquente?” (FOUCAULT, 2012, p.49).

Aumentando a escala de nossa abordagem, focalizamos Rafael, Rosana, os cinco filhos do casal e toda a comunidade do Jardim Lapenna como vítimas de uma guerra complexa e particular. A reportagem “A guerra silenciosa na Zona Leste de São Paulo”²⁰ publicada três meses antes do início de nossas entrevistas, relata que entre janeiro e abril de 2014 a zona leste foi palco de quase metade dos supostos confrontos com mortos envolvendo policiais na cidade de São Paulo. De acordo com a matéria, a região passou a viver uma guerra silenciosa que expõe “a população civil ao medo e policiais ao desamparo”. Um mapa da letalidade policial em São Paulo foi traçado a partir de dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, complementados pela Ouvidoria das Polícias. Eles mostram que parte desses supostos enfrentamentos aconteceu em “ondas bem características”²¹ (idem).

Nesse período sangrento, o protagonismo não ficou a cargo do Comando de Policiamento de Choque (do qual faz parte a Rota), como costuma acontecer [...] A violência policial veio principalmente de PMs de batalhões de área. São eles que convivem no dia a dia com os moradores e conhecem bem os bairros onde atuam —assim como também são bem conhecidos pelos criminosos da região e, por isso, se sentem mais ameaçados. Nesse cenário sinistro, eles participaram de ocorrências que terminaram com 88 mortos entre janeiro e abril em toda a capital. Somente em março, 36 pessoas morreram em supostos confrontos com esses policiais em serviço. Mais até do que em maio de 2006 (Fonte: “A guerra silenciosa na Zona Leste de São Paulo”; Ponte Jornalismo, 30 de junho de 2014).

Dialogando com este interminável acerto de contas envolvendo agentes de segurança do Estado e civis, é importante retomarmos o processo de pacificação dentro do “mundo do crime” a partir dos anos 2000. A histórica e traumática experiência policiais militares que não

20 Ponte Jornalismo, 30 de junho de 2014.

21 Foram períodos de no máximo três semanas, com no mínimo quatro casos, registrados em raios de até 6 km, embora os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) aconteçam de maneira uniforme durante todo os quatro primeiros meses do ano (idem). A primeira leva de confrontos registrados como “morte decorrente de intervenção policial” teve início com o assassinato do PM Fernando Neves da Cunha, 29 anos, baleado durante perseguição a um carro roubado, na primeira madrugada do ano. Os tiros que mataram o policial partiram de uma praça onde jovens ouviam música, perto da avenida Doutor Guilherme de Abreu Sodré, quase na divisa com Ferraz de Vasconcelos (Grande São Paulo). A partir daí, entre o assassinato de Cunha e 13 de janeiro, outros oito confrontos envolvendo PMs em serviço terminaram com pessoas mortas em locais próximos, como Itaquera, Guaianases, São Miguel e Itaim Paulista. Mais cinco ondas com supostos embates mortais envolvendo a PM foram registradas na região nos quatro primeiros meses de 2014 (Fonte: “A guerra silenciosa na Zona Leste de São Paulo”; Ponte Jornalismo, 30 de junho de 2014).

protegem a favela, aliada a uma “frustração do projeto de inscrição dos 'trabalhadores' no mundo do direito” (FELTRAN, 2010, p. 209) estariam ligadas intimamente ao crescimento da legitimidade do PCC, ou seja, “à expansão da violência interpessoal e sua especialização recente nas favelas de São Paulo, nas quais tribunais conduzidos pelo “mundo do crime” são legitimados como operação de justiça” (idem).

Essa frustração social se refere a todo um projeto coletivo que precisa ser revisto, pois “se no cenário anterior [anos 1980, 1990] a mediação das demandas das periferias ao mundo público podia ser feita por um dispositivo de tipo político” (FELTRAN, 2010, p.208), como “encaixes” entre movimentos sociais e as instâncias estatais de garantia de direitos, “a revisão dos conteúdos do projeto coloca em cena, e como protagonistas, outros dispositivos de mediação” (idem). Neste cenário, o “Comando” passa a ser respeitado e reconhecido também pelos bolsistas.

PESQUISADOR: As pessoas tem um pouco de receio? Como é que é essa relação cara? Com vocês lá? Vocês tem isso, esse problema, ou não? Como é que é?

RODRIGO: Não tem porque a gente faz a nossa parte. Trabalha, a gente é trabalhador então a gente faz a nossa parte. O comando trabalha da forma deles, o comando...

PESQUISADOR: É independente?

RODRIGO: É independente. Só que o que, se eles puderem ajudar, com certeza eles vão ajudar a gente, seja numa cesta básica, seja num dinheiro que tiver faltando pra um remédio, pode ter certeza que eles ajudam. Não to, não to...defendendo...

PESQUISADOR: Cara, fica tranquilo, fica tranquilo.

RODRIGO: Não to defendendo os criminosos e discriminando a polícia, não. Só o que que acontece... A polícia não tão vivendo ali com a gente, eles não vivem ali. Esse não, a favela não é o mundo da polícia. Você vê que não mora nenhum. Qual favela você conhece que mora um policial? Não mora. Então eles não vivem ali pra saber o que a gente passa. Agora não, o comando tá em todo lugar, em toda parte do Brasil eles tá. Então quem você menos imagina, são. Um cara de óculos, assim, engravatado, ai você fala, não esse cara ai é trabalhador.

PESQUISADOR: De repente eu sou [risos].

RODRIGO: Não, o cara é o que ele é.

PESQUISADOR: É um trabalhador do comando.

RODRIGO: É, é o que ele é. Não tem esse negócio, de ah... comando.

PESQUISADOR: E você não o julga por isso.

RODRIGO: Não, não julgo não. Porque ele trabalha, eu sou trabalhador. Mas se eu precisar, você acha que eu não vou chegar neles? Pra falar alguma coisa, pra pedir?

Em um cenário onde os diversos pontos de venda de droga passam a obedecer a um mesmo “patrão” e as disputas armadas entre eles se tornaram muito menos frequentes (FELTRAN, 2011), o “mundo do crime”, antes avesso ao ideal do trabalho, surge como a atividade melhor remunerada e com alta disponibilidade de “postos de trabalho” para jovens de favela (idem). Além disso, “o crime” passa a ser legitimado progressivamente como instância normativa e fiscal das regras de convívio (ibidem).

Entretanto, apesar do surgimento de tribunais compostos por pessoas respeitadas do “Comando” e de as punições passarem a ser distribuídas sem a necessidade do homicídio, ainda é forte a percepção de que as relações estruturais da violência continuam presentes nas redes de sociabilidade das periferias (FELTRAN, 2011). Para alguns entrevistados desta pesquisa, as relações com as leis locais do mundo do crime produzem sentidos semelhantes aos sentimentos voltados à ação autoritária da polícia militar. Neste sentido, o crime organizado não trouxe a pacificação desejada para seu território e tampouco é visto com bons olhos por impor regras de convívio social. Em alguns discursos, o crime organizado se apresenta como fator que enfraquece a comunidade e desencoraja a ação coletiva. No limite, não são poucos os casos em que relatos sobre a criminalidade colocam no mesmo grupo integrantes do “Comando” e policiais militares.

Fiana e sua família vivem num terreno ocupado há duas décadas. Ao conviver ao lado de biqueiras e da constante presença da morte, a dona de casa e cuidadora dos avós doentes sente-se abandonada pela polícia e coagida pela criminalidade.

PESQUISADOR: Por que você acha que é um inferno?

FIAMA: Porque não pode deixar as crianças brincar na rua, devido que tem muita biqueira, né? Na rua de cima onde eu moro teve três pessoas que foram enterrado lá. Entendeu? Pra você vê [risos] o local onde eu moro. Se um dia desse for meu primo, meu irmão, né? Então é por isso, eu não gosto daquele local onde eu moro. É que eu não posso, se eu pudesse compraria em outro lugar.

PESQUISADOR: Você não se sente segura lá?

FIAMA: Não. Nem um pouco.

PESQUISADOR: E a polícia lá? Ela passa? Não? Como é que é?

FIAMA: Não. Polícia ali não faz nada. Porque é uma área de risco ali, então polícia não vai. Você pode chamar, mas eles não vão. A não ser assim, que for morte, ai eles vão né?

PESQUISADOR: Quando a pessoa já estiver morta?

FIAMA: Isso.

PESQUISADOR: E como é a relação dos moradores com a polícia, assim? Tem conversa, tem conversa, tem diálogo?

FIAMA: Não, porque ali quem chama a polícia é dedo-duro, né? Não pode.

PESQUISADOR: Mas por quê? Por que tem um pessoal que respeita mais o Comando assim?

FIAMA: É. Não é que respeita, é medo, né? É medo, não é que respeita, é medo. Que você sabe que hoje em dia o Comando faz tudo né? Entendeu? E ele não mata só um, mata a família toda. Então é por isso.

A ideia clássica de cidadania não cabe na área de risco onde Fiama e sua família vivem em São Miguel Paulista. O dever de respeitar a ordem local parece se sobrepor a qualquer direito subsequente. Regras de conduta específicas são impostas dentro de um cenário em que é preciso respeitar mais as organizações criminosas que os agentes de segurança de Estado. Quando Fiama relata que não é permitido “dedo-duro” na comunidade, existem estruturas de poder locais que precisam ser respeitadas pelo simples instinto de sobrevivência.

O controle e a ameaça exercidos pelo “Comando”, somada à indiferença institucionalizada do Estado motivam Fiama a desejar sair do local em que vive com a família. Deste modo, por um instinto de sobrevivência, seu íntimo processo de identificação e pertencimento local é desbastado diariamente, ferindo tanto possíveis ideais de fortalecimento comunitário quanto de participação local.

Ao longo de 2014, foram contabilizados em São Miguel Paulista 10,3 homicídios para cada grupo de 100 mil pessoas²². Apesar de a região figurar na 36ª posição entre os distritos

22 NEV-USP (Núcleo de Estudos da Violência da USP).

paulistas quanto à incidência de assassinatos, trata-se de um número elevado se comparado a bairros como Sacomã, Vila Mariana ou Pinheiros, onde o número de homicídios não chega a 2 por 100 mil.

A imagem da morte, seja atribuída ao crime organizado, seja à polícia militar, silencia. Elizabeth conta-nos que um colega seu foi assassinado, e o relato, por escolha da bolsista, é pausado.

PESQUISADOR: E como que é essa violência? É mais com relação à drogas?

ELIZABETH: Com relação a drogas, né... Morreu um colega nosso. Terça-feira nós enterramo ele.

PESQUISADOR: Ah é?

ELIZABETH: Então é muito triste em relação a essas coisas aí... Prefiro nem comentar...

A moça silenciou-se. Sob a perspectiva do medo, com a velação da imagem da morte, Elizabeth tenta camuflar, negar e encobrir com véus quase transparentes a violência escancarada (MARQUETTI; ADORNO, 2014). Parece-nos que a bolsista busca construir “um precário equilíbrio psíquico e cultural no território violento, onde os habitantes estão em constante 'negociação' com sua própria percepção, pensamentos, memória e sentimentos para tolerar o cotidiano de violência (idem, p.756).

A morte insiste em se colocar em cena e demanda sua representação. A imagem velada pode revelar algo sobre a representação da morte na cultura ocidental: a morte silenciada e temida quando escapa às restrições colocadas quanto ao seu lugar e sua forma (como nos homicídios) tornam-se um tabu — objeto intransponível e elemento impossível de significação (idem).

Se, no caso de Elizabeth, testemunhamos a opção pelo silêncio diante de um “tabu”, escutamos no relato de outras bolsistas a escolha pela trama, pela estória e pelo mito, “seja o uso de uma linguagem específica, seja a diversidade de recursos psíquicos e culturais necessários para a sobrevivência dessa população” (MARQUETTI; ADORNO, 2014, p.761).

Uma jovem estudante foi assassinada em outubro de 2014 nas imediações do Jardim Pantanal. A partir deste acontecimento, ganhou força na região relatos sobre a presença de um

misterioso carro preto que rondara as ruas do bairro, dias antes da ocorrência do fato. Na narrativa de quatro moradoras do Jardim Pantanal, assim como de outras entrevistadas que vivem nas redondezas, tanto carro preto, assim como o rio Tietê, utilizado como depósito de corpos, eram frequentemente narrados à semelhança de um romance policial, justamente para protegê-las de uma realidade aterradora.

Contudo, notamos que, ao citar o carro preto, em um sentido de enfrentamento da situação, o enunciado de Patrícia carrega uma forte crítica ao abandono institucional perante a violência e a morte junto de homens e mulheres pobres e favelados.

PATRÍCIA: Olha, tem um mês que mataram uma menina no campo, era surda e muda. Mataram, cortaram todinha. Aí, agora tem essa história desse carro.

PESQUISADOR: Ai, essa história...

PATRÍCIA: Então foi aqui no campo. Vira e mexe tem gente morto. Vira e mexe mataram. Só que como eu falo, os policiais só aparecem quando dá vontade neles, entendeu? Que quando não dá, não tão nem aí pra ninguém. Você liga pra lá e nada, eles não veem. No dia que aconteceu o caso, aconteceu de noite, tudo bem que ninguém ia adivinhar. No outro dia, tava todo mundo em cima e nada dos policia chegarem. Vieram chegar não tinha mais nem graça. Entendeu?

Na “quebrada” de Patrícia, Rafael, Fiama, Elizabeth, é necessário suportar a presença da polícia, do PCC e da morte por meio de diversas “ferramentas” sociais e psicológicas: a solidariedade entre vizinhos; a mitização de narrativas (como o carro preto); e a resistência diante da materialização de um antagonista, a saber, o Estado, corporificado pela negligência (ou conivência) de seus agentes de segurança.

Diante da situação vivida por essas e tantas outras pessoas nas periferias do Brasil, o escritor e rapper Eduardo, afirma que “os idealizadores dos nossos campos de extermínio, são os únicos tiranos, que de forma oficial, não violentam os acordos de paz estabelecidos pelas autoridades internacionais, simplesmente, porque a mortandade que praticam está conexas a uma guerra fechada, obscena e particular” (TADDEO, 2012, p.56).

A situação de violência desmotiva as mais simples práticas de ações comunitárias. A desconfiança e o medo têm se constituído em elementos estruturantes dos modos de vida, fazendo com que as pessoas organizem seu cotidiano tendo em conta sua vulnerabilidade diante da violência geral, “originando processos sociais que conduzem a uma situação de

autodefesa e se traduzem no retraimento ou reclusão em ambientes protegidos. A contrapartida desta dinâmica só pode levar ao evitamento do outro” (KOWARICK, 2009, p.94).

No esquívamento do outro, busca-se a aceitação de uma vida social medíocre, baseada na autoilusão. Em uma sociabilidade fragilizada, as pessoas temem a convivência, desconfiam e desacreditam das instituições jurídicas e policiais e, em consequência, “negam e sonegam os conflitos e as variadas modalidades de vitimização a que frequentemente se encontram submetidas: trata-se da cultura cívica da dissimulação” (KOWARICK, 2009, p.102).

6. O cotidiano solidário como semente de participação

Entre as poucas vozes que relacionaram o BF diretamente com o processo de fortalecimento comunitário na periferia está a da ex-taxista Sônia. Defensora dos direitos dos moradores da comunidade, principalmente no que se refere à questão da regularização fundiária, a graduanda em Assistência Social dissemina o programa na comunidade e a ideia de que receber o benefício é um direito, o que dinamiza as relações locais.

SÔNIA: (...) É uma preocupação. Eu podia não perguntar por nada... Perguntar nada. 'É, eu não posso te ajudar hoje!'. Eu podia fazer... Virar as costas, como muita gente faz. Mas não, eu já lembro 'Olha, minha filha recebe o Bolsa Família! Por que você não recebe? Por que você não vai no CRAS?'

O relato comprova o BF como potencializador das funções comunicativas e de circulação de pessoas (REGO; PINZANI, 2014), que pode contribuir para o processo de fortalecimento da comunidade. Desse modo, o BF pode se inserir também em políticas que criam e transformam o espaço social, já que a localização de seus equipamentos específicos “cria percursos, trajetos e contiguidades” (MARQUES, 2005, p.53).

O que se quer dizer é que, em um cenário de violência e do abandono institucional, a ação discursiva de Sônia relacionada à propagação do BF representa a importância da solidariedade da vizinhança como “ferramenta” social para uma forma de resistência coletiva na periferia.

Os sentidos da palavra periferia estão em disputa no domínio ideológico. A instabilidade deste signo se refere ao sentido de lugar que diferentes setores da sociedade e diferentes formações discursivas lhe conferem. Diferentemente da discriminação advinda das regiões mais ricas da cidade, o olhar do bolsista e morador de São Miguel Paulista, por exemplo, nos aponta à profundidade de processos socializantes e identificatórios relacionados à migração nordestina, à solidariedade no cotidiano e à resistência perante diante de uma sociedade e um Estado segregador.

Entretanto, as relações de poder jogam em cena o memorável e o esquecível. Ao lado do discurso fatalista e neoliberal do bolsista, destacamos que ao menos no nível da vizinhança e do cotidiano parece existir a semente crítica de todo um sistema alienador. A presença de

discursos pautados por uma visão crítica, com espírito solidário e coletivista, além do desejo de “fortalecer” a comunidade, nos apontam para esse caminho.

Diante dessa perspectiva, abordaremos nos próximos recortes alguns sentidos relacionados ao processo de identificação do sujeito da periferia, à solidariedade na vizinhança e a olhares de resistência.

6.1. Espaço, identidade e memória

Existem vários discursos e sentidos do que seja a periferia, embora seu signo carregue, na maioria das enunciações, o viés negativo, envolvendo o medo e o preconceito sobre lugares em que sobressaem estatísticas de crimes, violência, vício; lugares vistos como formas de desintegração social e moral (WAQUANT, 2001).

Contudo, apesar de o termo periferia apresentar a preponderância da valoração negativa, pontuamos que “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra” (BAKHTIN, 2006, p. 30). No limite, “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico”(idem).

Considerando que o “signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia” (idem, p. 46), signos, ou objetos paradoxais (PÊCHEUX, 2011) como Povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, natureza, paz, liberdade funcionam “em relações de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis” (PÊCHEUX, 2011, p.115-116). Dessa forma, parece-nos que o nome “periferia” poderia ser abordado como um “signo ideológico” (BAKHTIN, 2006) pois o seu sentido está em permanente disputa, movendo em “outros lugares” (ORLANDI, 2008, p.51).

O sentido não dura, “o que dura é seu 'arcabouço', a instituição que fixa e o eterniza” (idem). É nesse plano que é útil a noção de instituição tal como é trabalhada por Foucault: lugar de regularidade, da normatividade que preside o discurso (ORLANDI, 2008). O funcionamento dessa regularidade pode ser apreciado, no discursivo, pelo movimento que

articula metáfora e paráfrase. Ao passo que a metáfora diz do uso de uma palavra por outra e a paráfrase é o uso do outro no um, repetição, “a relação entre metáfora e paráfrase pode nos dar a larga dimensão do “sem fundo” do sentido” (idem, p.51).

Assim, quando fazemos o embate de noções como regularidade e signo ideológico ao cotidiano dos bolsistas, notamos que o signo periferia se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes, por mais que a classe dominante tente abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que se apresentam neste signo. A saber, se o discurso dominante caracteriza a periferia como o espaço degradante, o conjunto de moradores desse território específico também produz sentidos sobre o bairro onde vivem a partir de construções discursivas específicas por meio da experiência cotidiana.

Neste sentido, ressaltamos que “a noção de discurso acolhe também a de movimento e engloba a de contexto, pressupondo a relação da língua com suas condições de existência, com sua produção” (ORLANDI, 2008, p. 191). E a escala local, o lugar, apresenta com força tais condições. Atentamos, novamente, que apesar de a preponderância do sentido do “lugar” periferia estar inserida no âmbito de um sem número de “campos” de relações de poder e formações discursivas, o cotidiano também produz esse lugar do sujeito discursivo, do bolsista.

A distinção feita por Certeau entre lugar e espaço apresenta o primeiro como equivalente da configuração territorial, e o segundo como prática cotidiana que reinventa (“atualiza”) o lugar e a “ordem” (MARTINS, 2002). No cotidiano se realizam afazeres diários e repetição das atividades vitais. “Movida por preocupações, a pessoa organiza seu dia-a-dia, criando uma rede de relações que a influencia; o modo como vive (“existência”) expressa uma cotidianidade” (idem, p. 56).

Ao passo que o lugar é materialidade construída, é também residência do sentimento, da emoção. Importante ressaltar que tal materialidade (do espaço), que pode se configurar como um processo de resistência em escala local, pode trazer em si também a ideologia de um plano antes de produzi-la. “A ordem construída, além de ordem preconcebida pela consciência, é ordem também condicionadora (às vezes ditadora) de novas consciências (MARTINS, 2002, p.57).

Uma experiência condicionadora (e opressora) do “lugar” parece incidir diretamente no cotidiano da pernambucana Maria do Socorro, no Jardim Noêmia.

PESQUISADOR: E o que a senhora acha? Periferia, o que é periferia pra senhora, o que vem na sua cabeça?

MARIA DO SOCORRO: Sofrimento.

PESQUISADOR: Sofrimento?

MARIA DO SOCORRO: É.

PESQUISADOR: Agora uma pergunta que eu faço: a senhora se sente uma pessoa da periferia?

MARIA DO SOCORRO: [pausa] Ah...

PESQUISADOR: Se alguém disser assim pra senhora, você é da periferia...

ANA CLÁUDIA: É que ela nem entende o que é isso, né? A minha mãe não é alfabetizada, então ela nem entende muito o que você tá falando, isso aí que você tá falando, eu não entendo essa palavra, isso aí que você tá falando. Ela não sabe o que que é, o que significa.

PESQUISADOR: Sim.

MARIA DO SOCORRO: Eu sei o que significa essa palavra, mas eu não quero falar. [sussurra alguma coisa no ouvido da filha]

PESQUISADOR: Fica a vontade, aqui é tranquilo.

ANA CLÁUDIA: Não é isso mãe, ela não sabe o que que é, ela já falou outra coisa.

PESQUISADOR: E você?

MARIA DO SOCORRO: Mas é sofrimento!

PESQUISADOR: Sofrimento?

MARIA DO SOCORRO: É, abatida, a pessoa...

ANA CLÁUDIA: Essa pesquisa é da USP, né?

PESQUISADOR: É.

MARIA DO SOCORRO: Cansada, abatida...

Ao ser questionada se se considerava uma pessoa pertencente à periferia, Maria do Socorro responde por meio de uma longa pausa “(...) Ah...”. Neste caso, há um jogo de hesitação de modo a desidentificar a imagem que produz da periferia com os efeitos que se materializam no discurso, como o lugar do “sofrimento”. A construção do espaço a partir de

um sentido/sentimento de sofrimento coletivo parece se amalgamar com o padecimento individual, em “cansada”, “abatida”

O sentido de periferia como sofrimento aparece também quando Clarice relaciona sua experiência de moradora do lugar com o tratamento que recebe no CRAS.

PESQUISADOR: É. Agora, o que significa periferia pra senhora? O que vem à sua cabeça, assim, quando a pessoa fala que você vive na periferia?

CLARICE: É pobre, é humilhado... É assim que se fala?

PESQUISADOR: Não sei, a senhora fica a vontade pra falar.

CLARICE: Não sei, é muita humilhação pros pobres, né?

PESQUISADOR: É?

CLARICE: Eu acho.

PESQUISADOR: Mas a senhora acha...

CLARICE: Ó, eu to aqui desde 7h10 da manhã pra conseguir R\$166, você vê, é muita humilhação, né?

PESQUISADOR: É, né?

CLARICE: Eu tenho 68 anos, cheguei aqui 7h10. Peguei a fila lá embaixo, né? To aqui até uma hora dessa, sem um café, sem nada, sem uma moeda pra tomar um suco, né? Então... [tsc].

Clarice permaneceu à espera do desbloqueio de seu cartão por mais de cinco horas. Ao conversar conosco, estava com fome e cansada por ficar muitas horas de pé. Esta é mais uma situação em que ganha importância o cenário da entrevista pois a senhora relaciona o lugar onde vive à má qualidade dos serviços públicos. Seu discurso destaca a interferência negativa dessa situação na sua autoestima, pois ao relacionar o termo periferia com humilhação, imposta justamente por instituições públicas que têm a função de auxiliar as pessoas mais vulneráveis, o sentido de impotência ecoa forte contra si, precisando lidar de forma recorrente com a humilhação.

Além de ter sido “atacada” de modo individual, emergiu em Clarice o sentido coletivo em:

“Não sei, é muita humilhação pros pobre, né?”

Neste caso, a senhora materializa a sensação e o sentimento de pertencimento a um conjunto específico da população.

Parece-nos que na experiência com o lugar, os sentidos negativos de “periferia” como os atrelados ao sofrimento, à humilhação e ao abandono carregam, mesmo que de forma velada (ou dissimulada) marcas identificatórias. Patrícia deflagra um discurso em que, na superfície, não se sente uma pessoa pertencente ao lugar onde vive. A moça atrela o termo de forma pejorativa à favela e à vagabundagem, valorando-o negativamente.

PESQUISADOR: [...] Qual que o significado pra você, o que que vem à sua mente?

PATRÍCIA: Ah, periferia pra mim é favela.

PESQUISADOR: É favela?

PATRÍCIA: Pra mim é, favela é que ninguém manda, qualquer um manda, entendeu?

PESQUISADOR: É? Que não tem poder do Estado?

PATRÍCIA: Não tem ninguém, não tem ajuda de ninguém. Só tem ajuda quando é dia que é da política, aí todo mundo corre atrás.

PESQUISADOR: Quando é época de eleição?

PATRÍCIA: Eleição aí todo mundo corre atrás, aí vai ajudar, mas sem isso não tem ajuda de ninguém. Eles olham só pro lado que tem classe alta, pra gente aqui, é favelado, mora na favela não tão nem aí.

PESQUISADOR: Você se sente um sujeito, uma sujeita né, da periferia?

PATRÍCIA: Eu não.

PESQUISADOR: Não?

PATRÍCIA: Eu não tenho motivo, eu trabalho, eu tenho meu dinheiro, pago meu aluguel, corro atrás do que eu quero, entendeu? Não preciso deles pra por comida na minha casa. Então eu não me sinto assim, eu me sinto uma pessoa igual quer uma. Só não tenho dinheiro em conta, muito, mas corro atrás, então...

Apesar de depreciar o termo periferia, Patrícia, revela a força política-eleitoral do lugar onde vive em:

“Eleição aí todo mundo corre atrás”

Inicia-se, assim, um movimento de identificação a partir de antagonistas em comum, como “Eles” e “classe alta”:

“Eles olham só pro lado que tem classe alta, pra gente aqui, é favelado, mora na favela não tão nem aí”.

Ao criticar a diferenciação no tratamento em que a “gente” e a “favela” sofrem, o sujeito discursivo de Patrícia assume pertencer ao lugar e indica um diagnóstico, atestando que o potencial político da “periferia” está além dos limites eleitorais. A ideia da necessidade de uma ação coletiva autônoma dos moradores pode ter sido semeada no discurso de Patrícia que, entretanto, ainda é influenciado por valores dominantes que simplificam o pobre e favelado como vagabundo, reforçando a fragmentação política na comunidade.

Para além do sofrimento e da negação de ser periférico, viver no bairro afastado do centro da cidade também significa subverter uma suposta “ordem local”. Abaixo, o enunciado de Sônia ilustra o espaço do cotidiano como um campo de possibilidades onde se dá a 'prática social', que por sua vez corresponde a uma prática espacial (CERTEAU, 1999).

SÔNIA: [...] Ó, eu ontem trabalhei até meia-noite na officininha de costura que minha colega tem, que ali na rua Tiago, aí deu meia-noite, onze e meia... Aí ela falou assim 'Sônia, vai embora que isso aqui tá um perigo', e não sei o que... Eu olhei pra ela e falei 'Ai, Neiva, você não me conhece, né!?!'. Conheço ela há muitos anos, né... 'Ah, não, tá perigo, tá ruim!', 'Ai, Neiva, a noite é uma criança!'. Quando eu trabalhava era sempre de noite, eu enchia a cara do outro lado do Itaim e vinha de bicicleta trupicando, e quando... 'Oi! Oi!... Magina, ó, tá tudo mundo na rua do mesmo jeito que eu. Ninguém sabe quem é quem. Então, toma cuidado, né...

A moradora do Jardim Pantanal apresenta um sujeito discursivo que questiona e enfrenta uma realidade concreta do local; a sensação de medo tão disseminada em territórios ocupados pelo crime e por uma polícia distante da população é superada por uma prática de liberdade, no caso, materializada sobre uma “bicicleta trupicando”.

O discurso de Sônia reforça que da prática do lugar que subverte a sua 'geometria', sublevando-se contra a ordem estabelecida em sua configuração territorial, nasce o espaço, um lugar praticado (CERTEAU, 1999). “O lugar seria o campo do 'permitido' enquanto o espaço, o do 'possível'.

O cotidiano é, deste modo, feito da prática que cumpre a ordem estabelecida, mas sobretudo da prática que subverte esta ordem, que vai além do permissível porque orientada pelo possível” (idem). Neste viés, a compreensão da periferia como produção do espaço, cotidiano do lugar, nos convida a olhar para a subjetividade, a experiência única de cada (o) bolsista que vive no bairro. Enquanto as pessoas se relacionam com as condições de ocupação e vivência do lugar, com ele se identificam, dele se apropriam, nele formam raízes (MARTINS, 2002). Esta é a essência do lugar e do espaço, “chave da elaboração e da compreensão de sua identidade” (idem, p. 55).

Dessa forma, o lugar transformado no sofrimento de Maria do Socorro, na humilhação de Clarice, na potência eleitoral de Patrícia e na subversão de Sônia contra a “ordem local” do medo, será no discurso de Rodrigo, o espaço “tudo de bom”. O bolsista exalta a periferia e um certo *modus vivendi* no próprio local de moradia, no reconhecimento de quem é quem, no saber lidar com a violência no bairro, e na postura que se tem no lugar de moradia (D'ANDREA, 2013).

O espaço no qual Rodrigo se afirma pertencido e identificado pode ser chamado de “pedaço”. A partir de pesquisas etnográficas na periferia paulistana, Magnani (1998) traça o “pedaço” como “aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (idem, p. 116)”.

Magnani (1996) reforça os apontamentos de Certeau ao afirmar que a cultura das cidades pode ser estudada por meio do seu espaço e pela forma como seus moradores o habitam e dão sentido ao espaço que antes era neutro e, enfim, habitam o espaço geográfico e o transforma em lugar simbólico. Ao fazer parte do “pedaço” ou da vizinhança, a pessoa é reconhecida e situada em uma “peculiar rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas etc” (MAGNANI, 2002, p. 21). É a rede de relações que instaura um código capaz de dizer quem é ou não da vizinhança, em que grau pertence a ela (idem).

Ao passo que o espaço social para a dinâmica da identidade é incompleto, porque se refaz, se redefine e é diferente nos diferentes momentos e situações históricas (ORLANDI, 2008), parece-nos que o cotidiano dialoga com este sujeito discursivo incompleto e sua busca

por pertencimento.

A incompletude é uma propriedade do sujeito (e do sentido), e o desejo de completude é que permite, ao mesmo tempo, o sentimento de identidade, assim como, paralelamente, o efeito de literalidade (unidade) no domínio do sentido: o sujeito se lança no seu sentido (paradoxalmente universal), o que lhe dá o sentimento de que esse sentido é uno. Se o sentimento de “unidade” permite ao sujeito identificar-se, por outro lado, sem a incompletude e o conseqüente movimento, haveria asfixia do sujeito e do sentido, pois o sujeito não poderia atravessar os diferentes discursos e não seria atravessado por eles, já que não poderia percorrer os deslocamentos (os limites) das diferentes formações discursivas (ORLANDI, 1992, p.78-79).

Diante de um desejo de viver solidariamente em espaço de coletividade oprimido por um discurso específico, a “periferia” (ou a favela) preenche a incompletude de Rodrigo. Trata-se da “sua casa”, onde “se sente bem”; o lugar da solidariedade, onde “alguém sempre vai ajudar”. Como um “porto seguro” a vizinhança transforma-se em fator de equilíbrio ao sujeito que age no mundo; e fortalece o sentimento de “unidade”.

RODRIGO: Periferia é... A periferia pra mim é tudo de bom. Porque querendo ou não, na periferia a gente se fala, a gente se conversa, a gente se brinca. Agora, eu precisava ir no centro de São Paulo, quem é o vizinho que sai e olha pro outro, bom dia que não sei o quê? Não sai, mano. Você nem vê as pessoas nas mansão, nem vê quem entra e quem sai. Não é verdade, mais ou menos assim? Agora vai na favela ali ó, vai na favela pra você ver, é uma casa de frente pra outra. Todo mundo conversa com todo mundo, todo mundo ajuda, mesmo não tendo na minha casa pra ajudar eu ajudo. A pessoa vai me ajudar sabendo que eu to na necessidade. Sabendo que a minha mulher tá grávida, se eu tiver trabalhando e ela passar mal lá, alguém vai ajudar ela. Então a periferia pra mim é a minha casa, é tudo.

PESQUISADOR: Você se sente um sujeito, uma pessoa da periferia?

RODRIGO: Eu me sinto, eu me sinto.

PESQUISADOR: Você tem orgulho disso?

RODRIGO: Eu tenho. Eu nasci aqui e eu vivo aqui. Não que né, tipo assim, tem pessoas que falam ah mas você lá embaixo e vai continuar... Não! Mesmo se eu tivesse ganhado na loteria, eu ia morar aqui. Aqui. Aqui é meu lugar. Aqui é onde eu me sinto bem. Porque se eu for pra lado da cidade, lá, com a cor que eu tenho eles vão discriminar, o pessoal já agarra a bolsa aqui, assim, passa pro outro lado.

No exercício de escutar o enunciado, aferimos que a discriminação por parte do conjunto da população que vive em localidades ricas e centralizadas, apesar de causar-lhe impotência perante outros segmentos sociais, mantendo-o “afastado”, erige-se como impulso ao processo identificatório do qual Rodrigo nutre junto a seu espaço, onde todos são um pouco parecidos uns aos outros, seja nas vestimentas, nos anseios, na cor da pele, na linguagem específica e etc.

O rapaz, ao considerar os pares, as proximidades de contextos, vai contra a leitura do capitalismo (SOUZA OLIVEIRA, 2013). No sistema de vida vigente, a vida coletiva não é importante. “A inscrição relevante é o destaque, a diferença no sentido da superioridade, da competência autonomamente construída independente das condições objetivamente dadas” (idem, p. 166). O contexto da vida das pessoas na cidade baseia-se na valorização das diferenças e no esforço de superação das dificuldades mediante enfrentamento individual e pessoal (SOUZA OLIVEIRA, 2013).

O domínio discursivo da construção de identidades na atualidade pode ser observado quando “a lógica do capital gera e proporciona a construção de identidades oníricas, que sonham e almejam o pertencimento à sociedade de consumo. À sociedade de mercado, como única via de validade de conceituação humana” (idem, 167).

“Se eu ganhar na loteria, saio da favela”. Tal enunciado, obedecendo à lógica meritocrática e liberal, parece ser o mais óbvio. Entretanto, o sujeito discursivo em Rodrigo preferiu não se “assujeitar” em:

Mesmo se eu tivesse ganhado na loteria, eu ia morar aqui.

“O assujeitamento supõe a repetição. Há o repetível dos enunciados, mas também há enunciados que são feitos para serem repetidos” (ORLANDI, 2008, p, 51).

O sentido de periferia para Rodrigo demonstra que cada formação discursiva “tem uma relação determinada com a ideologia e é isso que a define, de tal forma que uma palavra qualquer, quando referida a uma ou outra formação discursiva, muda de sentido porque muda a sua relação com a ideologia” (idem, p.256). Por sinal, “se não houvesse rupturas também no processo de dominação, o dominado estaria condenado ao silêncio” (ORLANDI, 2008, p.256).

A postura do rapaz (e sua formação discursiva) reforça como a tentativa de institucionalização do termo “periferia” é difícil, pois essa palavra carrega em um fluxo contínuo e multidirecional de sentidos. Trata-se de um signo em permanente tensão em uma sociedade que pouco escuta aqueles que vivem na periferia da metrópole, que produzem esse determinado espaço no cotidiano.

Ao dialogarmos com esse percurso do “sentir-se periférico” de Rodrigo, aferimos que a identidade forjada no espaço segregado da cidade pode preceder a unidade de um processo organizativo e transmutar desejos individuais em coletivos, e vice-versa, como um fluxo. Do ponto de vista do fortalecimento comunitário (MONTERO, 2006), a importância da identidade ocorre porque “as relações comunitárias, ao se estruturarem a partir de relações dialógicas, supõem uma peculiar dinâmica entre participação e compromisso em que o elemento socioafetivo joga um papel fundamental” (idem, p. 47). O compromisso e a conscientização supõem alguma forma de desenvolvimento de identidade social expressada no sentido de pertencimento e de apego à comunidade, “assim como a geração de estilos de ação marcados pela cultura local, que se manifestam, inclusive nas formas de incorporar conhecimentos e técnicas externas que lhes são necessárias para alcançar seus fins” (idem, p. 72).

A identidade demanda memória no espaço. No âmbito das relações de poder, o memorizável e o esquecido jogam fortemente com o processo de fortalecimento comunitário e de participação.

Convidamos à cena Jorge Amado. No ano 1945, em um outro cenário histórico, político e social, o escritor baiano visita a maior célula do partido comunista brasileiro em São Paulo, ligada aos trabalhadores da Indústria Nitro Química, no então maior bairro nordestino da cidade.

Ao celebrar o ar de festa imperante na sede do partido em São Miguel Paulista, Amado testemunhara a forte presença de uma “identidade social”. Entusiasmado, escreveria: “em nenhuma parte eu senti tanto que o Partido era casa do proletariado e do povo quanto na sede distrital de São Miguel” (AMADO apud FONTES, 2002, p. 104). O clima alegre e informal entre os trabalhadores o encantou. O costume “à maneira do norte” de operários e operárias, de colocar bancos na frente das casas “onde a gente senta e conversa” trouxe-lhe boas recordações (FONTES, 2002).

Como Amado permaneceu somente alguns dias na localidade, não pôde notar que, com o passar do tempo, os bares, ao lado dos times de várzea do bairro, ganhavam destaque na socialização do bairro. A criação e manutenção dos times de várzea era fortemente associada a grupos informais que, em geral, reuniam-se a partir dos locais de moradia. Os times de várzea eram importantes para a afirmação da identidade dos moradores das vilas. Nos conjuntos de habitações, muitas vezes recém-formados e com várias precariedades, “seus habitantes frequentemente viam nos times uma espécie de representação do seu "pedaço", da sua "área", do local onde residiam e compartilhavam tanto dificuldades como solidariedade com seus vizinhos e amigos” (FONTES, 2002, p.182).

Paulo não é nordestino. Nasceu em Guaimbê (SP), mas relaciona a questão da participação na comunidade à amizade e ao auxílio mútuo, à semelhança do citado processo de socialização dos migrantes nordestinos no bairro. Ele ressalta a satisfação de jogar futebol todos os domingos no Jardim Limoeiro.

PESQUISADOR: Quais são as maiores alegrias pro senhor, em relação a isso? À vizinhança?

PAULO: É... Tem o campinho do grêmio, dos véios lá... Joga bola dia de domingo...

Compreender a influência dos bares e times de várzea do bairro é fundamental para compreender aspectos da socialização do mesmo ao longo das décadas. A criação e manutenção dos times de várzea era fortemente associada aos grupos informais que, em geral, reuniam-se a partir dos locais de moradia. Nos conjuntos de habitações, muitas vezes recém-formados e com várias precariedades, “seus habitantes frequentemente viam nos times uma espécie de representação do seu "pedaço", da sua "área", do local onde residiam e compartilhavam tanto dificuldades como solidariedade com seus vizinhos e amigos” (FONTES, 2002, p.182).

Quanto aos bares, funcionavam tanto como o recinto do bate-papo entre amigos e conhecidos como descanso após as longas jornadas de trabalho, por vezes como a diversão promovida pelos sempre presentes jogos de cartas, dominó e bilhar. Eles reforçavam o senso de amizade e comunidade dos moradores e, de certo modo, ainda reforçam, como relata a

cearense Sônia:

SÔNIA: O que mais tem aqui no final de semana é forró. Não tem esses bar grandão!? Todos esses bar grandão tem forró. E aí o público vai se revezando. 'Ah, eu fico aqui uma hora, uma hora e pouco e depois eu vou pro forró do meio da rua' [risos]

Diferentemente dos anos 1950, Sônia descreve a diversidade de bares, desde os que possuem melhores equipamentos para shows até os que permanecem como simples pontos de encontros, bate-papo e jogatina.

A narrativa da moradora do Jardim Pantanal demonstra uma característica identitária forjada em “modos de festejar” peculiares. Neste sentido, Santos (1996a, p. 263) afirma que, “para os migrantes, a memória, voltada para o passado, lhes é inútil”. O espaço periférico enquanto discurso aponta como os “novos” moradores trouxeram na memória um outro cotidiano que os auxiliaram na construção da ideia de futuro enquanto vai-se conhecendo o novo lugar.

O lugar é acolhedor. O histórico local de migração, ressaltado na fala do bolsista e albergado, Vítor, de 53 anos, reflete a força de um lugar preenchido por “um povo que já sofreu e se ajuda muito”; “um povo bom”. À época da entrevista, o bolsista paulistano vivia há sete meses no bairro, apesar de não ser autóctone. Sentiu-se acolhido pelas pessoas; identificou-se com elas.

Nos recortes abaixo, observamos dois movimentos. Primeiro, Vítor (o sujeito que sofre) se identifica com o bairro (onde as pessoas apresentam características semelhantes a dele); depois, Vítor rememora a historicidade do bairro, reforçando seus laços com o local, mesmo sem ser oriundo do lugar e ter moradia fixa na região.

PESQUISADOR: O senhor acha que as pessoas se ajudam? Que legal.

VÍTOR: Ajuda, ajuda.

PESQUISADOR: No dia-a-dia o senhor sente isso, as amizades, a galera?

VÍTOR: Porque é um povo que já sofreu, então ele vê o outro sofrendo, sabe, aí ele ajuda. Aqui é muito bom, aqui é um bairro diferente. De vários que eu passei, aqui é um bairro diferente, eu gosto daqui.

Vítor destaca seu particular processo de identificação junto ao caráter solidário das pessoas, atribuindo essa qualidade ao fato de que esse “povo” teria experienciado o sofrimento, experiência que tem enfrentado há duas décadas vivendo na condição de rua. Dessa forma, os moradores do bairro tendem a compreendê-lo, diferentemente dos que vivem em outros lugares da cidade.

Quando compara os migrantes do bairro com a “colônia japonesa”, Vítor delinea ainda mais o perfil identitário da população local.

PESQUISADOR: Agora, seu Vítor, o senhor conhece alguma coisa da história aqui do bairro, passado, o senhor sabe alguma coisa, assim? O que foi esse bairro, quem veio nos anos anteriores pra cá, se teve luta social, por exemplo, o senhor sabe disso?

VÍTOR: Não, eu acho que esse bairro aqui era dos índios, né? Dos índios, aí foi acabando os índios e veio... Esse aqui é um bairro de nordestinos, era dos índios, eu veio pra cá os nordestinos, se deram bem, aí começaram a vir as população do Nordeste pra cá. O único bairro que é verdadeiro, que é dos nordestinos é São Miguel. Na Zona Norte tem, na Zona Sul tem, mas onde tem... é igual a Liberdade, onde tem a colônia japonesa é a Liberdade. Onde tem a colônia do sertão é São Miguel.

Chama a atenção a aproximação que Vítor faz entre os bairros da Liberdade e de São Miguel Paulista. Para dizer o mínimo, ao nomear um conjunto de brasileiros como povo específico a ponto de compará-los com a colônia japonesa, seu discurso traz novos sentidos à ideia de unidade nacional e traz à tona a divisão sócio-identitária que reflete os abismos regionais cristalizados no processo histórico da formação do país.

A provisoriidade da identidade de São Miguel Paulista (primeiro os “índios”, depois os “nordestinos”) também pode ser percebida na provisoriidade identitária individual do paulistano Vítor, que nasceu e cresceu em um bairro de classe média na zona oeste de São Paulo, e que passou a enxergar no extremo leste paulistano novos enlaces sociais. Este movimento foi fundamental pois proporcionou a criação pontes de participação junto à coletividade local (mesmo sem nunca ter vivido anteriormente no bairro). À medida que “a sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação nada pode permanecer estável nesse processo” (BAKHTIN, 2006, p.139). A significação é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma

nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias (BAKHTIN, 2006).

Nesta etapa da análise, destacamos um impulso indireto à participação originado do BF. A renda do programa federal contribui para que o albergado se reestabeleça na sociedade e, sobretudo, permaneça no bairro com o qual se identifica e cria raízes, construindo redes de relações, considerando que a “distribuição de benefícios interage de alguma forma com o espaço (pela alocação dos benefícios nos grupos localizados territorialmente), as ações do Estado sempre estarão de alguma forma produzindo impacto sobre o território” (Marques, 2005, p.51). No caso de Vítor, o processo identificatório do bolsista parece, de alguma, “limpar o terreno” para uma inserção mais permanente no espaço cotidiano da “colônia do sertão”.

Para além do caráter solidário e festivo existe um processo identificatório constituído a partir de enfrentamentos e lutas coletivas inseridas nas relações de poder nas escalas local e global. A “colônia do sertão” precisou de coragem para se estabelecer em um novo lugar. De acordo com Fontes (2002), a criação tensa e relacional de uma identidade nordestina no específico contexto dos anos 1950 ganhava forma também no âmbito do processo político não apenas no bairro, como em toda a cidade de São Paulo. A identificação de origem articulava-se a uma identidade de trabalhador, abrindo espaço para um forte sentimento classista entre muitos migrantes (idem).

Do ponto de vista da participação uma forte repressão desencadeada a partir do AI-5 em 1968 desaceleraria o ímpeto organizativo no Brasil todo, assim como no bairro. Ao longo dos anos 1970, entretanto, quando novos movimentos sociais se disseminavam pela cidade, São Miguel Paulista tornava-se novamente uma das regiões mais ativas e participativas politicamente. “Uma longa e subterrânea tradição organizativa no bairro iria alimentar e 'dialogar' com esses novos militantes e organizações” (FONTES, 2002, p. 348), sobretudo a partir dos anos 1980, quando “as relações com as enormes carências de infraestrutura urbana motivaram uma permanente luta pelo direito ao 'progresso' e ao desenvolvimento vivido pelas áreas mais abastadas da cidade” (FONTES, 2002, p. 385-86).

Os movimentos reivindicavam medidas simples como asfaltamento de ruas, redes de água e de esgoto, energia elétrica, transporte público, segurança, serviços de saúde. Boa parte dessa população lutava ainda pela legalização da posse de seus lotes, pressionando

principalmente a a administração municipal.

Em muitas ocasiões, contudo, foi necessário agir no âmbito da desobediência civil. Para recomeçarem uma nova vida longe da miséria, muitos nordestinos realizaram um sem número de ocupações em terrenos baldios, públicos e privados, não somente em São Miguel Paulista, mas em toda a periferia paulistana. Conversamos com bolsistas provenientes de Cruz das Almas (BA), Fortaleza (CE), Vitória de Santo Antão (PE), Maceió (AL), dentre outras cidades da nordeste. A maior parte deles vive em terrenos legalizados e comprados. Outros, contudo, não nos esconderam residir em lotes ocupados há décadas. A baiana Patrícia, filha da bolsista titular Maria Madalena, relembra o processo que denomina “invasão” do Jardim Pantanal e que participou no final dos anos 1980.

PESQUISADOR: Ah é? Você nasceu na Bahia, a sua família é da Bahia, pelo que entendi, Itabuna...

PATRÍCIA: A gente veio pra aqui, a gente era tudo novo. Eu tinha seis anos de idade.

PESQUISADOR: Você veio pra cá, exatamente pra cá...?

PATRÍCIA: Pra aqui, a gente que invadiu aqui! [risadas]

PESQUISADOR: [risadas]

PATRÍCIA: A gente não, minha mãe que invadiu aqui!

PESQUISADOR: Então você tem essa relação com esse lugar também né, vocês estão há tanto tempo aqui também né...?

PATRÍCIA: Há tanto tempo, você conhece todo mundo...

PESQUISADOR: Todo mundo.

PATRÍCIA: Porque aqui, a maioria do povo é tudo de um lugar só.

PESQUISADOR: Ah é?

PATRÍCIA: Tudo lá da Bahia, então vem todo mundo conhecido.

O processo de identificação em Patrícia busca um sentido constituído um sentido a partir de experiências que se estabilizam na memória por meio de processos históricos locais. Ao evocar suas memórias, Patrícia dialoga com a narrativa de Vítor sobre a existência de uma

unidade identitária migrante no espaço onde vive. Quando diz “A gente”, “a maioria do povo é tudo de um lugar só”, “vem todo mundo conhecido”, revela laços de união entre ela e outros moradores do território ocupado; um novo espaço para novas significações coletivas.

Ao longo de nossa conversa, por outro lado, Patrícia não menciona fatos importantes da luta política local, como a importância do sindicato dos trabalhadores da Indústria Nitro Química e dos grupos de luta por saúde e moradia na região, o que dialoga com a desarticulação e o enfraquecimento dos movimentos sociais nas últimas décadas.

Diante disso, concordamos que a construção e a reconstrução de uma identidade local também passa pela dimensão do memoriável; “aquilo que - resultando política e ideologicamente do confronto das relações de força e de sentido, e instituindo o que chamamos “tradição” - se apresenta como aquilo que deve ser dito (e conseqüentemente também o que deve ser excluído, o que não deve ser dito)” (ORLANDI, 2008, p.140).

Quanto ao trecho específico que selecionamos no discurso de Patrícia, notamos um processo de vacilação no que se refere à palavra “invasão”. Em seu primeiro movimento, afirma:

“a gente invadiu aqui”

Para, em seguida, pontuar:

“A gente não, minha mãe que invadiu aqui!”

O imaginário social preponderante impõe formas pelas quais organiza o poder da palavra, as situações de linguagem e as formas do discurso (ORLANDI, 2008). Olhar para o movimento de “autocorreção” de Patrícia é considerar o quadro discursivo (e sua historicidade) em que a propriedade se configura como umas das principais mercadorias na sociedade atual e que as famílias pobres, sobretudo as migrantes, são obrigadas a desafiar leis e transgredir regras institucionais, muitas vezes ocupando terrenos no centro ou na periferia das grandes cidades.

Não nos esqueçamos, contudo, que aplicação da lei tem sido sistematicamente desigual contra migrantes pobres e despossuídos, e nunca contra os ricos, mesmo que estes incorram em irregularidades. “O argumento é mais geral que o baseado nos efeitos da

seletividade dos regulamentos urbanísticos, pois aqui a causa do processo está no autoritarismo hierárquico característico da sociedade brasileira” (MARQUES, 2005, p. 48).

Esta lógica sobressai no enunciado de Patrícia quando utiliza o verbo “invadir” para caracterizar o processo de ocupação de uma área manancial; um discurso cristalizado em consonância com uma legislação e historicidade específicas que buscam criminalizá-la e silenciá-la. As recorrentes risadas e o movimento de autocorreção quanto à participação na “invasão” demonstram incômodo e afastamento momentâneo de pertencimento à história familiar, conformando um sentimento que se aproxima da desonra, da vergonha.

Diante da enunciação de Patrícia, verificamos que a consciência subjetiva dos indivíduos participantes da coletividade é regida por normas determinadas (morais, jurídicas, estéticas) que “diferem pelo grau de coerção que exercem, pela extensão de sua escala social, pelo grau de significação social” (ORLANDI, 2008, p. 92). Na maior parte dos casos, tais normas pressionam a integrar “a categorias do outro, que o exclui” (p. 246).

Acatar e reproduzir determinadas normas nos convida a identificar algumas formas de submissão. É possível observar na maioria das pessoas (não somente no pobre e bolsista) “uma constante dependência de administrações e burocracias, respeito a ordens, hierarquias e barreiras, que funcionam visivelmente como instâncias de opressão” (PÊCHEUX, 2011, p. 109) e “a tendência de ver tudo como um acontecimento do Estado, que tem relação com a gramática (como metafísica da compreensão do homem saudável)” (idem).

A criação de novos significados no cotidiano, entretanto, nos aponta que os processos de reprodução ideológicos também podem ser abordados não somente do viés da sujeição, mas também considerando como local de resistência múltipla. “Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções” (PÊCHEUX, 2011, p.115).

Desse modo, o viés burguês e conservador do signo “invadir” vacila em Patrícia e se transforma em motivo de questionamento, de incerteza por parte do sujeito discursivo, demonstrando que “apesar fragilidade do pensamento 'de baixo'; das diferentes matérias brutas ideológicas do cotidiano, que sempre fazem fronteiras provisórias, sem garantias, e sem demarcações a priori” (PÊCHEUX, 2011, p.118), o processo de constituição permanente do sentido oportuniza a mudança social.

6.2. Solidariedade e resistência entre singularidades

Vítor encontrou solidariedade na “colônia do sertão”, espaço produzido a partir do cotidiano, cujos parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade e a cooperação (SANTOS, 1996^a). A força do lugar (ordem local) reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum (idem). Em uma análise da situação de vizinhança, a proximidade cumpre um papel fundamental enquanto base da “socialidade” (SANTOS, 1996a, p. 255) e geradora da solidariedade e da identidade. “No lugar, a dialética entre a cooperação e o conflito move a vida social em comum” (MARTINS, 2002, p.58).

O processo de identificação, por mais provisório que seja, é constituído por meio de movimentos profundos e articulados, resultado da articulação, encadeamento ou o ponto de sutura, entre os discursos e práticas que nos interpelam desde nossos lugares de enunciação como sujeitos sociais, e os processos que produzem subjetividades” (HALL, 2011 apud MARÍN, 2012, p.131).

No limite, processos de identificação estão diretamente relacionados à construção de subjetividades; singularidades. O cotidiano, periférico ou não, perfaz-se por meio de cooperação e conflito entre sujeitos singulares e “moventes” (ORLANDI, 1992, p. 90). Para a autora:

[...] o sujeito tem um espaço possível de singularidade nos desvãos que constituem os limites contraditórios das formações discursivas diferentes. Aí trabalham processos de identificação do sujeito que não estão fechados na sua “inscrição em uma formação discursiva determinada” mas justamente nos deslocamentos possíveis – trabalhados no e pelo silêncio – na relação conjuntural das formações. Relação contraditória com o interdiscurso. É no silêncio que as diferentes vozes do sujeito se entrecruzam em uníssono. Ele é o amálgama das posições heterogêneas. (idem)

Forjada no silêncio, a singularidade, permite a constituição da história do sujeito não apenas como reprodução mas como transformação dos sentidos, constituída nos limites entre diferentes formações discursivas (ORLANDI, 1992).

No encontro das singularidades nasce o conflito e a solidariedade na vizinhança. Andréa de Paula, destacou, por exemplo, a frágil ligação de sua família com a vizinhança, a

qual boa parte também se utiliza do BF.

ANDRÉA DE PAULA: Assim, eu costumo dizer que nessa comunidade as pessoas não brigam, mas também não são unidos. Os vizinhos tudo, assim... É 'Oi, Bom dia, Boa tarde', de vez em quando, tá bom. Não são uns vizinhos que faz uma festa e convida todo o mundo. Cada um no seu mundo, tudo reservado. Lá é bem por aí, assim.

Na construção dos sentidos de Andréa de Paula, existe um distanciamento entre as pessoas que não constituem redes mais as densas de amizade (não se convidam às festas) e nem de solidariedade de outrora. Uma das possíveis explicações seria a de que o crescimento da violência cotidiana em São Miguel Paulista, sobretudo a partir dos anos 1990, teria diluído muito “as relações de vizinhança e solidariedade que entre eles imperariam” (FONTES, 2002, p.249).

Entretanto, processos de afastamento entre a vizinhança ocorrem de forma paralela com o vigor solidário. Dayane, por exemplo, afirma que “o povo é fofoqueiro”, mas se precisar, “o povo” ajuda.

DAYANE: Conversam... O povo é muito é fofoqueiro... Só sabe fofocar da vida dos outros, né... Que isso aí é sem novidade. Mas ajuda, dependendo do que você precisar, tem muita gente que ajuda sim.

Em seu movimento discursivo, a bolsista e recém-mãe que vive no Jardim Noêmia, desvela o quão impregnadas estão na sociedade o interesse pela intimidade do outro, circunstância que incomoda e, de alguma forma, obstaculiza esferas temáticas de caráter coletivo e solidário, fundamental para a resistência e a luta por direitos em comunidades vulneráveis socialmente.

Para além da “fofoca” dos vizinhos, Dayane destaca o fato a existência de “muita gente que ajuda sim”. Neste sentido, a resistência, muitas vezes, ocorre de forma sutil e no cotidiano (LUPTON, 1999), considerando que o termo “resistência” pode ser utilizado não somente em referência “a ações propositais, coletivas, dirigidas para fins políticos e em desafio explícito ao poder” (MELO, 2003, p. 26), mas “inclui modos de contestar ou de não aceitar o conjunto de máximas estabelecidas para a vida cotidiana” (idem).

A cooperação entre vizinhos, este auxílio mútuo ainda vivo na periferia, traduz que um

espaço para a resistência pode caminhar pela “dissonância entre as experiências vividas pelos indivíduos e a versão oficial de tais experiências ou interstícios entre experiência e representação” (ibidem).

Neste viés, escutamos Gerina, moradora na Vila Cidade Nova. Negra, alagoana e sem formação escolar formal. Quando questionada sobre experiências de participação no bairro, apontou-nos seu compadecimento junto a uma amiga, mãe solteira como Dayane. Ao se colocar no lugar da outra, o olhar de empatia impulsiona uma descrição da amiga semelhante ao da própria trajetória de Gerina que, divorciada, criou suas filhas praticamente sozinha.

PESQUISADOR: A senhora se preocupa com os problemas do seu bairro? Ou não? A senhora não se envolve tanto, assim?

GERINA: Eu me preocupo com as pessoas que tem, assim, problema, né, assim... Só não ajudo porque eu não posso, né... Inclusive tem uma mulher que também tem esse problema com... Arrumou um filho esse ano com... com homem casado... É pra ela, né... A gente não pode, não quer vê o mal das pessoas, né... Tem gente que não tá nem aí, né... Fala 'ai menina, mas por que você fez isso? Não sei o que...' 'Aí, fala que tá ajudando ela, né...' 'Inclusive, eu tenho uma neném'!... Apesar que eu tô falando assim, né... Mas você não tem nada a ver com isso... Nem eu também...

PESQUISADOR: Sim, sim, sim, sim...

GERINA: Mas é... coisa, assim, da vida, né...

PESQUISADOR: Sim, sim...

GERINA: Ela é uma mulher solteira, a mãe morreu... Assim, sabe? Coisas que... sei lá, num... coisas... Mora de aluguel... Ah, uma coisa, é, assim... Não sei como aquela mulher se sente... Porque não é comigo mas eu me sinto assim... Muito triste... Tá entendendo? Assim... Pessoal que tem problema com... Assim... Quando eu falo com você eu fico até chateada... Ela vai na minha casa, ajudo ela... Ela sempre vai na minha casa... Foi na minha casa ontem, levou a menininha dela... O que eu posso fazer eu faço, porque ela é minha amiga... Então, né... Aconteceu isso aí com ela... A mãe dela...

Em toda a enunciação, a desconexão entre as falas e a falta de clareza sonora ao pronunciar algumas palavras imputam alguma dificuldade em compreender a narrativa. Tais fatos gramaticais e ortográficos não são erros, mas movimentos que nos permitem reescutar o discurso de Gerina do ponto de vista das condições em que se produz.

Ao inscrever os problemas do bairro no âmbito privado e íntimo, o processo de construção coletiva do espaço não enfraquece. Quando a força discursiva do enunciado de Gerina se pauta pela solidariedade, especificamente com a condição de mãe solteira em que se

encontra sua amiga, a mensagem é transmitida sob viés de resistência contra uma sociedade patriarcal e machista.

O sentimento solidário expresso em Gerina também foi identificado, por outras vias, nos vizinhos de Patrícia, no Jardim Pantanal. Relembrando: a moça, de 32 anos, é mãe solteira e administra os R\$77 que sua mãe recebe do BF há seis anos. Casou-se aos 14 anos e sua filha estava grávida (também aos 14 anos) em outubro de 2014.

Por enfrentar uma gravidez de risco e dada as péssimas condições de atendimento em hospitais locais, durante todo o período de gestação da filha os vizinhos a levaram para consultas médicas três vezes por semana em um hospital no bairro do Belém.

PATRÍCIA: Ah, eu não tenho como reclamar dos meus vizinhos, graças à Deus eu preciso muito deles e todos eles me ajudam. Como agora, eu tenho uma de menor que engravidou, preciso trabalhar então os vizinhos que olham pra mim. Tá sentindo uma dor, os vizinhos levam.

A solidariedade entre vizinhos e a construção de alternativas no cotidiano na periferia indica que o enfrentamento ocorre de diversos modos, “indo de lutas de oposição radicais plenamente conscientes - tanto no nível do grupo quanto do indivíduo - até o inconsciente, no qual a resistência ocorre através de impulsos e desejos emocionais e não precisa necessariamente ser reconhecida ou enunciada pelo sujeito como resistência” (MELO, 2003, p. 27-28).

Neste viés, a solidariedade (e resistência) entre vizinhos se configura também como reação ao papel que o Estado exerce na periferia: por um lado, autoritário; por outro, ausente. Chamou-nos a atenção a regularidade de críticas à ação governamental após experiências traumáticas, como a enchentes vivida no Jardim Pantanal em 2009.

Localidade próxima ao rio Tietê e cortada por diversos córregos afluentes, a região de São Miguel Paulista era geograficamente rica em brejos, pântanos e charcos. Muitos de seus loteamentos e vilas foram justamente construídos sobre regiões que facilmente encharcavam em períodos de chuva.

Na histórica enchente de 2009, a vizinhança mostrou-se solidária, ao contrário do poder público. Em termos de proteção social, os laços entre a vizinhança se sobrepôs à ação do Estado. Para Lígia, o Estado não apenas se omitiu como atrapalhou o processo de superação familiar e coletiva dos problemas causados pelos alagamentos. A bolsista e sua

família foram obrigadas a permanecer um mês fora de casa, alojando-se na residência de uma vizinha e colega de sua mãe (Sônia), na mesma rua.

PESQUISADOR: E aí vocês foram pra onde?

LÍGIA: Nós ficamos na casa da colega da minha mãe.

PESQUISADOR: Por aqui mesmo?

LÍGIA: É, do outro lado da rua... Porque as casas do outro lado da rua não encheram tanto, que são mais alta, né... Nós ficamos lá, na casa da frente, que ela tinha... Tava vazia. Nós ficamos lá.

PESQUISADOR: E ficaram um mês lá?

LÍGIA: Um mês.

PESQUISADOR: E alguém da prefeitura, ou, sei lá, do governo, vieram falar com vocês?

LÍGIA: Vieram aqui, olharam a casa... O quarto ainda tava até com água, e falaram que não precisava [pausa] daquele Bolsa aluguel, que tava tudo bem a casa. E ainda tinha água dentro do quarto!

Neste enunciado destacamos dois temas importantes desenvolvidos pelo sujeito discursivo que vive uma experiência traumática: a força da solidariedade de uma colega da vizinhança; e o posicionamento do poder público diante do sofrimento das pessoas mais vulneráveis.

A descrição (e rememoração) da casa alagada, da solidariedade e da violência institucional é permeada por recorrentes hesitações, silêncios que compõem a enunciação e significam, pois “o silêncio coloca em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para dizer” (BARBAI, 2008, p.172).

Neste trecho, o gesto solidário mais o reforço do trauma por meio da violência institucional se constituem em sentidos diametralmente opostos: enquanto um atenua, o outro intensifica o trauma. A proteção social que deveria vir do Estado, surgiu antes na vizinha, ratificando a ideia de que nos bairros periféricos, a união é uma necessidade para a sobrevivência das famílias, e esperar do poder público é flertar com o risco de morte.

É por meio da força da amizade (e da disposição de pedalar) que a mãe de Lígia, a cearense Sônia, “corta” a vila, propagandeando o BF para aqueles que achar necessário dentro da comunidade.

A estudante de assistência social mostra-nos que omissão do Estado, especificamente no Jardim Pantanal, é uma reação direta à luta dos moradores pela regularização fundiária do local.

PESQUISADOR: Sônia, você tem conhecimento de um passado de lutas sociais aqui da região?

SÔNIA: Puxa, o povo aqui vive lutando, vive lutando...

PESQUISADOR: A gente é forçada a acreditar que o povo não luta...

SÔNIA: Meu! Acabei com uma aula da Viviane por causa disso. Que o promotor público começou a dizer lá, na fala dele, que nós precisávamos nos movimentar, que a gente precisava conhecer a lei... Na palavra dele, porque você sabe, nas palavras técnicas, às vezes as pessoas demoram pra se inteirar...

PESQUISADOR: Demais!

SÔNIA: Eu falei 'Ó, da licença, tô com uma coisa aqui engasgada e eu tenho que falar! Nós não tamu morto, não!!'. A gente tá lutando...! O que a gente não consegue é entrar na porta que a gente bate! Bater na porta, a gente bate! A gente sabe pra onde...

PESQUISADOR: Sempre lutou!

SÔNIA: Sempre lutou! Nós não conseguimos é entrar [...]Até a condução, até a condução! Você acha que se eles pudessem, eles não tiravam a linha do trem?! Só pra gente não poder se locomover por aí.

A omissão do Estado em relação à regularização fundiária no Jardim Pantanal incide de forma direta em diversas questões relacionadas ao cotidiano comunitário, como violência, saúde e educação. Diante da preocupação de serem expulsas de suas casas, famílias inteiras vivem em meio à incerteza de que permanecerão vivendo no lugar.

Inserida neste processo, Sônia e outros moradores hierarquizaram a pauta, fundamental para compreender o método de ação de acordo com a viabilidade imediata, a médio e a longo prazo, de sua satisfação (MONTERO, 2006).

Sônia está ciente de que sua cidadania tem sido atacada, considerando “o cidadão é o indivíduo num lugar” (SANTOS, 1996b, p.123). Isto quer dizer que, “ao envolver práticas territoriais, em distintas espacializações e em uma sociedade diferenciada, a cidadania pode ser plena para uns e nula para outros” (MARTINS, 2002, p. 54).

Para Santos (1996b), cidadão não é todo aquele que tem direitos e deveres assegurados

por lei, mas aquele que efetivamente tem condições de exercer esses direitos e deveres. Para tanto, a tomada de consciência é o elemento fundamental que permite que todas as demais características [de fortalecimento comunitário] possam se desenvolver e se aprofundar (MONTERO, 2006). Tal processo implica em inalienação, “desenvolvimento da crítica (incluindo autocrítica) e compreensão do caráter histórico dos fenômenos comunitários” (idem, p.66).

Com um olhar crítico, o entregador de botijão de gás, Rodrigo, aponta que, para o poder público, o maior problema da favela é sua própria existência.

PESQUISADOR: Ah tá, é [a Vila] Progresso...

RODRIGO: Ah pessoa vai, ah se nós parar o carro ali na frente da favela nego vai mexer, vai zuar, que não sei o que. É mentira. Eu falo que é mentira. É mentira. Porque as próprias pessoas de dentro de lá fala assim, ó ninguém vai mexer em nada daqui, porque se mexer daqui de onde a polícia vai vir? Aqui! Então a polícia vai vir, vai esculachar, eles não vão querer saber o motivo. Então lá, o convívio ali dentro é um ajudando o outro. É um fortalecendo o outro no que puder.

Quando um aparato estatal “esculacha” o pobre, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso, pois a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido (PÊCHEUX, 1975). Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido (idem).

“No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito” (ORLANDI, 1992, p.79). O autoritarismo em questão tenta manter o pobre em seu devido lugar histórico de marginal, ou seja, “procura impor (pelo poder, pela força) um sentido só para toda a sociedade” (idem, p.80).

Entretanto, quando o sujeito discursivo em Rodrigo revela que “é um fortalecendo o outro no que puder”, a censura como lugar da negação torna-se a exacerbação do movimento que institui identidade (ORLANDI, 1992). A conjugação entre identificação, solidariedade, resistência diante da opressão institucionalizada parece se retroalimentar de forma contínua enquanto existir um desses elementos no processo.

O “fortalecimento” específico e periférico na visão de Rodrigo relaciona-se ao que pensa rapper Eduardo, que no livro “A guerra não declarada de um favelado”:

Admitimos que nos deseduquem, nos desnutram, nos alojem em locais inóspitos, nos alimentem com substâncias nocivas aos nossos organismos, nos alienem, nos adoeçam para enriquecer a indústria farmacêutica, nos transportem como animais, nos escravizem, nos julguem, nos encarcerem em masmorras, nos introduzam em estados democráticos de direito racistas e tirânicos, nos chacinem e que desovem nossos restos mortais no meio de matagais ou fundo dos córregos. E tudo isso, por quê? Porque nos fizeram acreditar que somos cidadãos de segunda classe, inferiores e descartáveis. Porque nos fizeram acreditar que os incultos e iletrados circulam num campo, onde o solo fértil só faz florescer os “serial killers” que deixam as cidades turísticas em estado de choque (TADDEO, 2012, p. 241)

O discurso de Taddeo, Rodrigo, Sônia e da vizinhança do Jardim Pantanal nos aponta para a existência de diversas formas de resistência perante um Estado e uma sociedade que busca manter os mais pobres como cidadãos de segunda classe. O fato de serem bolsistas complexifica ainda mais essa resistência pois, inseridos na institucionalidade estatal, são constantemente “convidados” a agir dentro dos seus limites. Contudo, assim como no processo de colonização e extermínio dos indígenas brasileiros as categorias do branco transformam resistência em crime e seu autor em selvagem (ORLANDI, 2008), as categorias da sociedade capitalista utilizam a mesma ferramenta discursiva contra o pobre, cuja a única saída é resistir como Rodrigo, “fortalecendo o outro no que puder”.

Considerações finais

A descrição em relação a um objeto não se esgota pois todo o discurso “é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos” (ORLANDI, 2009, p. 64). Logo, “uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens” (idem).

Expomos nesta pesquisa uma crítica à sociabilidade vigente; um olhar sobre um Brasil desigual e polissêmico em que as vozes dos mais pobres têm sido, por meio de um amplo projeto político de país, silenciadas. Diante disso, além de existirem organizações e movimentos sociais que historicamente aglutinam processos de resistência diante de um projeto capitalista concebido para incidir de forma global, nacional, há também processos de resistência locais, na produção do espaço, no cotidiano das comunidades periféricas. Estes “movimentos específicos” de fortalecimento comunitário (MONTERO, 2006), atrelados a políticas públicas que tensionam o poder estabelecido, podem protagonizar a mudança social.

A mudança social, impulsionada também por meio de políticas sociais, demandam tempo e esforço e é longa a estrada para sua transformação em normas jurídicas efetivas (REGO; PINZANI, 2014, p.222), obtendo “efetividade mais profunda se for capaz de alterar as estruturas mentais e de sentimentos de uma dada nação” (idem).

Neste cenário, a mudança social somente ocorrerá quando os privilegiados da nação também assumirem uma postura solidária diante da segregação dos territórios periféricos, considerando que o fortalecimento comunitário não dialoga necessariamente com a construção de uma identidade nacional, mas com a emancipação humana em relação a processos de dominação.

A falta representatividade do Estado como projeto político de silenciamento dos cidadãos se aprofundou com a crise da ideia de cidadania engendrada no século XX, com concepção de ação coletiva diante do término da contradição entre regimes no mercado legal (crime organizado e mercado formal), e com o crescimento de novas experiências coletivas (e comunitárias), como as igrejas neopentecostais.

Portanto, para materializar seu imenso potencial político diante de um cenário de opressão, sujeitos e comunidades periféricas precisam agir dentro e fora dos espaços institucionais do Estado e em todas as escalas (com viés de transformação individual, local,

nacional e global). Mais uma vez, é preciso compreender que o que acontece no local não está dissociado das esferas de poder em outros níveis.

O BF favorece uma diversidade de sentidos em relação à participação. Um deles pode ser a institucionalização dessa ação, prejudicando a autonomia e introduzindo novas formas de aprofundamento do discurso clientelista do Estado brasileiro na periferia. Se a ação coletiva sempre obedece à institucionalidade burguesa, a mudança social será constantemente comprimida. O fenômeno do lulismo, por exemplo, apesar de inspirar os pobres, pode mais atrapalhar que impulsionar a organização comunitária, pois limita as ações coletivas aos espaços institucionais. Neste viés, o BF pode se conformar como um embuste de fortalecimento caso não esteja atrelado a ações comunitárias autônomas e críticas, em que a solidariedade e a resistência entre as famílias fomentem a independência da organização.

Ao mesmo tempo em que o sentido de participação do BF, do modo como é implementado, apoia a família e o sujeito, pode também contribuir para a disseminação da solidariedade comunitária, pois minimamente “aliviado”, o bolsista pode olhar para o outro, seu vizinho. Logo, se o aspecto neoliberal e lulista de impulso ao consumo (inerente à forma como foi implementado o BF) dialoga com o individualismo, com o insulamento familiar e com uma cidadania clientelista, acreditamos que a implementação de um programa de transferência de renda como este, aliado à solidariedade periférica, comunica-se com uma resistência coletiva no âmbito do cotidiano e da amizade. Neste viés, potencializa-se sentidos de mudança social na periferia enfraquecida politicamente, facilitando a criação de redes para além dos círculos familiares dos migrantes e de conflitos intergeracionais.

Ao escutarmos o sujeito bolsista e periférico (e seu processo de autorreconhecimento pessoal e coletivo), constatamos que o valor de pertencimento à comunidade precede o valor de uma transferência de renda como BF, mas que esta pode, por sua vez, complementar a “ação” fixadora no território. Portanto, no bojo desta circunstância, a renda da BF tende a ajudar no estabelecimento de raízes no território.

A forma como é implementado o BF não oferece instrumentos às mulheres para que se emancipem para além do núcleo familiar (processos de separação, por exemplo, constituem situações recorrentes na vida das bolsistas entrevistadas responsabilizando-as mais ainda perante a vida de seus filhos). Ao passo que programa federal tende a favorecer o fortalecimento de sua autoestima e de sua autonomia, também influencia negativamente

quanto a sua participação no espaço público. Portanto, a titularidade do cartão sob a responsabilidade da mulher aponta para diferentes sentidos: da emancipação ao silenciamento, a depender de seu processo de inserção comunitária e de sua dinâmica familiar.

Ao escutar o cotidiano dos bolsistas de São Miguel Paulista, atentamos a formas de silenciamento e opressão (principalmente contra mulheres negras) nos espaços da periferia por meio da violência institucional: latente em serviços públicos ligados à saúde, assistência social e segurança pública. À luz do fortalecimento comunitário salientamos a premência de se enfrentar as inúmeras formas deste tipo de violência, perfazendo o caminho de uma cidadania crítica e autônoma; livre de qualquer tentativa de controle externo à comunidade.

A semente de participação do bolsista, especificamente do morador de São Miguel Paulista, pode estar na identificação solidária. O impulso à organização política como consequência dessa relação específica entre BF e solidariedade periférica será potencializada caso a implementação do BF atentar a diversas escalas, pois a solidariedade na periferia resiste, mesmo em meio a um discurso de sociabilidade individualista.

Urge o desenvolvimento de novas formas de comunicação entre os bolsistas, que pouco utilizam a internet, por exemplo. O bônus da inquietação política é o de liberar novos sentidos à vida, e não mais o de permitir que outras pessoas falem por você. Neste movimento, verifica-se, pouco a pouco, que o processo de silenciamento não é irreversível e que a maior parte da população está propensa a se organizar.

Apesar de “o medo, os mitos, a falta de esperança, a desconfiança, a falta de autoestima e a insegurança poderem estar na base na aparente apatia ou indiferença” (MONTERO, 2006, p.51), a simples verbalização dos problemas a ser enfrentados pode interromper processos de isolamento e abrir possibilidades de participação política no espaço (MANIN, 1998 apud REGO; PINZANI, 2014), considerando que “as pessoas que hospedam em silêncio sua opinião que é manifestada em voz alta por outros ganham autoconfiança quando descobrem que não são os únicos que pensam de tal modo e, portanto, se tornam mais inclinadas a expressar sua opinião” (idem).

Quando os bolsistas e moradores da periferia em geral se encontrarem e se escutarem mais, poderão testemunhar que a participação em atividades e grupos conecta-lhes entre um sentido de competência pessoal, o desejo e a vontade de atuar em espaço público (MONTERO, 2006) e construir a “consciência crítica sobre as condições de vida e sobre o

próprio ambiente” (idem, 73), além do “desenvolvimento de capacidades para a tomada de decisões e para solucionar problemas, que são necessárias para a comprometer-se ativamente com a transformação do entorno em que se vive” (ibidem).

Não lhes falta nada.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. *Epistemologia y ciencias sociales*. Madrid: Cátedra, 2001.

ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BELFIORE WANDERLEY, Mariangela. *Refletindo sobre a noção de exclusão* In: *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*/ Bader Sawaia (org.) , pp. 16-26. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BICHIR, Renata M.. *Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família*. Rio de Janeiro, 2011.

_____, Renata M. *O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda*. *Novos Estudos Cebrap*, n. 87, jul. 2010, p. 115-129. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a07n87.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2015.

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

BRASIL. *Consulta Pública ao Bolsa Família*. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2014. Disponível em: https://www.beneficiossociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp#. Acesso em 10/10/2014.

CARVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COMPARATO, Fábio K. *A civilização capitalista*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARRIL, Lourdes F. B. *Quilombo, favela e periferia* in *A cidade e o negro no Brasil – Cidadania e Território*. Reinaldo José Oliveira (org.). São Paulo; Alameda, 2103.

DALL'AGNOL, C.M.; TRENCH, MH. *Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisas na enfermagem*. Rev. Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, vol.20, n.1, p.5-25, jan 1999.

D'ANDREA, Tiaraju. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. USP, julho de 2013.

FELTRAN, Gabriel de S. *Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo*. Lua Nova. 2010, n. 79, pp. 201-233.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008.

_____, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FIORIN, J. L. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 1989.

FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945/66)*. Tese de doutorado, Unicamp, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.

_____. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FRASER, N. *La Justicia em la era da las "Políticas de Identidad": redistribución, reconocimiento y participación*. In: Apuntes de investigación, Buenos Aires, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na Civilização*. In: Obras Completas. vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FRIEDMANN, John. *Empowerment. The politics of Alternative Development*. Paperback, 1992.

GARCIA, A. S. *Relações de gênero, raça e classe na cidade d'Oxum: educação e segregação espacial* in A cidade e o negro no Brasil – Cidadania e Território. Reinaldo José Oliveira (org.) São Paulo: Alameda, 2103.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro. Estudos de teoria política*. Trad. George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. *Viver em risco*. São Paulo: Editora 34, 2009.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LUPTON, Deborah. *Risk*. London: Routledge, 1999-2000.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec-Unesp, 1998. (Coleção Paidéia, 2).
- _____. *Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole*. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. de L. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 1-30.
- _____. *De perto e de longe: notas para uma etnografia urbana*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11- 29, 2002.
- MALVASI, P. A. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MARÍN, Jefferson J. *Representaciones sociales, prácticas sociales y órdenes de discurso. Una aproximación conceptual a partir del Análisis Crítico del Discurso*. *Entramado* Vol. 8 No. 2, 2012 (Julio – Diciembre).
- MARQUETTI, Fernanda C; ADORNO, Rubens C. F. *Discursos e imagens da violência* in: *Saúde Social*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 749-763, 2014.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. São Paulo/ São Caetano do Sul: Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- MARQUES, E. *Elementos conceituais da segregação urbana e da ação do Estado*. In: Marques, E. e Torres, H. (org). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*.

São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la liberación*. Madrid, España: Trotta, 1998.

MARTINS, José de S. “*Subúrbio (Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo)*”. São Paulo: Hucitec/Editora da Unesp; 1992.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas* in INTERAÇÕES -Revista Internacional de Desenvolvimento Local-. Vol. 3, N. 5, Set. 2002, p. 51 a 59.

MARX, Karl. *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MELO, Victor A. de Melo. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: Ibrasa, 2003.

MILL, J. S. *The Subjection of Women*. Oxford: Oxford University Press, 1911.

_____. *Sobre a liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MONTAÑO, C., & DURIGUETO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010

MONTERO, Maritza. *Teoría e Práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. *El fortalecimiento en la comunidad, sus dificultades y alcances*. In: Universitas Psychologica, Vol. 8, nº3, 2009, págs. 615-626.

OLIVEIRA, Dennis de. *Globalização e Racismo no Brasil*. São Paulo: União de Negros pela Igualdade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Regina M. de S. *Identidade do jovem negro e metrópoles: enunciados da diáspora em São Paulo e Paris* in *A cidade e o negro no Brasil – Cidadania e Território*. Reinaldo José Oliveira (org.). São Paulo; Alameda, 2103.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

_____. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61; jan/mar. 1994.

_____. *Terra à Vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2ª. Edição. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2008.

_____. *Análise de Discurso. Princípios & Procedimentos*. Campinas: Ed. Pontes, 2009.

OKIN, S. M. *Justice, Gender and Family*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

PAUGAM, S. *La disqualification sociale*. Paris: PUF, 1991.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PÊCHEUX, M. *Analyse Automatique du Discours*, Paris, Dunod, 1969.

_____, M. *Les Vérités de La Palice*. Maspero, Paris, 1975.

PINTO, Regina P. *O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade*. Curitiba: UEPG/Carlos Chagas, 2013.

- POCHMANN, Márcio. *Políticas Públicas e Situação Social na primeira década do século XXI*. In: Dez anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. 2. ed. revista. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- _____. *Legitimidade popular e poder público*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.
- REGO, Walquiria L. e PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- _____. *Liberdade, dinheiro e autonomia: O caso do Bolsa Família*. In: Revista de Ciências Sociais, nº 38, abril de 2013, pp. 21-42.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996b.
- SAORNIL, L. S. *A questão feminina em nossos meios*. Santiago do Chile, São Paulo: Editorial Eleuterio/Biblioteca Terra Livre, 2015.
- SIMMEL, G. *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. v.2 Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939.
- SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *A Crítica da razão indolente – Contra o desperdício de experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora da UFMG / Editora Uperj, 2003.

_____. (org.). *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

SUPLICY, E. M. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.

TADDEO, C. E. Eduardo, *A guerra não declarada na visão de um favelado*. São Paulo, 2012.

TORRES, Roberto. *Neo-Pentecostalism and the new spirit of capitalism in the peripheral modernity*. *Perspectivas*, São Paulo, v.32, p. 85-125, jul./dez. 2007.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Observatório – IUPER/UFRJ/FASE/Revan, 2001.

YASBEK, Maria Carmelita. *Assistência social na cidade de São Paulo: a (difícil) construção do direito*. São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP, 2004 (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 22, março de 2004, 72p.)

Sítios consultados

www.mds.gov.br

www.ibge.gov.br

www.ipea.gov.br

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social

Periódicos consultados

Ponte Jornalismo

Edição de 30/06/2014.

Folha de São Paulo

Edição de 13/08/2010.

Anexo I – Carta de apresentação

Eis convite apresentado a todos os participantes desta pesquisa:

“Carta de apresentação/ Termo de autorização para uso de depoimento e/ou imagem

Prezado (a)

Essa pesquisa pretende analisar a influência de políticas públicas assistenciais (especificamente o Programa Bolsa-Família) junto a beneficiários que residem no bairro de São Miguel Paulista e áreas adjacentes. Interessa-nos saber como este programa favorece a construção da cidadania, ou seja, qual a relação do PBF com o processo de participação social das pessoas que o utilizam. Nesse sentido, gostaríamos de entrevistar-lhe a respeito de questões relacionadas ao antes e ao depois do programa; das alegrias e dificuldades do cotidiano de quem vive distante da região central da cidade. Gostaríamos também de saber se algo mudou do ponto de vista pessoal, na relação familiar e/ou com a vizinhança.

Desejamos construir novos conhecimentos para a área científica e para a comunidade que utiliza o Programa Bolsa Família e vive em regiões afastadas do centro da cidade de São Paulo.

Para isso, convidamos você a participar desta pesquisa por meio de entrevistas individuais ou de uma reunião com outros beneficiários do BF, ficando a seu critério de escolha. Comprometemo-nos também com o sigilo absoluto da identidade, caso o (a) entrevistado (a) assim o desejar.

Sinta-se à vontade para questionar o pesquisador e estar a par de todo o procedimento e objetivo da pesquisa. Nossa intenção é manter um diálogo permanente. Somos atores sociais, temos o direito de estar cientes e opinar quanto ao processo da pesquisa.

É importante ressaltar que não há qualquer ligação entre a pesquisa e o CRAS, o Programa Bolsa Família, ou a qualquer ONG. Assim, nossa intenção é que a entrevista e/ou a reunião não sejam realizadas nas dependências do CRAS. O local poderá ser definido entre o (a) entrevistado (a) e o pesquisador.

Termo de autorização:

Eu _____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador Eduardo Sales de Lima, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Andrea Viude Castanho, a pesquisa intitulada “Interfaces entre o Bolsa Família e a identidade periférica à luz do fortalecimento comunitário” (vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. (Promuspp/EACH/USP) a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Atenciosamente,

Eduardo Sales de Lima, pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. (ProMuSPP/EACH/USP).”

Anexo II – Roteiro semiestruturado

O roteiro, longe de apresentar um caráter estanque, transitou principalmente entre três dimensões: a percepção do Estado; a relação com a cidade e, sobretudo, com o espaço (bairro) onde o (a) morador (a) vive; e a participação.

“Você administra o dinheiro do Bolsa-Família? [Caso seja mulher: Você se sente sobrecarregada por mais essa responsabilidade na família]

Como é sua relação com o CRAS?

O que esse dinheiro [Bolsa-Família] trouxe de novidade para sua vida?

No geral, o que você e sua família comem?

Fale, por favor, de seu acesso a produtos e alimentos antes e depois do Bolsa-Família?

O dinheiro do Bolsa-Família trouxe mais confiança pra você? E pra sua família? Aumentou a autoestima?

Você acha que é obrigação do Estado ajudar as pessoas que precisam?

Você acha que o Bolsa-Família é suficiente para você e sua família se desenvolverem? [Se não, o que seria mais necessário?]

O Bolsa-Família proporcionou um poder de escolha maior a você?

O que é periferia pra você?

Você se sente um sujeito periférico? Por quê?

Sobre as enchentes de 2009? Como foi essa experiência pra vocês? [no caso do Grupo Focal realizado no Jardim Pantanal]

Quais as maiores dificuldades de se viver aqui? E as maiores alegrias?

Como é sua relação com os vizinhos [e a turma do bairro, no geral]?

Existe violência aqui? Como ela ocorre?

Você se sente seguro(a) aqui na comunidade (no bairro)?

Você conhece algo do passado deste bairro?

Há quanto tempo você vive por aqui? Como você vive [condições da casa, alugada, barraco, saneamento]?

Como costuma ir para outros lugares da cidade?

Você tem vontade de sair daqui? [Se sim, para onde iria?]

Como você se diverte?

Como você se informa? Utiliza a internet?

Costuma frequentar alguma igreja, terreiro, sala espírita, budista?

Costuma frequentar a associação de moradores da vila [ou do bairro]?

Você se envolve com os problemas da comunidade? O Bolsa Família te motiva a isso?

O que é participação pra você?

O que vocês acham das greves? E das manifestações de junho 2013?